



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Coordenação de Pós-Graduação Stricto Sensu
Escola de Gestão e Negócios
Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento e Planejamento Territorial

FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA MOTA ARAÚJO

**MUNICÍPIOS DO AGRONEGÓCIO NOS ESTADOS DE GOIÁS E
MATO GROSSO**

**Goiânia
2020**



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Coordenação de Pós-Graduação Stricto Sensu
Escola de Gestão e Negócios
Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento e Planejamento Territorial

FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA MOTA ARAÚJO

MUNICÍPIOS DO AGRONEGÓCIO NOS ESTADOS DE GOIÁS E MATO GROSSO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Duarte de Castro

**Goiânia
2020**

**Dados Internacionais de catalogação da Publicação (CIP)
(Sistema de Bibliotecas PUC Goiás)**

A663m Araujo, Francisco de Assis Oliveira Mota

Municípios do agronegócio e a (re)estruturação da rede urbana nos estados de Goiás e Mato Grosso/ Francisco de Assis Oliveira Mota Araujo. -- 2020.

106 f.; il.

Texto em português, com resumo em inglês.

Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Gestão e Negócios, Goiânia, 2020

Inclui referências: f. 101-106

1. Agroindústria. 2. Desenvolvimento social. 3. Evolução social. I. Castro, Sérgio Duarte de. II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial - 2020. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 332(043)

REDE URBANA NOS ESTADOS DE GOIÁS E MATO GROSSO

Goiânia, 13/04/2020


Banca examinadora



Orientador: Prof. Dr. Sérgio
Duarte de Castro
Pontifícia Universidade Católica de Goiás



Prof. Dr. Ycarim Melgaço Barbosa
Pontifícia Universidade Católica de Goiás



Prof. Dr. Guilherme Resende Oliveira
Centro Universitário Alves Faria

Dedicatória

Ao meu pai, Marmoarujo Mota, e minha mãe, Vicência de Oliveira, que me proporcionaram a vida. A minha companheira Milena Girão sempre presente em minhas conquistas.

RESUMO

Este trabalho analisou os chamados “municípios do agronegócio” que emergiram como novos polos urbanos no âmbito da modernização conservadora da agricultura no Centro-Oeste. Avaliou empiricamente se seu processo de desenvolvimento foi excludente, como argumenta parte da literatura sobre o tema. Para tanto, comparou indicadores sociais desses municípios com as médias das cidades de porte semelhante no Brasil. Concluiu que o argumento não se sustenta. Os resultados mostraram indicadores sociais expressivamente melhores naqueles polos.

PALAVRAS CHAVE: Municípios, Agronegócio, Desenvolvimento social, Fronteira, Modernização.

ABSTRAT

This work analyzed the so-called “agribusiness municipalities” that emerged as new urban centers in the context of the conservative modernization of agriculture in the Central-West Brazilian. Empirically assessed whether its development process was exclusive, as part of the literature on the subject argues. To do so, it compared social indicators of these municipalities with the averages of similar sized cities in Brazil. He concluded that the argument cannot be sustained. The results showed significantly better social indicators in those hubs.

KEY WORDS: Municipalities. Agribusiness. Social Development. Border Modernization.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação do Centro-Oeste na produção nacional de arroz milho e soja, 1980-2018 (quantidade produzida).	11
Tabela 2- Brasil, Goiás e Mato Grosso: área dos estabelecimentos agropecuários com mais de 1.000 ha - percentual do total geral (anos selecionados)	11
Tabela 3 - Participação das principais culturas na área colhida do estado do Mato Grosso 1970-2006 (%).....	57
Tabela 4 - Área colhida das principais culturas em Rondonópolis (MT) 1974-2018 (mil hectares)	10

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Mato Grosso e Brasil, indicadores comparados.	511
Quadro 2 – Goiás e Brasil, indicadores comparados.	10
Quadro 3 - Critérios utilizados para a seleção dos municípios.	10
Quadro 4 - Cidades que atenderam os critérios definidos.	10
Quadro 5 - Faixas de população dos “Municípios Próximos”	11
Quadro 6 - Cidade por tipo, segundo sua relação com a “Modernização Agroindustrial” do Centro-Oeste.	10
Quadro 7 - Primavera do Leste e Mato Grosso: indicadores comparados.	11
Quadro 8 - Área colhida das principais culturas em Primavera do Leste (MT), 1987-2018 (mil hectares)	10
Quadro 9- Sinop e estado do Mato Grosso: indicadores comparados	10
Quadro 10 - Área colhida das principais culturas em Sinop (MT), 1987-2018 (mil hectares)	112
Quadro 11 – Sinop: indicadores comparados com municípios próximos em termos de porte*	10
Quadro 12 – Lucas do Rio Verde e estado do Mato Grosso: indicadores comparados	11
Quadro 13 - Área colhida das principais culturas em Lucas de Rio Verde (MT), 1987-2018 (mil hectares)	10
Quadro 14 – Lucas de Rio Verde: indicadores comparados com municípios próximos em termos de porte*	117
Quadro 15 - Sorriso e estado do Mato Grosso: indicadores comparados	1177
Quadro 16 - População de Sorriso (MT), 1991 a 2010 (habitantes)	Erro!
Indicador não definido.	
Quadro 17 - Sorriso: indicadores comparados com municípios próximos em termos de porte*	80
Quadro 18 – Rondonópolis e Mato Grossos: indicadores comparados.	1181
Quadro 19 - Rondonópolis: indicadores comparados com municípios próximos em termos de porte*	113
Quadro 20 – Rio Verde e estado de Goiás, indicadores comparados.	1184
Quadro 21 - Área colhida das principais cultura em Rio Verde (GO) 1974-2018 (mil hectares)	10
Quadro 22 – Rio Verde: indicadores comparados com municípios próximos em termos de porte*	11
Quadro 23 - Jataí e estado de Goiás, indicadores comparados.	10
Quadro 24 - Área colhida das principais cultura em Jataí (GO), 1974-2018 (mil hectares)	11
Quadro 25 - Jataí: indicadores comparados com municípios próximos em termos de porte*	1088
Quadro 26 - Mineiros e estado de Goiás, indicadores comparados.	10

Quadro 27- Área colhida das principais cultura em Mineiros (GO) 1987-2018 (mil hectares)	11
Quadro 28 - Mineiros: indicadores comparados com municípios próximos em termos de porte*	90
Quadro 29 – Média dos IDs* dos municípios por indicador	111
Quadro 30 - Média dos IDs* por grupos de municípios segundo tipo, por indicador.....	910
Quadro 31 - Média dos IDs* por grupos de municípios segundo porte, por indicador.....	11

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Participação do Centro-Oeste na economia brasileira.....	11
Figura 2 – Grandes eixos rodoviários de integração da Amazônia.....	47
Figura 3 - Mato Grosso: cidades do agronegócio e seus eixos rodoviários	11
Figura 4 - Goiás: cidades do agronegócio e seus eixos rodoviários	61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da participação do Centro-Oeste no PIB brasileiro, 1939-2000 (%).....	Erro! Indicador não definido.
Gráfico 2 - Crescimento do PIB do Brasil e do Centro-Oeste, 2002-2018 (2002=100).....	10
Gráfico 3 - Participação do valor adicionado da indústria no PIB no Centro Oeste, 1939-2009 (%).....	11
Gráfico 4 - Participação de Goiás e do Mato Grosso no valor adicionado da indústria no Brasil, 1939-2009 (%).....	11
Gráfico 5 - Área colhida total dos estados de Goiás e Mato Grosso, anos escolhidos (mil hectares)	103
Gráfico 6 - População Primavera do Leste 1991 a 2010 (habitantes)	10
Gráfico 7 – Primavera do Leste: Valor adicionado da indústria, 1996-2010 (R\$ mil).....	11
Gráfico 8 - Primavera do Leste: indicadores comparados com municípios próximos em termos de porte*	11
Gráfico 9 - Número de empregados na indústria de transformação em SINOP (MT), 1980-2010 (R\$mil).....	11
Gráfico 10 - População de Sinop, 1980 a 2010 (habitantes)	10
Gráfico 11 - População de Lucas de Rio Verde, 1991 a 2010 (habitantes).....	10
Gráfico 12 - Lucas de Rio Verde (MT): Valor adicionado da indústria, 1996-2010 (R\$ mil)	10
Gráfico 13 - Sorriso (MT): Valor adicionado da indústria, 1996-2010 (R\$ mil*)	11
Gráfico 14 - População de Rondonópolis (MT) 1960 a 2010 (habitantes).....	11
Gráfico 15 - Rondonópolis (MT): Valor adicionado da indústria, 1959-2010 (R\$ mil).....	102
Gráfico 16 - População de Rio Verde (GO), 1920 a 2010 (habitantes)	10
Gráfico 17 – Valor adicionado da indústria em Rio Verde (GO) 1939-2010 (R\$ mil).....	11
Gráfico 18 - População Jataí (GO) 1920 a 2010 (habitantes)	10
Gráfico 19 -Valor adicionado da indústria em Jataí (GO), 1939-2010 (R\$ mil).	11
Gráfico 20 - População de Mineiros (GO), 1920 a 2010 (habitantes)	11
Gráfico 21- Valor adicionado da indústria em Mineiros (GO), 1939-2010 (R\$ mil).....	10

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEDEPLAR	Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
Cang	Colônia Agrícola de Goiás
CASEG	Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás
DGSAG	Diretrizes Gerais e Setoriais da Ação do Governo
DNPM	Departamento Nacional da Produção Mineral
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMGOPA	Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária
FCO	Fundo Constitucional do Centro-Oeste
GoiásFomento	Agência Goiana de Fomento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano
IDS	Índice de Diversificação de Serviços
IDSIC	Índice de Diversificação de Serviços Intensivos de Conhecimento
IMB	Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PIB	Produto Interno Bruto
PO	População Ocupada
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação de Dados

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 PRODUÇÃO DO ESPAÇO E SEUS ATORES	10
1.1 Território e Construção Social do Espaço	11
1.2 Fronteira, Territorialização e Reterritorialização	210
1.3 Colonização e a implantação de cidades como um negócio	101
1.4 A colonização do Noroeste do Paraná.....	33
2 TRANSFORMAÇÕES DA ECONOMIA E DO ESPAÇO NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO.....	1041
2.1 Modernização Conservadora e Emergência dos Complexos Agroindustriais no Centro-Oeste	41
2.2 Transformações no Estado do Mato Grosso.....	511
2.3 Transformações no Estado de Goiás	1058
3 OS MUNICÍPIOS DO AGRONEGÓCIO NOS ESTADOS DE MATO GROSSO E GOIÁS	62
3.1 Procedimentos Metodológicos	102
3.2 Cidades implantadas no processo de expansão da fronteira agrícola para o Centro-Oeste.	11
3.3 Cidades que foram transformadas no processo de avanço da fronteira agrícola para o Centro-Oeste.	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	1096
REFERÊNCIAS	100

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é analisar os chamados “municípios do agronegócio”, comparando os seus indicadores de desenvolvimento econômico e social com os demais municípios de porte semelhante no Brasil.

A literatura dispensa atenção crescente a um conjunto de cidades de porte médio nos principais polos agroindustriais do país, que vem passando por um processo de desenvolvimento acelerado desde os anos 1970. Muitos autores tratam, especialmente, das peculiaridades da urbanização no contexto da expansão e modernização da fronteira agrícola, sempre dentro da lógica do que se convencionou chamar de modernização conservadora.

Desse modo, o foco dessa literatura tem sido a subordinação da formação e/ou expansão desses municípios, denominados – normalmente – de “cidades do agronegócio”, às necessidades de (re)produção do capital agroindustrial (ELIAS e PEQUENO, 2006 e 2007; FREDERICO, 2013; SILVA, 2013). Essa subordinação aparece claramente em expressões como “uso corporativo do território” (SILVA, 2013) e “urbanização oligopolista” (VOLOCHKO, 2015).

Essa literatura argumenta que as especializações erigidas sob o comando do agronegócio produzem mudanças significativas na estrutura produtiva das regiões, nas relações campo-cidade e em seu processo de urbanização. Assim, as relações entre o rural e o urbano se redefinem na medida em que as demandas crescentes por insumos e serviços modernos, da agricultura e da agroindústria, resultam em forte integração e interdependência entre esses dois mundos.

No que se refere à urbanização, esse processo de transformação produtiva amplia rapidamente o número e o porte das cidades nessas áreas, com a emergência de cidades médias com elevada capacidade polarizadora. Ainda segundo essa literatura, essas novas cidades do agronegócio teriam como principal característica, além de seu dinamismo e capacidade de polarização, seu caráter fortemente excludente (ELIAS e PEQUENO, 2006 e 2007; FREDERICO, 2013; SILVA, 2013).

Esse argumento se baseia em uma transferência automática, que é tomada como óbvia entre a reconhecida lógica excludente da “modernização agrícola conservadora” que caracteriza aquele processo, para as características das cidades médias que emergem a partir dele. Elias e Pequeno (2007, p.31) sintetizam o que seriam os principais problemas urbanos desses municípios:

Tudo isto vem se refletindo nas *cidades do agronegócio*, que passam a reproduzir os mesmos problemas urbanos das cidades maiores. Destacariamos: ausência ou insuficiência de infraestrutura social (creches, escolas, postos de saúde) nas áreas habitadas pela população de menor renda; surgimento de áreas de ocupação em situação de risco ambiental; favelização nos espaços destinados a usos institucionais e áreas verdes; disseminação de vazios urbanos promovendo a especulação imobiliária; loteamentos periféricos clandestinos desprovidos de infraestrutura; congestionamento nas áreas centrais por movimentação de carga e descarga, dentre outros.

Entretanto, os autores não apresentam nenhuma evidência empírica desse caráter particularmente excludente do desenvolvimento urbano dessas cidades. Além disso, desconsideram a heterogeneidade do processo, atribuindo essas mesmas características a situações distintas como de cidades do agronegócio do estado de São Paulo, do Centro-Oeste, da agricultura irrigada no Nordeste e da nova fronteira dos cerrados do chamado MATOPIBA¹.

Em trabalhos mais recentes, diversos desses autores passaram a trabalhar também com o conceito de “regiões do agronegócio”, reconhecendo que os diferentes arranjos territoriais produtivos possuem características próprias, associadas às suas trajetórias macrorregionais e/ou ao tipo de *commodity* no qual se especializam. Contudo, o caráter desordenado e excludente da urbanização seria um traço comum a todas elas (ELIAS, 2013; ELIAS e PEQUENO, 2015; CASTILHO et al, 2016).

No caso particular da expansão da fronteira agrícola – enquanto (re)estruturação produtiva – no Centro-Oeste, e, mais precisamente no estado

¹ Elias e Pequeno (2007) citam como exemplo de cidades do agronegócio: Sertãozinho, Matão e Bebedouro, de São Paulo; Rio Verde (GO), Sorriso, Primavera do Leste e Rondonópolis (MT), do Centro-Oeste; e Petrolina (PE), Limoeiro do Norte (CE) e municípios da Chapada do Apodi (RN), no Nordeste. Incluem ainda as cidades polo do MATOPIBA, anagrama para a região do cerrado do sul do Maranhão, Tocantins, sul do Piauí e oeste da Bahia.

de Mato Grosso, as colonizadoras privadas se encarregaram da constituição de novos polos de atração de investimentos – negociações fundiárias e ação colonizadora – como extensão de uma nova centralidade dentro de um eixo empresarial desses espaços urbanos novos: municípios do agronegócio.

Por conta disso, diversos autores (DOULA e KIKUCHI, 2005; QUEVEDO, 2008; VOLOCHKO, 2015) inserem nesse debate o papel dessas colonizadoras na formação das cidades nas regiões de fronteira. De acordo com essa abordagem, o papel das colonizadoras privadas nesse processo resulta em um controle ainda maior do capital sobre o destino dos municípios do agronegócio, reforçando seu caráter excludente e gerador de desigualdades.

Nesta dissertação, se busca verificar empiricamente se os municípios do agronegócio que emergem no Centro-Oeste – excluindo-se os municípios do Estado do Mato Grosso do Sul, por não atenderem aos critérios utilizados de identificação de municípios polo de base agroindustrial e explicitado na metodologia da pesquisa –, impulsionados pela chamada “Revolução Verde”, apresentam, efetivamente, um perfil mais socialmente excludente do que seus congêneres no Brasil de porte semelhante.

Parte-se da hipótese de que, apesar de estarem associadas a uma modernização agrícola conservadora e excludente, são municípios hoje mais organizados e com indicadores econômicos e sociais melhores do que a média nacional.

Isso não significa que eles não apresentem traços importantes de segregação e desigualdade, que são características da trajetória do desenvolvimento capitalista periférico brasileiro e de seu processo de urbanização. Também não quer dizer que o desenvolvimento urbano naquele contexto não possua traços específicos, entre os quais se incluem um elevado poder de controle e imposição do capital imobiliário sobre os destinos daquelas cidades, o que é especialmente verdade no caso dos municípios que foram criados por colonizadoras. Um exemplo da manifestação desse tipo de capital é a determinação de um padrão de urbanização que estimula um crescimento urbano em total inadequação com a capacidade de absorção da mão da obra que são atraídos pela espacialização do capital nestas cidades.

O que se está levantando como hipótese, é que ser uma cidade particularmente excludente, - com exacerbação de fenômenos como favelização, segmentação, crescimento desordenado, pobreza e outros -, definitivamente não está entre as características específicas desses municípios.

Parte-se da suposição de que o processo de construção social do território urbano, nessa região da nova fronteira agrícola, parece ter sido muito mais complexa do que sugere a referida literatura.

Alguns autores apresentam visões alternativas, apontando elementos importantes para subsidiar uma perspectiva mais ampla de análise da problemática. Abreu (2015), por exemplo, criticando os trabalhos que focam basicamente na dimensão de controle e imposição, exercidos pelas colonizadoras e pelo Estado, mostra a importância de se considerar um terceiro ator fundamental do processo, que são os migrantes. Propõe, assim, um modelo de interpretação baseado no que ele chama de “os três eixos da colonização”: o Estado, por meio de suas agências e agentes; as empresas colonizadoras e seus dirigentes; os migrantes.

O papel ativo dos atores desse último eixo na construção social desses territórios e, portanto, nos traços características daquelas cidades é, em geral, bastante subestimado. Haesbaert (1995) oferece um belo exemplo da importância desse eixo, apresentando o significado transformador da presença dos migrantes do sul do país, e sua visão de mundo urbana, sobre o ambiente rural de Barreiras, na Bahia. Naturalmente, o autor faz isso sem deixar de reconhecer o caráter conflitivo e contraditório da relação entre os “gaúchos” que chegam, e os atores locais naquele processo.

Nesse sentido, a análise do significado da fronteira, em Martins (1996), e da construção do lugar, de Massey (2000), oferecem contribuições muito ricas. Martins (1996) mostra que a fronteira é um lugar de encontro e, ao mesmo tempo, de conflito e desencontro entre diferentes concepções de vida, visões de mundo e de temporalidades históricas.

Massey (2000) critica chamando de reacionárias as visões que encaram o contato transformador de agentes “externos” necessariamente como uma ameaça à identidade do lugar. Destaca que esse tipo de visão parte de uma ideia errônea da identidade dos lugares como produto de uma longa história,

“introvertida”, dos atores locais. Argumenta que os lugares são produtos de uma construção aberta, conflitiva e multiescalar que é permanente e contínua, mas não linear, podendo passar por momentos intensos, como os que se verificam no que Martins (1996) denomina de “situações de fronteira”.

Outra contribuição muito relevante para uma análise mais ampla da problemática analisada é a de Rosaneli (2006 e 2009). Esse autor analisa a construção e desenvolvimento das cidades construídas por colonizadoras no Paraná do ponto de vista urbanístico. Critica tanto as visões que fazem apologia do planejamento urbano que presidiu a implantação daqueles centros urbanos, como a literatura que apresenta uma crítica simplista e generalista aos mesmos.

O autor destaca o pragmatismo dos planos urbanos elaborados e executados pelas colonizadoras, que revelam pouco compromisso com teorias urbanísticas e com considerações estéticas. Sua marca geral teria sido de um “empirismo aplicado racionalmente”, totalmente coerente com o caráter utilitário de empreendimentos imobiliários movidos pela busca de lucro, que de fato eram. Destaca, contudo, que apesar desse caráter utilitário aquelas experiências apresentam avanços no quadro da urbanização do interior brasileiro que não podem ser desconhecidos e deveriam ser mais estudados (Rosaneli, 2006 e 2009).

Os argumentos desses autores reforçam a importância de se realizar análises empíricas que sugerem novas pistas para um entendimento mais amplo desse fenômeno tão importante.

Para se alcançar os objetivos pretendidos pela pesquisa foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos. Primeiramente, foram identificadas as principais cidades polo agroindustriais da região Centro-Oeste, que poderiam ser considerados seus “municípios do agronegócio”.

Esses municípios foram selecionados a partir do cruzamento das seguintes variáveis: (i) tamanho da população, considerando apenas municípios com mais de 50.000 habitantes; (ii) valor da produção agropecuária dos produtos típicos da modernização agrícola da região – soja, milho e cana-de-açúcar –, superior a R\$ 400 milhões/ano e; (iii) pessoas ocupadas na indústria de transformação, acima de 2.000 empregados. Os municípios situados nas regiões metropolitanas dos estados da região, assim como

aqueles cuja economia apresenta importantes especializações em atividades industriais sem vínculo direto com a agropecuária foram descartados.

Em seguida foram construídos grupos de comparação integrados por todos os municípios brasileiros com população até 10% acima ou abaixo da população de cada “município do agronegócio” selecionado, sendo denominados como “municípios próximos”.

As variáveis utilizadas para a comparação entre os grupos foram as seguintes: Produto Interno Bruto *per capita* (PIB_{pc}), Índice de Diversificação de Serviços (IDS), Índice de Diversificação de Serviços Intensivos em Conhecimento (IDSIC), Rendimento Médio, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Percentual de Extremamente Pobres (% Extremamente Pobres) e o Coeficiente de Gini (GINI). A partir daí, um Índice de Diferença (ID) foi construído para cada indicador e município do agronegócio, partir de sua comparação com a média de seus municípios próximos. Esses procedimentos serão, melhor detalhados no capítulo terceiro da dissertação.

O trabalho encontra-se organizado em três capítulos, além dessa introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo se apresenta uma revisão teórica discutindo os principais conceitos utilizados na pesquisa e sua relação com o objeto da pesquisa. O segundo aborda as transformações da economia e do espaço no Centro-Oeste brasileiro e suas especificidades nos estados de Goiás e do Mato Grosso, com foco no movimento de modernização agrícola e transformação agroindustrial, oferecendo o pano de fundo do surgimento/transformação de seus “municípios do agronegócio”.

No terceiro capítulo, detalha-se a metodologia e são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa. Por fim, nas considerações finais, são retomadas as principais conclusões do trabalho.

1 PRODUÇÃO DO ESPAÇO E SEUS ATORES

Na geografia tradicional o espaço era visto como uma realidade física, como um receptáculo, um palco que contém objetos e onde se desenrola a ação da sociedade. Os elementos da natureza como relevo, clima, vegetação e outros ofereceria o quadro de referência para entender os diferentes

fenômenos, inclusive sociais, de cada recorte do espaço (CORRÊA, 2000; COSCIONI, 2015).

No âmbito da chamada “geografia crítica”, que emergiu nos anos setenta, surgiu uma nova abordagem que entende o espaço numa ótica essencialmente relacional, como um “produto social”. A principal referência desse novo conceito é o filósofo e sociólogo francês Henri Lefevre. Segundo Lefevre o espaço não pode ser entendido como uma “coisa”, mas como um complexo “conjunto de relações” que, além de uma dimensão física, “reúne o mental e o cultural, o social e o histórico”. Trata-se de um “produto social”, mas um produto que “por interação ou retroação [...] intervém na própria produção”. Assim, argumenta Lefevre, o espaço é ao mesmo tempo, dialeticamente, “produto-produtor” (LEFEBVRE, 1986, p.5-6).

1.1 Território e Construção Social do Espaço

Essa noção de espaço social e historicamente construído de Lefevre forneceu elementos essenciais para o desenvolvimento de outro conceito fundamental da geografia, o de “território”. O geógrafo suíço Claude Raffestin deu a contribuição mais respeitada sobre o tema em sua obra “*Pour une géographie du pouvoir*”, de 1980. Raffestin define o território como um recorte do espaço apropriado por um grupo de atores sociais. “Ao apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p.143).

O ator a que se refere Raffestin, trata-se na verdade de um conjunto de atores heterogêneos, composto por diferentes indivíduos, grupos sociais, organizações, onde se incluem empresas, e instituições, entre as quais se destaca o Estado. Atores territorializam o espaço ao se apropriarem de porções deste, estabelecendo relações com a natureza e relações sociais que, por sua vez, encerram relações de poder.

Este é um componente essencial do conceito de território de Raffestin. Como observa Souza (2012, p.78): “o território [...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. A visão de poder de Raffestin, contudo, não se limita à ideia de poder político, monopólio hoje do Estado-Nação. O autor se refere ao poder na acepção dada por

Foucault (2008), como relações de poder que se fazem presentes em todas as relações sociais².

Nesta abordagem, o território tem uma dupla dimensão: uma, material/funcional; e a outra simbólica. A primeira, é a do território enquanto condições e recursos, naturais ou produzidos, que permitem realizar funções para atender necessidades existenciais e/ou produtivistas. A outra resulta da “valorização simbólica de um grupo em relação ao seu ‘espaço vivido’, produz significados e é responsável pelo sentimento de identidade territorial, de sensações de segurança e de pertença” (HAESBAERT e RAMOS, 2004, p.40).

Apesar de não utilizar a expressão território, Lefevre (1986) comunga com essa visão do território enquanto espaço apropriado. Esse autor distingue, entretanto, apropriação de dominação. Relaciona a apropriação à ocupação do espaço movida fundamentalmente por seu valor uso e, por isso, muito mais relacionado à sua dimensão simbólica, do espaço vivido. A dominação, por sua vez, se vincula ao valor de troca, à propriedade e portanto, à dimensão funcional.

Segundo Lefevre (1986) a economia capitalista, além de tornar a dimensão funcional e de dominação predominante em relação à da ocupação, sua lógica tende a dar um caráter unifuncional ao território.

Santos et al (2000, p.12) destacam que “os distintos atores não possuem o mesmo poder de comando” nesse processo de construção do território, “fruto do convívio de atores hegemônicos com os hegemonzados”³. São os primeiros que tem o poder de ditar os rumos e, no âmbito da dimensão material/funcional, de definir a configuração produtiva do mesmo.

Dois atores fundamentais têm papel destacado na configuração produtiva do território na economia mercantil-capitalista, as grandes empresas

² “Os mecanismos de poder são parte intrínseca de todas essas relações, são circularmente o efeito e a causa delas, mesmo que, é claro, entre os diferentes mecanismos de poder que podemos encontrar nas relações de produção, nas relações familiares, nas relações sexuais, seja possível encontrar coordenações laterais, subordinações hierárquicas, isomorfismos, identidades ou analogias técnicas, efeitos encadeados que permitem percorrer de uma maneira ao mesmo tempo lógica, coerente e válida o conjunto dos mecanismos de poder e apreendê-los no que podem ter de específico num momento dado, durante um período dado, num campo dado” (FOUCAULT, 2008, p.4-5) .

³ Santos et al (2000) argumentam para os atores hegemonzados o território é um recurso sobretudo no sentido de atender suas necessidades existenciais de abrigo e sobrevivência, enquanto para os hegemônicos trata-se de recurso para gerar excedentes a serem explorados de forma corporativa.

e o Estado. Elementos teóricos importantes para se pensar o papel desses atores na construção do território podem ser encontradas nas análises da dinâmica do crescimento de François Perroux e Albert Hirschman

Perroux (...), confere um papel destacado ao que ele denomina de “indústria motriz” em sua análise do crescimento polarizado. Trata-se de firmas de grande porte, em segmentos que possuem amplos encadeamentos técnicos e tecnológicos com diversos setores, possuindo elevada capacidade de comando e de dinamização dos territórios. Seu poder de comando e transformação se dá por meio de efeitos de aglomeração, assim como efeitos técnicos e de demanda, alterando não apenas a realidade econômica e demográfica, mas também institucional dos territórios.

Hirschman (2008) concebe o crescimento como uma cadeia de desequilíbrios, na qual cada novo investimento induz outros investimentos para frente e para trás, através da densa rede de links da estrutura produtiva. Esse autor atribui um papel muito especial às inversões em infraestrutura, de responsabilidade do Estado, nessa dinâmica. Mostra que são investimentos com enorme poder de indução de novas atividades econômicas.

Naturalmente o poder do Estado de interferir na configuração econômica dos territórios não se limita àqueles decorrentes de suas decisões em termos de investimento em infraestrutura, mas igualmente de seu papel no planejamento, no financiamento, na regulação e nos incentivos as atividades produtivas em geral. Além disso é preciso considerar as outras dimensões da construção social do território, ademais da econômica, como a política, social, cultural e ideológica nas quais as grandes empresas e especialmente o Estado tem elevada capacidade de intervenção.

Contudo, o reconhecimento do papel destacado desses dois atores não autoriza conclusões generalistas e simplistas que não levam em conta o papel dos demais atores e a trajetória histórico concreta da constituição de cada território. No estudo de cada realidade é fundamental identificar os diferentes atores, seus papéis e projetos, e considerá-los em seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal.

1.2 Fronteira, Territorialização e Reterritorialização

Do ponto de vista mais geral a fronteira é o limite externo que delimita o espaço de um território. Trata-se, portanto, igualmente, da linha ou da zona em que se encontram, ou se justapõem, dois ou mais territórios ou, ainda, um território e um espaço desabitado/desocupado. Como afirma Raffestin (1993, p.153): “Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera de imediato, a delimitação”.

Para Raffestin, contudo, a ideia de zona é mais apropriada que a de linha para definir a fronteira entre territórios. Trata-se de uma área em que os territórios que se encontram se interpenetram, se superpõem. Por isso esse autor afirma que “a fronteira é uma zona disfarçada de linha” (RAFFESTIN, 1993, p. 167).

O uso mais frequente do conceito nas ciências sociais, assim como de sua problemática subjacente, tem sido o de linha divisória entre dois ou mais estados-nações, ou limite político-territorial que delimita a soberania e o poder administrativo de cada um sobre o seu território. Sua origem, vincula-se especialmente às contribuições de Friedrich Ratzel, em seu “Geografia Política” de 1897, para quem as fronteiras internacionais são pensadas como barreiras para a proteção da soberania e, ao mesmo tempo, como linha que se move em busca de expansão territorial (RATZEL, 1988).

Outra linha de utilização do conceito de fronteira é o de linha ou zona de encontro entre territórios no âmbito subnacional. O enfoque dessa literatura é o da fronteira em movimento, o “deslocamento da fronteira”, com um território avançando sobre outros, sejam territórios ditos “vazios”, sejam aqueles considerados “mais atrasados”.

No Brasil essa literatura foi muito influenciada e/ou provocada pelo livro de F. J. Turner, “*The Frontier in American History*”, de 1893. Nessa obra, Turner argumenta que a forma como se deu o avanço sobre a fronteira, com a ocupação das terras “livres” do oeste americano pelos “pioneiros”, é fundamental para explicar a natureza da sociedade e da democracia nos EUA.

Os desafios daquela empreitada e a relativa autonomia em relação a Inglaterra, transformava os pioneiros e os afastava da influência europeia, moldando um homem novo e uma sociedade verdadeiramente americana. Segundo Turner, esse homem construído na fronteira em expansão, onde a civilização se defrontava com a barbárie indígena, forjou as virtudes do individualismo e o espírito empreendedor do homem americano. Gerou ainda, a solidariedade e a necessidade de acordo que solidificaram a democracia naquele país (AVILA, 2006; NOGUEIRA, 2013).

De um lado, a tese da fronteira americana de Turner serviu de inspiração para a burocracia responsável pela formulação e implementação das políticas de “integração nacional” após a Revolução de 1930 no Brasil. Segundo Velho (2009) Turner forneceu matéria-prima para a elaboração de outros mitos sobre a fronteira móvel como base para o estabelecimento da identidade nacional em países novos, como o para o caso brasileiro. Igualmente estimulou uma série de pesquisas empíricas no campo da geografia baseado nas noções de “franja pioneira” e “frente pioneira”, a partir dos anos 1940. De outro lado, suscitou uma visão crítica ao processo desenvolvimento do território brasileiro, baseado na ocupação e “colonização” dos territórios escassamente povoados do país, sobretudo por parte de antropólogos e sociólogos brasileiros nos anos 1960 e 1970.

A primeira fase das políticas regionais no Brasil, iniciada após a Revolução de 1930, teve como foco a integração nacional a partir da ocupação populacional e econômica do centro norte e todo o oeste do país, historicamente abandonados. A segurança territorial, com ocupação para proteger as fronteiras e a integridade nacional, juntamente com o esforço de articulação e desenvolvimento do mercado nacional eram os *leitmotivs* dessas políticas.

Essas políticas eram uma tentativa de fazer frente ao quadro herdado de nosso passado colonial, e que persistia na velha república. De um lado, a limitada articulação inter-regional da economia e um estado nacional frágil, refém das oligarquias locais e regionais. De outro, um imenso território, escassa e desigualmente ocupado, com a população e a economia fortemente concentrados no litoral.

As políticas de integração nacional encontravam sua base teórica na geografia, que estava se estruturando institucionalmente como disciplina no Brasil nos anos 30⁴, especialmente com os estudos de geopolítica de autores como Everardo Backheuser, Delgado de Carvalho e Mário Travassos (NOVAES, 2010).

Backheuser (1933) discutia a territorialidade brasileira destacando a peculiaridade das nações que se constituíram no processo de colonização europeia. Segundo esse autor, diferentemente dos países europeus, nos quais o processo de constituição do território e do estado nacional se deu por meio de um processo lento e espontâneo de integração, aqueles com passado colonial foram criados por ato de vontade externa e submetidos a uma ocupação rápida e desordenada. Esse processo deu origem a grandes desequilíbrios demográficos, o que exigiria uma estratégia racional de ordenamento espacial e um estado centralizado para implementá-la.

A ocupação do vasto e abandonado interior do território brasileiro, com ações de povoamento, colonização e controle das fronteiras seriam elementos fundamentais dessa estratégia, segundo Backheuser (1933). Uma “redivisão territorial” racional e a mudança da capital para o centro do país⁵, foram duas temáticas chaves do autor (ANSELMO e BRAY, 2002; NOGUEIRA, 2013).

Travassos e Delgado, igualmente, defendiam em suas obras a necessidade de políticas de ocupação do interior e defesa das fronteiras a partir da ótica geopolítica⁶. Travassos, por exemplo, insiste na necessidade da colonização da Amazônia e do Mato grosso, como forma de proteger as fronteiras e garantir a “projeção continental do país” (NOVAES, 2010; NOGUEIRA, 2013).

⁴ Segundo Moraes (1991, p.171): “a armação de um aparato institucional dedicado a essa disciplina data da década de 1930 com a organização dos cursos universitários de geografia no Rio de Janeiro e em São Paulo (1934), a normatização da disciplina no ensino básico de alguns estados, a fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (1935), a nação. pelo Estado, do Conselho Nacional de Geografia (1937) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1939)”.

⁵ Backheuser foi um dos mais ativos defensores da mudança da capital desde os anos 1920, com vários trabalhos publicados sobre o tema. Para maiores detalhes ver Ribeiro (2015).

⁶ Destacam-se, nesse sentido, as obras “O Brasil Meridional”, de Delgado de Carvalho, publicado em 1910, e “Projeção Continental do Brasil” de Mário Travassos, de 1935 (NOVAES, 2010).

Nos anos 1940, obras como “Oeste” (1941), de Nelson Werneck Sodré e “Marcha para o Oeste” (1941) de Cassiano Ricardo, intelectuais muito próximos ao governo de Getúlio Vargas, serviram de inspiração direta para as políticas territoriais do Estado Novo. Nesse conjunto de autores, Cassiano Ricardo é aquele que se inspira mais claramente em Thurner, fazendo uma tentativa de transplantar para o Brasil o “mito da fronteira”. Ricardo argumenta que enquanto o litoral se mantinha culturalmente atado à Europa, os Bandeirantes que conquistam o sertão buscavam se libertar desses laços, dando origem à verdadeira brasilidade. Por meio da mestiçagem com os índios teriam estabelecido as bases de uma democracia social. Com uma “hierarquização funcional” presidida por um “espírito de cooperação” teriam lançado as fundações da “democracia bandeirante” (RICARDO 1942, APUD VELHO, 2009, p.131-137⁷).

Todo esse ideário de integração nacional foi parte fundamental do discurso nacionalista do primeiro governo Vargas, e orientou um conjunto de políticas concretas. Entre elas destacam-se: a criação de cinco territórios federais⁸ e a institucionalização de uma “Faixa de Fronteira”⁹; a criação do IBGE; e a implementação do projeto “Marcha para o Oeste”. Esse ponto será retomado mais à frente na medida em que é de grande importância para se entender a formação do Centro-Oeste e o surgimento das “cidades do agronegócio”.

Ainda nos anos 1940, geógrafos como Pierre Monbeig e Leo Waibel passam a utilizar as expressões franjas pioneiras e frentes pioneiras no estudo do avanço da cafeicultura em São Paulo e no norte do Paraná, inspirando um grande número de autores nas décadas seguintes. O uso da expressão “frentes”, no lugar de deslocamento da fronteira, utilizado por Thurner¹⁰, procura reconhecer a diversidade dos processos de ocupação do Brasil.

⁷ Nesse trecho do “Capitalismo Autoritário e Campesinato”, intitulado “Thurner autoritário”, Velho (1996) apresenta uma bela síntese dessa tentativa Ricardo de transplantar o “mito da fronteira” para o Brasil.

⁸ Em 1943 foram criados os territórios federais do Amapá, Rio Branco (hoje Acre), Guaporé (atual Rondônia), Ponta Porã e Iguazu.

⁹ Trata-se de uma faixa interna de 150 km de largura, paralela a toda a fronteira terrestre brasileira, sujeita a uma legislação específica com foco na segurança nacional. A partir de constituição de 1988 tem-se buscado um enfoque mais vinculado ao desenvolvimento regional para a Faixa de Fronteira (MI, 2005).

Salientando esse ponto, Morse (1967, p.30-31 Apud VELHO, 2009) diz que no Brasil, a “ocupação ocorreu e ainda ocorre em um padrão de arquipélago” e que devemos “na verdade falar não de uma fronteira, mas de experiências, transações e mutações de fronteiras múltiplas e complexas”.

A ênfase da abordagem das frentes pioneiras está no avanço da economia moderna, com a expansão das ferrovias, surgimento de novas cidades e difusão da agricultura comercial em grande escala, sobre a “velha economia rural”, e o “antigo povoamento do sertão”, na expressão de Monbeig. A ótica é a dos pioneiros empreendedores que, com o apoio do Estado, promovem a modernização (MARTINS, 1996; BOECHAT, 2014).

Martins (1996, p.28) destaca que nesse olhar da frente pioneira, os agentes sociais do outro lado da fronteira, do território que está sendo ocupado e transformado, aparecem “como *precursores* dessa mesma frente, como se estivessem ali transitoriamente, à espera da civilização que acabaria com eles”.

Um pensamento diverso e, em certo sentido, crítico à abordagem das frentes pioneiras seria liderado por antropólogos, entre os quais se destacam Darci Ribeiro e Otávio Velho, a partir dos anos 1960. Esses autores preferem a expressão “frente de expansão”. Segundo Velho (2009, p.106), porque o termo “pioneiro” “sugere a ideia que se trata de um primeiro passo numa cadeia de desenvolvimentos necessariamente ‘positivos’”.

É importante destacar dois elementos da abordagem das frentes de expansão daqueles autores. De um lado, trata-se de um olhar que procura reconhecer o outro lado da fronteira, considerando a ótica dos que “sofrem” a ocupação, especialmente a população indígena. De outro lado, focam em processos de ocupação das fronteiras que antecedem aqueles tratados nos trabalhos sobre frentes pioneiras. Analisam as frentes que avançam sobre os territórios indígenas e que deram origem a “velha economia rural” e o “antigo povoamento do sertão”, sobre os quais avançam as fronteiras pioneiras de Monbeig e Waibel.

Velho (1972; 2009), especialmente, refere-se a um longo processo histórico, iniciado nos fins do século XVI, de ocupação do interior do Brasil fora da faixa litorânea ocupada pela agricultura de exportação. Trata-se, sobretudo,

ao movimento de frentes de pecuária e/ou de extrativismo mineral ou vegetal que, ao mesmo tempo em que estão subordinadas ao dinamismo dos territórios integrados à economia europeia, vão dando origem a territórios com baixa densidade populacional e uma economia mercantil rudimentar (VELHO, 2009; MARTINS, 1996).

Assim, enquanto a literatura das frentes pioneiras tem seu foco na transformação dos territórios rurais do “sertão”, por meio da expansão da agricultura comercial do café, a construção de ferrovias e o surgimento de cidades. Processo que tem como principais atores o capital imobiliário, as empresas ferroviárias e os grandes agricultores de exportação, em geral articulados. Os trabalhos de Ribeiro e Velho que tratam das frentes de expansão se referem à transformação de territórios originalmente indígenas, em territórios rurais onde convivem diferentes formas de relações mercantis e não mercantis, assim como práticas sociais e políticas rústicas e violentas. Os atores que avançam nessa fronteira são fazendeiros de gado e vaqueiros, posseiros, garimpeiros, extrativistas, comerciantes e pequenos agricultores. Os indígenas, atores do outro lado da fronteira, a que vai sendo ocupada, foi sendo exterminado ou confinado a espaços cada vez mais restritos (VELHO, 2009; MARTINS, 1996).

Apesar desse tipo de frente de expansão ter precedido historicamente as chamadas frentes pioneiras, as características de ambas se interpenetram nas fronteiras móveis, no processo de desenvolvimento da economia periférica brasileira. Martins (1996) chama a atenção para o que é comum entre as diferentes formas de “frentes” mencionadas e que caracteriza, em termos mais gerais a fronteira. O que nos permite retornar ao conceito em termos teóricos.

A fronteira é, segundo Martins (1996, p. 27) o “lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si”. É, portanto, um lugar de encontro e desencontro, de interpenetração e conflito de diferentes modos de vida, de visões de mundo e temporalidades diversas. Quando está se considerando, como nesse caso, a fronteira em movimento, de um território avançando sobre outros, trata-se de um processo antropofágico que produz um território novo, com mudanças e permanências.

Martins (1996) fala de uma “situação de fronteira”, para caracterizar a fase em que prevalece o desencontro e o conflito mais aberto. Situação que deixa existir quando aqueles territórios se fundem. Nas palavras de Martins (1996, p.27):

“quando o outro se torna a parte antagônica ‘do nós’. Quando a História passa a ser a nossa História, a História da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque somos antropofagicamente nós e o outro”.

O conceito de “territorialização” de Raffestin ajuda a pensar esse processo. Com já foi adiantado, o território é definido por esse autor com um espaço apropriado/dominado por um grupo social. A territorialização seria o resultado desse processo de apropriação/dominação, que implica na construção de uma identidade territorial, uma noção de pertencimento e diferenciação em relação aos demais. Resultam em um conjunto de valores, visões de mundo, formas de produzir e viver compartilhados. Ela resulta, ao mesmo tempo, em uma realidade diversa e desigual, de identidade e conflitos, mediados por relações de poder (RAFFESTIN, 1992; MASSEY, 2000).

Trata-se de um processo que precisa ser entendido como aberto, multiescalar e, essencialmente dinâmico. Massey (2000), utilizando o conceito de lugar e não o de território chama de “reacionária” a visão de que os lugares possuem identidades únicas, produtos de uma longa “história introvertida”, “voltada para dentro”.

Assim, apesar do próprio conceito de território supor a existência de limites, de fronteiras que o delimitam, trata-se de um lugar cuja identidade, que é diversa, resulta de uma complexa dinâmica aberta, de permanente interação com outros lugares e outras culturas. Ela adquire sua especificidade, que dá personalidade àquele lugar, pela forma única como esse conjunto de interações e relações sociais “se encontram e se entrelaçam num *locus* particular” (MASSEY, 2000, p.184).

Refere-se não apenas a uma realidade aberta, mas também multiescalar, uma vez que cada território se situa no âmbito maior de territórios regionais, nacionais e globais. Assim: “As relações econômicas, políticas, e socioculturais, cada qual cheia de poder e com estruturas internas de

dominação e subordinação, estendem-se pelo planeta em todos os diferentes níveis, da família à área local e até internacional” (MASSEY, 2000, p.184). Dessa, forma suas interações ocorrem em múltiplas escalas.

Por fim, a territorialização é um processo, no qual a constelação de interações, com os diversos territórios em diferentes escalas, vai se depositando na história de cada local ao longo do tempo. Mas não se trata de um processo linear. De tempos em tempos, os territórios são sacudidos sejam por fatores internos, como mudanças bruscas nas correlações de força de poder, sejam externos, de diferentes ordens. Nesses momentos, eles passam por processos de reterritorialização, de redefinição de seus valores e outros componentes de sua identidade (HAESBAERT e RAMOS, 2004).

A expansão de fronteiras pode ser entendida como um processo de reterritorialização, não apenas dos territórios que são ocupados no processo, mas de ambos os territórios, dando origem a um território novo. Um processo de destruição, mudanças e permanências, cujo desfecho não está dado a priori. Ele depende das correlações de forças e das ações dos diversos atores envolvidos. Por isso Raffestin (1993, p.162) diz que “a análise da territorialidade só é possível pela apreensão das relações reais recolocadas no seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal”.

É preciso considerar que, como mostra Massey (2000), as trajetórias territoriais são contingentes. A noção de trajetória mostra que o futuro estará, em certa medida, condicionado pelo passado. Os investimentos e escolhas que foram se acumulando ao longo do tempo, resultam em capacidades e limites para a definição dos caminhos futuros. Esse condicionante estrutural, contudo, não determina esse futuro. Esse depende das políticas e ações concretas dos atores, além de outros fatores que intervenham no desenrolar concreto dos acontecimentos.

Nesse momento cabe fazer uma relação mais direta entre os conceitos e a abordagem teórica apresentada até agora, e o objeto concreto desse trabalho. A questão a ser tratada se refere à emergência de um conjunto de cidades polo e suas características, no bojo de um processo de avanço da fronteira agrícola no Centro-Oeste, a partir dos anos 1970.

Existe um contexto sócio-histórico mais amplo a ser considerado no que se refere ao objeto da pesquisa. Em primeiro lugar, o trabalho se debruça sobre um processo de transformação territorial, no âmbito de relações capitalistas de produção. Portanto, ele toma como referência as características gerais desse sistema no que diz respeito à dimensão territorial, apontadas por Lefebvre (1986):

- O capitalismo criou, pela primeira vez na história, uma economia mundial integrada que subsumiu todo o território do globo à lógica de reprodução ampliada do capital;
- Sob sua lógica a dominação assume preponderância sobre a apropriação no processo de construção social dos territórios;
- A produção – e reprodução – de desigualdades é inerente à lógica do sistema, o que confere um caráter excludente aos processos de desenvolvimento territorial sob sua égide.
- O sistema exerce uma pressão do sentido de tornar os territórios unifuncionais, distanciando-os do tempo vivido de seus usuários, que é diverso e complexo.

Trata-se de características gerais importantes, mas insuficientes - como apontam o próprio Lefebvre, Raffestin e tantos outros -, para compreender as trajetórias específicas de constituição e transformação de territórios concretos. Esse é um elemento importante da hipótese que orienta este trabalho.

Em segundo lugar, o objeto do trabalho refere-se à construção e transformação de cidades no âmbito da expansão das fronteiras internas do país, uma problemática específica do desenvolvimento capitalista em alguns países periféricos e com passado colonial, como o Brasil. Existe uma farta produção nas ciências sociais do país buscando dar conta das especificidades do desenvolvimento capitalista brasileiro, sob diversos ângulos. Interessa aqui chamar a atenção, tão somente, para dois pontos relacionados à questão territorial e urbana, no sentido de explicitar melhor a problemática proposta.

- O país se caracteriza por desigualdades espaciais e sociais particularmente acentuadas, com um processo de desenvolvimento excludente.

- As cidades brasileiras são marcadas por economias urbanas estruturalmente heterogêneas e com elevados níveis de informalidade, crescimento desordenado, forte segregação espacial e altos níveis de pobreza e violência urbana.

Considerando essas características é preciso ter especial cuidado em distinguir os problemas que são comuns à média das cidades brasileiras, daqueles que são específicos do desenvolvimento urbano das cidades analisadas. Interessa entender a problemática que é própria do quadro de expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste, no último quartel do século XX.

Por fim, é necessário, ainda nesse item, esclarecer a singularidade da categoria “fronteira agrícola” em relação ao conceito mais geral de fronteira interna em expansão discutido até agora, e no qual ela se insere. O termo fronteira agrícola se refere à zona em que a produção agrícola moderna e de grande escala se defronta com territórios nos quais a atividade agrícola se realiza com técnicas produtivas mais simples.

Essa definição merece duas qualificações importantes. A primeira diz respeito ao significado de agricultura moderna de grande escala. O sentido desse termo na discussão das frentes pioneiras dos anos 1920 a 1960, relacionadas ao avanço da fronteira do café em São Paulo e no Paraná, é bastante distinto do referente à de expansão de grãos a partir dos anos 1970. Esse ponto será melhor explicitado mais à frente.

A segunda qualificação concerne às características dos territórios sobre os quais a fronteira avançou. No primeiro caso, a do café, correspondia a situação já descrita anteriormente de ocupação demográfica rarefeita e dispersa, com atividade liderada pelas fazendas de gado, com uma agricultura marginal e rudimentar, que diversos autores classificam de “economia de excedente”.

Trata-se do cultivo de produtos, em grande parte, para subsistência, cujo excedente era comercializado em mercados restritos, em geral apenas locais. Nesse caso, a expansão da fronteira agrícola estava imbricada com a

ocupação populacional, a construção de vias de transporte e à “implantação de cidades” (VELHO, 2009).

Na expansão a partir da década de 1970, no Centro-Oeste, existem duas frentes com proximidade no tempo cronológico, mas com temporalidades históricas bem distintas. A que avança no norte do Mato Grosso, com a implantação de cidades como Sorriso, Lucas do Rio Verde, Sinop e Primavera do Leste, que se aproxima da situação descrita acima, que vamos chamar de “fronteira de colonização”.

E outra, que avança pela metade sul de Goiás - transformando cidades como Rio Verde, Jataí, Mineiros e Itumbiara -, e sobre o sul do Mato Grosso, afetando a cidade de Rondonópolis. Nessa frente, que denominaremos de “fronteira de transformação”, encontravam-se cidades já implantadas, com economias agropecuárias que viveram um movimento de expansão mercantil significativo desde os anos 1940, apesar de ainda predominarem técnicas de produção tradicionais.

1.3 Colonização e a implantação de cidades como um negócio

A expansão das fronteiras internas brasileiras, discutido no item anterior, se deu essencialmente por meio de projetos de colonização conduzidos pelo Estado e/ou por empresas privadas. Nesse processo, especulação imobiliária, expansão agrícola, construção de ferrovias e abertura de estradas, e implantação de cidades caminharam juntas.

Segundo Ianni (1979) colonização, em um sentido amplo, confunde-se com ação de povoamento, com ocupação e valorização de uma área promovida por indivíduos ou organizações de fora da mesma. Mais especificamente, colonização pode ser definida como povoamento precedido de planejamento governamental ou privado.

Enquanto nos EUA a expansão da fronteira interna no Oeste se deu por meio de povoamento espontâneo, no Brasil praticamente todo ele foi induzido por políticas públicas. A colonização no país foi, em parte, planejada e executada diretamente pelo próprio poder público e, em parte, executada por

empresas colonizadoras com apoio de políticas públicas. Muitas vezes observou-se a articulação entre essas duas formas.

Já quando da aprovação da Lei de Terras, em 1850, ordenando a ocupação de terras devolutas e o acesso a propriedade da terra exclusivamente pela compra, foi incluído um artigo autorizando o governo a promover colonização. O artigo 18, da referida lei, autorizava o governo a trazer colonos, principalmente do exterior, para implantar colônias agrícolas em regiões despovoadas (PRIORI, 2012).

A constituição de 1891, por sua vez, por meio de seu artigo 64, assegurou a transferência sobre o domínio das terras devolutas da União para os estados. Diversos estados, como o do Pará e o Paraná, estabeleceram legislações destinadas a viabilizaram processo de colonização. No final do século XIX já se registram experiências dispersas de formação de colônias patrocinadas pelos estados, especialmente na região amazônica.¹⁰

Contudo, o primeiro movimento de colonização em grande escala no Brasil se deu entre os anos 1940 e 1960. Esse movimento seguiu dois caminhos: uma em direção ao centro norte do país, em sua quase totalidade dirigida e executada diretamente pelo governo federal no âmbito do programa “Marcha para o Oeste”; e outra, acompanhando a expansão da fronteira agrícola do café em direção ao noroeste do Paraná, realizada principalmente por colonizadoras privadas com o apoio do governo, sobretudo o daquele estado.

Ambos os processos são importantes para se entender o surgimento e/ou transformação do conjunto de cidades analisadas nesse trabalho. No caso das cidades incluídas na expansão da fronteira agrícola de grãos em Goiás e no sul do Mato Grosso: a Marcha para o Oeste teve impactos importantes na sua dinâmica no período 1940-1960. No caso daquelas no norte do Mato Grosso: elas foram implantadas diretamente por projetos de colonização, na maior parte privados; tomando como modelo a experiência das colonizadoras privadas que atuaram no noroeste do Paraná; em alguns casos com as

¹⁰ Para maiores informações e referências ver Santos (2016).

mesmas empresas; mobilizando migrantes do sul do país, especialmente da região que foi alvo movimento anterior de colonização.

Em seguida se analisará brevemente a experiência do Paraná, deixando o caso da Marcha para o Oeste para ser analisada no capítulo 2, quando se tratará da região Centro-Oeste e suas transformações recentes.

1.4 A colonização do noroeste do Paraná

De acordo com Almeida (2016) a ocupação do território no Paraná resultou do processo de expansão de três grandes frentes. A primeira seria a do Paraná tradicional, iniciada no ciclo do ouro no século XVIII, compreendendo o litoral, os campos gerais e a região de Curitiba. Após o declínio da mineração, passou a ser liderada pela pecuária extensiva e o tropeirismo.

A segunda seria a frente Norte, que teve um início de ocupação na segunda metade do século XIX, liderada por produtores paulistas de café, buscando manchas de terras rochas e baratas naquele estado. Após uma fase espontânea que dura até o final dos anos 1920, inicia-se efetivamente nessa região uma fase de colonização planejada, liderada por empresas privadas com apoio estatal. Essa é o momento que se inicia o avanço mais efetivo da fronteira agrícola do café no estado.

Uma terceira fase seria a da frente Sudoeste, que se inicia de forma efetiva nos anos 1940, constituída pela migração proveniente principalmente do Rio Grande do Sul. Esse movimento se estendeu do Sudoeste do Paraná até o Oeste de Santa Catarina. Nessa frente se superpuseram ocupação espontânea e colonização, tanto de iniciativa pública como privada.

Interessa aqui discutir, brevemente, a fase liderada por colonizadoras privadas no Norte daquele estado, que serviu de referência para a posterior colonização do Mato Grosso nos anos 1980.

As empresas colonizadoras são criadas para aproveitar oportunidades de negócio que surgem a partir de políticas públicas de ocupação/expansão das fronteiras internas no Brasil e outros países periféricos de passado colonial. No caso brasileiro, essas políticas tinham como carro chefe a abertura de grandes vias de conexão rodoviária e ferroviária, conectando pontos

avançados das regiões das fronteiras priorizadas, ao Sudeste e outras partes do litoral ocupado.

A estratégia colonizadora consistia em estabelecer pontos de assentamento ao longo desses corredores, desses “eixos de desenvolvimento”. Esses pontos deveriam funcionar como polos irradiadores de crescimento e de civilidade nessas regiões. O caráter dirigido do processo implicava em um considerável esforço de planejamento e gestão, além de um robusto sistema de incentivos.

Na medida em que facilita o acesso a regiões com ampla disponibilidade de terras devolutas e/ou fragilmente tituladas, e assegura benefícios fiscais e creditícios, o Estado transforma a atividade de colonização em uma enorme fonte potencial de ganhos, especialmente imobiliários. Isso é verdade, sobretudo, nos espaços que podem ser alcançados pela expansão ferroviária e dispõe de terras férteis. É exatamente onde vai florescer o negócio da colonização privada no Brasil.

Na frente que era a prioridade no discurso governamental de integração nacional do país, a da “Marcha para o Oeste”, a fronteira avançava sobre as terras até então inférteis dos cerrados, apostando numa pouco provável possibilidade de desenvolvimento de grande agricultura na região amazônica. Essa frente não atraiu as colonizadoras e o esforço foi assumido basicamente pelo poder público.

Já na frente da fronteira paranaense, de expansão da já consolidada agricultura cafeeira sobre as terras férteis daquela região, no sentido natural da extensão da rede ferroviária que atendia São Paulo, o processo foi assumido essencialmente pelas colonizadoras privadas. Outro fator que contribuiu para o avanço da iniciativa privada nesse campo no Paraná foi a existência de uma legislação estadual, desde 1916, que regulamentava a concessão de terras devolutas no Norte do estado para empresas dispostas a colonizar a região. (NUNES, 2017).

Particularmente esclarecedora desse processo é a experiência da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), uma das primeiras e a maior colonizadora que atuou na região e que acabou se convertendo em um

paradigma, servindo de modelo para várias outras. A CMNP foi criada setembro de 1925, originalmente com o nome de Companhia de Terras Norte do Paraná, como uma subsidiária brasileira da Plantations Syndicate Ltda.

A história de sua fundação é um bom exemplo de como as oportunidades abertas pela política pública de colonização atraiu e mobilizou capitais estrangeiros e nacionais. O criador da empresa, o inglês Lord Lovat (1871-1993) era proprietário de terras e de uma empresa de plantação de algodão no Sudão, além de técnico em agricultura. Aportou no Brasil, em 1923, integrando uma missão enviada ao país por banqueiros de Londres, para avaliar a economia brasileira em consequência de uma solicitação de um grande empréstimo do Brasil ao Banco da Inglaterra (NUNES, 2007).

Aqui Lovat foi apresentado à possibilidade de investir na colonização do Paraná, por brasileiros que buscavam capitais estrangeiros para ser aportados na ferrovia São Paulo- Paraná que, assim como na maioria das estradas de ferro à época em São Paulo, estava sendo construída pelos próprios fazendeiros. As informações apresentadas a ele, por um dos brasileiros que já estava investindo na colonização na região, era a de que a expectativa de valorização era de mil por cento (CMNP, 1975; NUNES, 2007).

Lovat mobilizou capitais ingleses e brasileiros e criou a empresa em 1925. No final do mesmo ano adquiriu 415.000 alqueires de terra rocha, em região plana e com abundância de água, pagando muito barato em função da dificuldade de acesso. Em seguida expandiu para 515.017 alqueires (13.166 km²) contínuos comprando de fazendeiros locais. Três anos depois, em 1928, comprou a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, estendendo a linha por etapas em toda a região de seu projeto (CMNP, 1975, p.87).

Ao longo de sua história a CMNP fundou “63 cidades e patrimônios, vendeu lotes e chácaras para 41.741 compradores, de área variável entre 5 e 30 alqueires, e cerca de 70.000 datas [lotes] urbanas com média de 500 metros quadrados”. Entre as cidades estão os principais polos urbanos da região, como Londrina, Apucarana, Maringá e Cianorte, todas elas na linha da ferrovia (CMNP, 1975, p.116).

Não se trata de um grande projeto imobiliário disperso, mas da implantação de um todo um sistema territorial articulado, com uma rede de cidades racionalmente desenhada e cidades planejadas. O projeto possui como espinha dorsal um eixo rodoferroviário de penetração. Ao longo desse eixo foram construídas, a cada cem quilômetros, quatro cidades médias planejadas para se constituírem nos principais polos de prestação de serviços, pela ordem: Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama. Em torno de cada cidade estruturou-se um cinturão de chácaras para abastecimento das cidades. Entre os centros urbanos médios seriam implantadas, a cada 10 ou 15 km, pequenos patrimônios e centros urbanos intermediários.

As áreas rurais, divididas em lotes de 10, 15 e 20 alqueires, eram servidas por estradas vicinais, para as quais os lotes davam frente e contavam com abastecimento de água. O planejamento tinha o pressuposto de assegurar que a renda circulasse localmente, favorecendo o desenvolvimento regional (CTNP, 1975, p.70-71). Esse projeto, que foi implementado com competência pela empresa, serviu de modelo para dezenas de outras colonizadoras que atuaram na região no período.

Existe uma ampla literatura dedicada a análise da história da colonização privada no norte do Paraná. Ela se divide em geral em dois grandes grupos que se situam em posições radicalmente opostas. Uma parte faz uma abordagem acrítica e, em alguns casos, apologética mesmo da experiência. Situam-se nesse campo da apologia vários trabalhos que foram elaborados pelas próprias empresas, como é o caso do livro que conta a história da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP, 1975), escritos de participantes, documentos oficiais, entre outros. Essa literatura procura reforçar certos mitos que foram construídos em torno processo, como o do grande pioneirismo e empreendedorismo dos migrantes, decorrente da cuidadosa seleção que era realizada pelas colonizadoras; e a elevada mobilidade social que assegurava o caráter democrático daquela colonização, que seria um verdadeiro exemplo de reforma agrária, ordeira, racional e democrática.

Também numa posição acrítica, mas com maior consistência argumentativa, situam-se trabalhos, sobretudo de urbanistas, encantados pela

qualidade técnica do planejamento urbano de diversas das cidades implantadas. Os exemplos de Maringá e Cianorte, projetadas por Jorge de Macedo Vieira, são os mais utilizados como referência. Segundo esses autores os projetos teriam sido inspirados na visão das cidades-jardim inglesas, socialmente bastante avançadas.

De outro lado, predomina uma visão bastante crítica, que destaca as características de controle, imposição e artificialidade de todo o processo. Ao mesmo tempo em que apresenta contribuições relevantes para o entendimento da experiência, exageram em conclusões que contrariam as evidências empíricas.

O arquiteto-urbanista Alessandro Rosaneli (2006; 2009) fez um amplo e profundo estudo empírico e teórico sobre as cidades fundadas por companhias colonizadoras no norte do Paraná, que acompanharam a expansão da fronteira agrícola do café em direção àquele estado. A ótica de sua análise são as peculiaridades da morfologia urbana dessas cidades.

Rosaneli (2006 e 2009) critica as duas principais visões dominantes na literatura sobre a temática [as cidades do norte do Paraná], em razão de sua generalidade e simplismo. A primeira visão faz apologia do padrão, identificando nos planos urbanísticos das cidades da região uma forte presença do modelo urbanístico das “cidades jardins” desenvolvidas por Ebenezer Howard no final do século XIX na Inglaterra. Modelo que se caracteriza por respeito à natureza combinado com a preservação da privacidade e promoção de espaços comunitários. A segunda é fortemente crítica, sugerindo que o que houve no norte do Paraná foi o transplante do modelo colonial de cidade imposto pelo império britânico às suas colônias.

Segundo Rosaneli (2006 e 2009), em primeiro lugar é um equívoco tratar os diversos planos urbanísticos na região com se apresentassem uma homogeneidade, não reconhecendo a grande diversidade de soluções empregadas. O autor ressalta que os planos seguem trajetórias específicas, respondendo a suas condições históricas concretas, e se há um traço comum é o seu pequeno compromisso com teorias urbanísticas e com considerações estéticas. Caracterizou-se, muito mais, pelo empirismo aplicado racionalmente,

coerente com o caráter utilitário de empreendimentos imobiliários movidos pela busca de lucro, que de fato eram.

Assim, segundo aquele autor, não cabem os argumentos que lhes fazem apologia, assim como não se justificam as críticas generalistas. Apesar de seu caráter utilitário, resultou em cidades dotadas de certo planejamento, no qual “certos cuidados com a escolha do sítio e com o uso da topografia para implantar os principais elementos do plano, a atenção dedicada aos logradouros públicos, à aplicação da geometria como inspiração compositiva, dentre outros” fatores representam avanços que não podem ser desconhecidos (Rosaneli, 2009, p.148).

1.5 Cidades e Rede Urbana

Muitos dos problemas econômicos e sociais (desemprego, moradia, gestão do lixo, mobilidade, saúde, saneamento, questões ambientais, educação de qualidade e etc.) são impactados pela produção e reprodução do espaço. E em se tratando do espaço urbano, por conta das diferentes alianças e conflitos que se estabelecem, surge o fenômeno da segregação.

Além disso, a urbanização acaba por potencializar e catalisar os processos socioespaciais que permitem a economia capitalista se manter e reproduzir suas relações essenciais produtivas e a sua própria sobrevivência baseada na criação de um espaço social crescentemente abrangente, instrumental e mistificado (LEFEBVRE, 1991).

Para Corrêa (1988), a forma como o espaço urbano é utilizado determina sua fragmentação em função da concentração de atividades econômicas (atividades comerciais, de serviços e industriais) e, por conta disso, como qualquer outra categoria social, o espaço urbano pode ser percebido como um paradigma de consenso ou de conflito, principalmente, quanto ao seu uso.

Assim, a expansão da fronteira econômica determina a organização socioespacial a partir da concentração de forças produtivas, da circulação de

bens e serviços, distribuição da força de trabalho, da oferta de capital, de áreas de consumo e etc.. No momento atual, o processo econômico transforma o espaço urbano em uma condição para a realização do capital, e, portanto, as cidades são fragmentadas de acordo com a espacialização e dominação das atividades econômicas. Esta dominação sinaliza o aspecto político da fragmentação espacial, uma vez que se exerce pela normatização do próprio espaço.

O que significa que a expansão da fronteira econômica estabelece algumas relações entre agentes sociais, a reestruturação produtiva e suas novas escalas e a (re)produção do espaço. Essas relações têm como pressupostos básicos: a) considerar a produção do espaço como decorrente da ação de agentes sociais concretos, com papéis não rigidamente definidos, portadores de interesses, contradições e práticas espaciais diversas; b) normatizar e inferir a dimensão espacial na qual a ação humana se realiza.

A produção, articulação e utilização do espaço são designadas a poucos atores, gerando uma crescente população de excluídos sociais. A cidade é produto das contradições de classe e envolve interesses e necessidades diversas. Corrêa (1988) tende a identificar os agentes sociais envolvidos na produção do espaço urbano: os proprietários fundiários e dos meios de produção, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Os dois primeiros agentes especulam e moldam o espaço mediante as necessidades da demanda populacional de média e alta renda. Ou seja, os que podem pagar para utilizarem-se do espaço urbano.

O autor também dá a entender que os grupos sociais excluídos, ao produzirem favelas, invadindo terrenos públicos ou privados, tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço.

No entanto, Harvey (1980) afirma que os atores no mercado de moradia são numerosos e diversos, e cada um tem uma maneira diferente de determinar o valor de uso e o valor de troca. Harvey identifica os seguintes grupos: os usuários de moradia; os corretores de imóveis; os proprietários; os

incorporadores e construtores; as instituições financeiras; e as instituições governamentais.

Por outro lado, é válido ressaltar que o espaço urbano não está preso a uma mera representação social do espaço, pois o mesmo extrapola os limites da cidade e/ou dos núcleos urbanos em ascensão, pois é possível encontrar características urbanas no espaço rural e vice-versa.

Tais fenômenos, nessa superposição de áreas, geram atrativos para a reprodução do capital e as condições de desenvolvimento financeiro, e por fim a urbanização dessas áreas.

Enfim, a produção do espaço urbano segue os ditames do capital. O capital se reproduz no espaço artificial e a partir daí gera industrialização, urbanização, metropolização, segregação e exclusão socioespacial. A cidade é excludente, com cenários totalmente diferentes a classes antagônicas. Sobrevive na cidade quem pode pagar pelas amenidades que o capital oferece, e assim, desfrutá-las.

1.6 Rede Urbana

De acordo com Corrêa (1988) rede urbana é o conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados. Essa articulação de funções envolve território, fluxos, atores, estrutura e escala, combinam-se de forma complexa. A rede urbana tem papel crucial na formação e no arranjo do território. As relações entre os conjuntos urbanos produzem e fortalecem os laços de interdependência entre eles, bem como com as regiões que polarizam um dado território.

O estudo sobre redes urbanas aparece como uma tradição no âmbito da Geografia. Tal importância é resultado do processo de urbanização, em especial no século XIX (período de expansão da revolução industrial) refletindo e condicionando transformações decisivas na sociedade (CORRÊA, 1988).

O comando do território é ordenado pela rede urbana e sua hierarquia, bem como suas infraestruturas. Acrescenta-se ao conjunto da rede urbana um centro mais importante de nível metropolitano ou regional, o qual exerce

controle econômico e político sobre sua zona de influência imediata (DINIZ, 2001).

Assim, reforça-se a importância do estudo sobre redes urbanas, em especial, para arquitetos e urbanistas, economistas e geógrafos tendo em vista que o espaço da cidade é o objeto de estudo e, por tanto, entender essa sistemática em redes, é de fundamental importância no entendimento do objeto cidade. Resumindo, para compreender o espaço intraurbano, é necessário entender o espaço interurbano evidenciada nos estudos das Regic's (REGIC – IBGE 2018).

2 TRANSFORMAÇÕES DA ECONOMIA E DO ESPAÇO NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO

Antes de discutir as cidades do agronegócio é importante analisar o contexto em que elas se constituem e/ou se transformam. É o que se fará nesse capítulo, tratando inicialmente do processo de transformação da região Centro-Oeste como um todo e, em seguida, detalhando um pouco os casos de Goiás e do Mato Grosso, estados em que concretamente se situam os municípios selecionados.

Ainda se busca verificar empiricamente se os municípios do agronegócio que emergem no Centro-Oeste – excluindo-se os municípios do Estado do Mato Grosso do Sul, por não atenderem aos critérios utilizados na identificação de municípios polos de base agroindustrial e explicitado na metodologia da pesquisa, impulsionados pela chamada “Revolução Verde”, apresentam, efetivamente, um perfil mais socialmente excludente do que seus congêneres no Brasil de porte semelhante.

2.1 Modernização Conservadora e Emergência dos Complexos Agroindustriais no Centro-Oeste

A região Centro-Oeste do Brasil ocupa uma área de 1,61 milhão de km², o que representa 18,9% da área do país. Sua população de 16,1 milhões de habitantes, entretanto, corresponde a apenas 7,7% da população brasileira, o que indica que a região possui uma densidade populacional relativamente baixa.

Figura 1 – Participação do Centro-Oeste na economia brasileira



Fonte: Retirado de Castro e Ariel (2016).

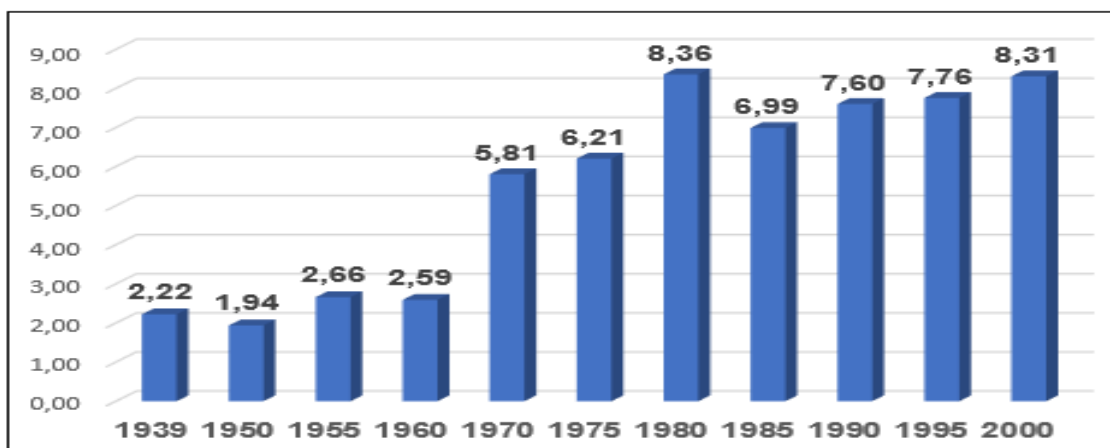
Obs: Dados de área, população (contagem) e PIB são do IBGE. Dados de exportações da SECEX/MDIC.

Sua participação no PIB do país é de 10,0%, superior à sua presença na população, indicando um PIB *per capita* que suplanta a média nacional. Destaca-se, especialmente, o peso da região nas exportações brasileiras, que já alcança 12,7% do total, bem superior à do produto.

Esse dado é bastante revelador das transformações pelas quais a região vem passando desde o final dos anos 1970, e que constituem a questão central tratada neste capítulo (Figura 1).

O Centro-Oeste vem ampliando sistematicamente sua participação no PIB brasileiro desde o final dos anos 1940. Entretanto, observando-se o gráfico 1, pode-se perceber que esse crescimento não é linear. Verifica-se um significativo salto de qualidade na década de 1960 e, em seguida um crescimento mais acelerado em sua participação entre os anos 1970 e 2000.

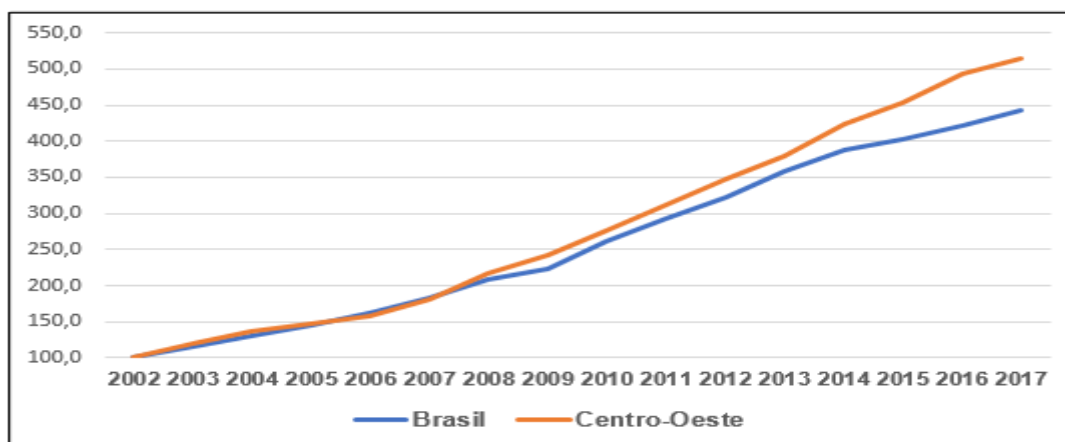
Gráfico 1 - Evolução da participação do Centro-Oeste no PIB brasileiro, 1939-2000 (%).



Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.

Ao longo dos anos 2000, o PIB da região continua crescendo acima da média nacional, mas com uma diferença relativa menor, como pode ser apreciado no gráfico 2.

Gráfico 2 - Crescimento do PIB do Brasil e do Centro-Oeste, 2002-2018 (2002=100)



Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Os dois momentos que mostram saltos qualitativos na ocupação econômica do Centro-Oeste estão diretamente associados às políticas de expansão das fronteiras internas do país, discutidas no primeiro capítulo desta dissertação. Sobretudo a dois projetos de grande envergadura na história das políticas de desenvolvimento no Brasil. Trata-se da transferência da capital para o centro do país, com a inauguração de Brasília em 1960, e dos planos

nacionais de desenvolvimento (PNDs), muito especialmente o II PND (1975-1979).

A transferência da capital federal para o Planalto Central mudou decisivamente a inserção do Centro-Oeste na economia nacional. A decisão de Juscelino Kubitschek (JK) de não apenas construir Brasília, mas de situar sua implantação em um ambicioso projeto de articulação rodoviária da nova capital com todo o país, deu uma dimensão ainda maior a seu feito. Em sua obra, “Porque Construí Brasília?”, JK revela que tinha clara consciência da necessidade da infraestrutura para assegurar o impacto desejado na integração nacional:

Tive, então, a visão do que deveria ser feito. Rasgaria um cruzeiro de estradas, demandando dos quatro pontos cardeais, tendo por base Brasília. Não se conquista uma terra se não se tem acesso a ela. E a estrada é um elemento civilizador por excelência. Concebi, pois, o plano das grandes longitudinais, cortadas, quase na perpendicular, pelas grandes transversais. No centro do sistema ficaria Brasília, que seria uma torre para se contemplar o Brasil. (KUBITSCHKEK, 2000, p.84. Grifo meu).

A infraestrutura de transportes implantada, ademais dos significativos investimentos em energia e telecomunicações, estabeleceu um novo quadro para a modernização da produção na região e seu escoamento. Além disso, Brasília se converteu em um grande centro de atração de população e de negócios, especialmente no segmento de serviços modernos para atender a operação de gestão da máquina pública federal. Apenas 10 anos após sua inauguração, em 1970, ela já respondia por 22,3% da população e 12,4% do PIB do Centro-Oeste (IPEADATA, 2020).

Essa infraestrutura começou a ser implementada durante o Plano de Metas (1956-1961) de JK e foi completada e ampliada durante o I e o II PND's. Mas ela se insere em um projeto “nacional desenvolvimentista” mais longo, que vem desde o primeiro governo Vargas nos anos 1930. Trata-se de um projeto que possui uma dimensão industrialista e outra de integração nacional (CASTRO e ASSIS, 2020).

Na dimensão industrialista, o projeto teve início com uma industrialização por substituição de importações (ISI) focada em bens não duráveis, na década de 30, ingressando em uma segunda fase, centrada em bens duráveis e de capital, com o Plano de Metas. Na dimensão de integração

nacional, a construção de Brasília pode ser entendida como uma continuidade da “Marcha para o Oeste” iniciada por Getúlio. Desde a proclamação da República se falava na mudança da capital, do litoral para o centro do Brasil. A motivação inicial era principalmente a segurança do país, o que fez com que o tema fosse largamente discutido logo após à Primeira Grande Guerra (VILAS BOAS e VILAS BOAS, 2012). O tema retornou à cena nos anos 1930 e 1940, sem perder seu vínculo com a questão da segurança, mas com o foco na ocupação e integração do território nacional.

Com já discutido no primeiro capítulo, esse ressurgimento se deu tanto no debate liderado pelos intelectuais que inauguraram a geopolítica brasileira, como Everardo Backheuser, Delgado de Carvalho, Mário Travassos e Nelson Werneck, como nas políticas públicas do primeiro governo Vargas. O projeto “Marcha para Oeste”, lançado por Getúlio no início dos anos 1940.

O sentido de Oeste, utilizado na denominação da Marcha, não se referia ao espaço atual da região Centro-Oeste delimitado pelo IBGE, mas ao vasto interior de toda a faixa a oeste do país, pouco ocupada em relação ao litoral que se situa à leste. Em seu livro de 1941, “Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril”, Nelson Werneck Sodré define o Oeste como sinônimo de interior, e o identifica como as terras que estão no oposto do litoral e chegam até o limite fronteiro do país com outros países no lado ocidental (MARTINS e ANSELMO, 2014).

Os irmãos Vilas Boas, que lideraram a mais importante iniciativa da Marcha, a expedição Rocador-Xingu, assim definiam o quadro daquele espaço: “Em 1943, os nossos quarenta e tantos milhões de habitantes viviam praticamente na faixa litorânea. A Amazônia era um mundo remoto, e o Brasil Central, como dizia o jornalista Jorge Ferreira, parecia ‘mais distante que a África’” (VILAS BOAS e VILAS BOAS, 2012, p.34).

A “Marcha para o Oeste” foi anunciada pelo governo Vargas em 1938 e foi tomando corpo com a criação do Departamento Nacional de Imigração e a Divisão de Terras e Colonização, no mesmo ano; a aprovação de legislação referente ao processo de colonização, em 1941; implementação da expedição Roncador-Xingu em 1943; e a criação da Fundação Brasil Central (FCB), iniciada no mesmo ano.

Com o decreto lei nº 3059 de 14 de fevereiro de 1941, o governo federal estabeleceu uma política de colonização prevendo a criação de colônias agrícolas nos estados do Pará, Amazonas, Paraná, Mato Grosso e Goiás, em parceria com os governos estaduais e municipais. O objetivo era a ocupação dos territórios e a fixação de colonos em pequenas propriedades rurais, com lotes entre 20 e 50 hectares.

Em 1943 foi iniciada a expedição Rocandor Xingu cujo papel era abrir uma rota de conexão entre a capital-federal, na época o Rio de Janeiro, e a cidade de Manaus. A rota da expedição deixava claro a prioridade da Marcha que era, sobretudo, a integração e a segurança territorial da Amazônia. A ocupação do Centro-Oeste, nesse momento, aparece como uma necessidade acessória, como o espaço intermediário a ser vencido (CASTRO e ARRIEL, 2016).

Para dar suporte à expedição e criar as condições para a viabilização da infraestrutura de conexão, com ligações terrestres, áreas e de rádio comunicação, foi criada, no mesmo ano, a Fundação Brasil Central (FBC). Tratava-se de um órgão vinculado diretamente à presidência da República, com recursos e autoridade para dar suporte, num primeiro momento à expedição e, em seguida, ao movimento de colonização da região (MACIEL, 2011).

Com o Plano de Metas, JK avançou no estabelecimento da infraestrutura de conexão do Centro-Sul com a região amazônica, componente essencial da estratégia colonizadora iniciada com a Marcha para o Oeste. A construção da Belém-Brasília (BR 14, atual BR-153) e da BR 364 (na época BR-29) ligando Brasília a Rio Branco no Acre, passando por Cuiabá no Mato Grosso e Porto Velho em Rondônia, foram duas obras fundamentais de JK na consolidação dessa infraestrutura.

O conjunto de eixos rodoviários de integração da Amazônia foi complementado no início dos anos 1970 com as obras implementadas por meio do Programa de Integração Nacional (PIN), integrado ao I Plano Nacional de Desenvolvimento, I PND (1971-1974). O PIN viabilizou a construção de um grande eixo Leste-Oeste, a rodovia Transamazônica (BR-230), ligando o

Nordeste ao estado do Amazonas¹¹; e outro, Norte-Sul, a BR-163, conectando Cuiabá, no Mato Grosso a Santarém, no Pará (Figura 2).

Figura 2 – Grandes eixos rodoviários de integração da Amazônia



Fonte: Sérgio e Assis (2020)

A conexão com o Nordeste revela outro aspecto da estratégia da Marcha para o Oeste, que era o de associar a colonização do Centro-Norte à busca de solução para as tensões sociais decorrentes da elevada pobreza naquela região. O Nordeste era uma região que havia perdido seu dinamismo agroexportador e contava, como até hoje, com uma elevada densidade populacional no litoral, além de um grande contingente de pobreza rural situada no semiárido.

Assim, a colonização das regiões despovoadas se apresentava como alternativa de realocação do “excesso” de população nordestina, desde a formulação inicial da Marcha. A estratégia regional do I PND buscava dar

¹¹ O projeto inicial era de uma rodovia de 8 mil quilômetros, saindo da paraíba, no Nordeste, até o Peru e o Equador. Foi inaugurada em 1972, com vários trechos inacabados. Seu trecho final ficou com 4.260 km, entre Cabedelo, no litoral da Paraíba, e o município de Labrea, no estado do Amazonas.

consequência esse objetivo, mostrando que as obras do PIN complementavam as estratégias de desenvolvimento do Nordeste como base:

Na integração do Nordeste com a Amazônia e o Planalto Central, estabelecendo o sistema de vasos comunicantes que permitirá a reorientação dos fluxos de excedentes de mão-de-obra do Nordeste, com seu encaminhamento para aquelas regiões, em programas definidos, com recursos já existentes, e lhes assegurando níveis de produtividade satisfatórios. (BRASIL, 1971a p.28)

Além da infraestrutura de ligação do planalto central com o Norte do país, no âmbito no I PND foi desenvolvido também o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE), de infraestrutura para a região já interligada ao Sudeste pelo Plano de Metas. O PRODOESTE se destinava a incrementar o desenvolvimento do sul dos estados de Goiás e Mato Grosso, por meio da construção “de uma rede rodoviária básica, prioritária, conjurada a um sistema de estradas vicinais e a uma rede de silos, armazéns, usinas de beneficiamento e frigoríficos, bem como a realização de obras de saneamento geral, retificação de cursos de água e recuperação de terras (BRASIL, 1971b).

O II PND (1975-1979) teve um papel bastante destacado no tocante ao desenvolvimento do Centro-Oeste. Ele não apenas complementou os investimentos em infraestrutura que haviam se iniciado com a construção de Brasília, como implementou uma ampla estratégia de modernização agrícola da região. Os planejadores responsáveis pela elaboração do Plano destacavam a necessidade de se promover uma rápida ampliação e modernização da produção agrícola do país para, de um lado, atender a demanda decorrente da expansão urbano industrial do Centro-Sul e, de outro lado, para ampliar a capacidade exportadora da economia brasileira (CASTRO e ARRIEL, 2016).

Como consequência dessa avaliação, desenvolveram uma política para acelerar o processo de modernização agrícola que já estava em curso no Centro-Sul desde meados dos anos 1950, e uma estratégia para ampliar a fronteira agrícola em direção ao Centro-Norte. Essa última envolvia uma aposta na possibilidade modernização da agropecuária nos cerrados de Goiás, Mato Grosso e do triângulo mineiro, a partir de uma intensa ação de pesquisa e extensão.

Para viabilização dessa estratégia foi instituído, em janeiro de 1975, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), estabelecendo polos prioritários em regiões de Goiás e do Mato Grosso, além do Triângulo Mineiro, que já se encontravam bem localizadas do ponto de vista da infraestrutura de escoamento para o Sudeste¹². Tratava-se de uma iniciativa integrada entre os ministérios do interior, agricultura, planejamento e fazenda, envolvendo as recém-criadas EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural).

A partir da definição do Programa, em 1975, EMBRAPA e EMBRATER estabeleceram uma forte estrutura de pesquisa e extensão na região, contando com fartos recursos do II PND, que foi decisiva para tornar os solos ácidos do cerrado propícios à agricultura de grande escala.

A EMBRAPA, a partir do mesmo ano [1975], criou cinco Centros de Pesquisa na região (Cerrados – CAPC, Milho e Sorgo – CNPMS, Arroz e feijão – CNPAF, Gado de Corte – CNPGC, Hortaliças – CNPH e Recursos Genéticos – CENARGEN), e um Serviço de Produção de sementes Básicas - SPSB, além de fortalecer uma dezena de estações experimentais, pertencentes aos Estados que possuem Cerrados. A EMBRATER montou 110 Escritórios de Extensão, assistindo mais de 35 mil agricultores, e instalou 89 Campos de Demonstração (WAGNER, 1982, p.5).

Já vinha ocorrendo, desde meados dos anos 1950, um intenso processo de modernização da agricultura no Centro-Sul, no quadro da chamada Revolução Verde¹³. Esse processo se baseava na rápida mecanização, uso intensivo de defensivos e fertilizantes químicos e modificação genética de sementes. A enorme disponibilidade de terras planas e baratas nos cerrados do Centro-Oeste, propícias à mecanização e já dotadas de uma base de infraestrutura de escoamento, apareciam com uma oportunidade para o avanço da modernização para aquela região (CASTRO e ARRIEL, 2016).

¹² Para detalhes das regiões priorizadas ver Brasil (1975).

¹³ Revolução Verde é o nome pelo qual ficou conhecido o processo de modernização agrícola induzido pelos EUA em alguns países periféricos nos anos 1950 e 1960, baseado no tripé mecanização, uso intensivo de insumos químicos e genética de sementes (CASTRO e ARRIEL, 2016).

O processo envolveu, além da pesquisa e extensão, significativos investimentos em estradas e estrutura de armazenamento, bem como um amplo conjunto de medidas de incentivo à agricultura empresarial, como farta disponibilidade de crédito barato e compra facilitada de terras. A partir de 1979, a ação ganha ainda uma nova dimensão com a implementação do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados (PRODECER).

Tratou-se de um processo longo e diferenciado em termos espaciais e de culturas na região. Começou pelas áreas no Sul e Sudoeste de Goiás e no Sudeste e Sudoeste do Mato Grosso, melhores dotadas de infraestrutura de conexão com o Sudeste, e pelo avanço da produção de arroz, cultura já expressiva nessa região desde os anos 1950.

Paulatinamente a soja, juntamente com o milho, foi assumindo a liderança na produção e a região e converteu no principal centro produtor desses grãos no país (Tabela 1).

Tabela 1 - Participação do Centro-Oeste na produção nacional de arroz milho e soja, 1980-2018 (quantidade produzida).

Anos	Arroz	Milho	Soja
1980*	32,2	10,2	12,6
1985	21,8	11,1	31,0
1990	12,3	14,6	32,4
1995	12,7	17,2	39,0
2000	21,3	19,5	47,1
2005	21,7	22,4	56,0
2010	9,4	30,5	45,9
2018	5,9	52,2	45,1

Fonte: PAM/IBGE. Retirado de Castro e Assis (2020).

*Dados de 1980 retirados de Castro e Fonseca, 1994. p. 64.

As transformações associadas à chamada revolução não se limitam ao avanço técnico e tecnológico da produção. Verifica-se uma mudança nas relações entre a agricultura e a indústria, com a emergência dos chamados “complexos agroindustriais”, ou da “industrialização da agricultura”, como prefere Muller (1982), nos quais a indústria passa a subordinar a dinâmica de expansão agrícola.

Castro e Arriel (2016, p.24) destacam que esse movimento possui dois momentos. Um primeiro em que “o avanço da agricultura passa a depender principalmente da indústria a montante, do setor de máquinas e equipamentos agrícolas, assim como da indústria química (defensivos e fertilizantes) e do desenvolvimento de sementes” e, um segundo momento em que “abre-se espaço para o desenvolvimento a jusante da indústria de alimentos e de processamento de matérias primas de base agropecuária”.

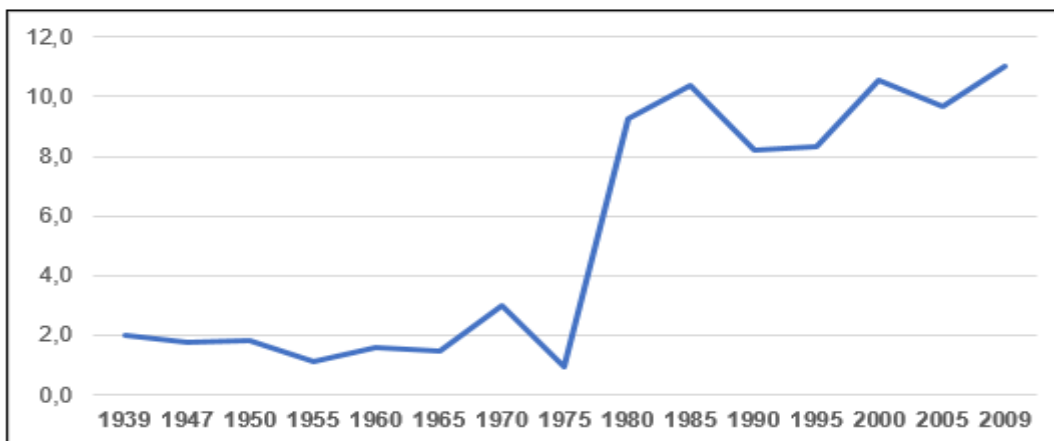
Os referidos autores argumentam que, na primeira fase, as indústrias não necessitam estar próximas da produção, sendo que muitas se situam em outros países. Já na etapa seguinte, de agroindustrialização, as plantas industriais precisam estar localizadas junto à atividade agrícola. Esse processo de convergência entre a agricultura e a indústria, manifesta-se igualmente cada vez mais com os serviços. À expressão “agronegócio” resulta da necessidade de entendimento dessa crescente interpenetração de atividades:

A agricultura é tratada atualmente como um complexo de bens e serviços e envolve uma diversidade de agentes e relações ao longo de sua cadeia. Nesse sentido, Batalha (2002), convergindo com a conceituação inicial cunhada por Davis e Goldberg (1957), define o termo agribusiness ou agronegócio como o conjunto de negócios relacionados à agricultura dentro do ponto de vista econômico. O agronegócio é o “conjunto de todas as operações que abrange desde o setor produtor de insumos para a atividade produtiva primária, até a distribuição do alimento, produção de energia e fibras” (ZYLBERSZTAJN; SCARE, 2003, p. 15).

O Centro-Oeste viveu um desdobramento industrial de sua modernização agrícola, que se expressou em um significativo avanço do valor adicionado da indústria no PIB da região, que pode ser observado no Gráfico 3.

Trata-se de um processo associado à mencionada segunda fase do processo de integração indústria e agricultura, que favoreceu, e continua favorecendo, o desenvolvimento de indústrias de transformação das matérias-primas agrícolas e atividades correlatas na região.

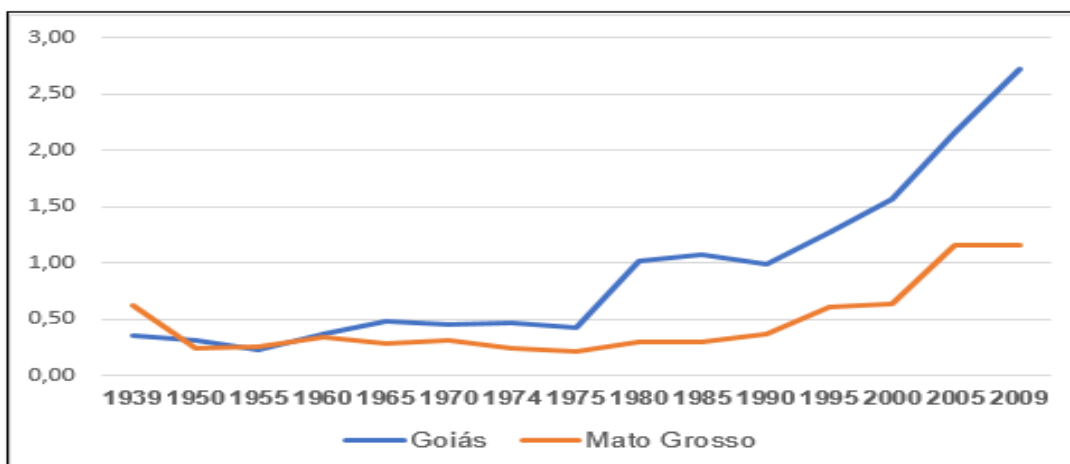
Gráfico 3 - Participação do valor adicionado da indústria no PIB no Centro Oeste, 1939-2009 (%)



Fonte: IPEADATA. Elaboração própria

O processo de industrialização avança em primeiro lugar, e mais fortemente, em Goiás. Nesse estado a construção de Brasília já provocou uma primeira onda de industrialização, mais concentrada na capital, Goiânia, e na cidade de Anápolis. Com o II PND verificou-se uma ampliação do ritmo de transformação industrial, que se acelerou novamente nos anos 1990, com um movimento de diversificação em Goiânia-Anápolis e uma interiorização com intensa integração com a nova agricultura. No Mato Grosso o processo foi mais tardio, mais lento e deu origem a uma indústria muito menos diversificada. A industrialização da produção agrícola só ganhou um ritmo mais acelerado já nos anos 2000 (Gráfico 4).

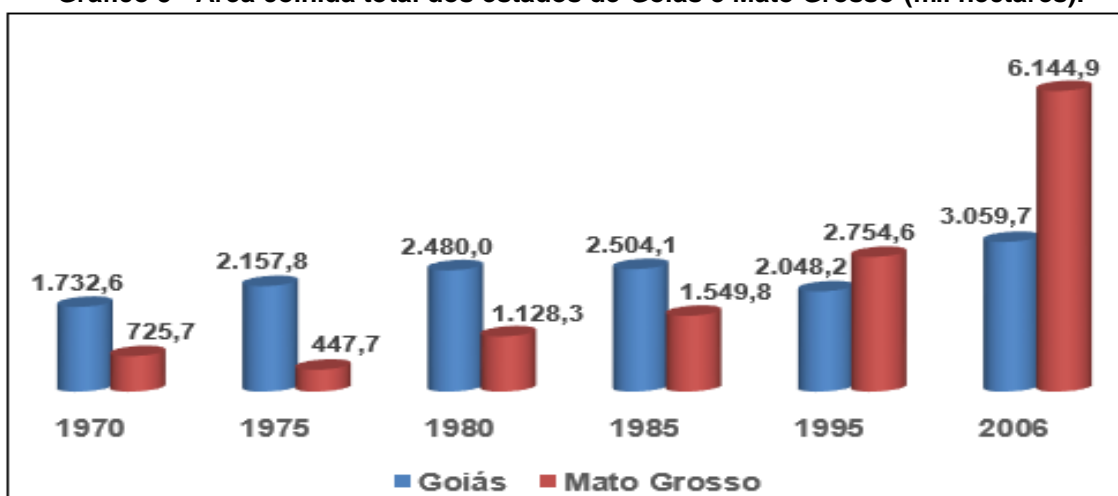
Gráfico 4 - Participação de Goiás e do Mato Grosso no valor adicionado da indústria no Brasil, 1939-2009 (%).



Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.

Outra diferença importante entre os casos dos dois estados é que a ocupação das terras, com agricultura comercial, se deu muito mais cedo em Goiás. A posição mais a oeste do Macro Grosso, é o fato de quase metade de seu território ser de bioma amazônico explica, em grande parte, esse fenômeno. Os dados do Gráfico 5 mostram essa diferença claramente. Pode-se observar que a expansão da área colhida no Mato Grosso só começa a crescer a partir de 1975, contudo, o principal salto se dá, efetivamente, somente a partir da segunda metade da década de 1990.

Gráfico 5 - Área colhida total dos estados de Goiás e Mato Grosso (mil hectares).



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário. Retirado de Castro e Ariel, 2016.

Esse processo de transformação agrícola no Centro-Oeste foi perverso do ponto de vista social, o que o tornou conhecido como uma “modernização conservadora”. Ele foi profundamente concentrador e excludente, sendo essas características aprofundadas pela política agrícola executada pelo governo.

A necessidade de altos investimentos e de elevadas escalas de produção da agricultura de exportação eram incompatíveis com as condições dos pequenos agricultores já existentes na região. Por isso, o governo estimulou a vinda de agricultores experientes do sul do país e assegurou crédito e apoio para a concentração da terra e a produção de grande porte (SILVA, 1999).

Contudo, mais uma vez, as diferenças quanto ao grau de concentração são importantes na experiência dos dois estados em que se situam os municípios considerados nesse trabalho. Como pode ser observado na Tabela

2, o grau de concentração da terra no Mato Grosso é bem superior daquele verificado em Goiás.

Tabela 2 - Brasil, Goiás e Mato Grosso: área dos estabelecimentos agropecuários com mais de 1.000 ha - percentual do total geral (anos selecionados).

	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Brasil	63,4	48,3	50,9	44,2	39,5	42,9	45,1	43,7	45,1	45,0
Goiás	47,0	50,1	50,8	48,6	47,2	47,8
Mato Grosso	85,2	86,4	85,7	83,5	82,2	77,9

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário. Retirado de Castro e Assis, 2016.

Para entender melhor essas diferenças e pensar seus desdobramentos na emergência das chamadas “cidades do agronegócio” no Mato Grosso e em Goiás, é conveniente analisar como esse movimento se deu concretamente em cada um dos estados referidos.

2.2 Transformações no Estado do Mato Grosso

O Mato Grosso possui uma área que corresponde a mais de 10% do território nacional, com uma população de 3,5 milhões de habitantes, apenas 1,7% do total do país. Sua densidade populacional é de somente 3,36 habitantes por km², enquanto a média brasileira é de 22,43 habitantes por km². Seu PIB corresponde a 2% do produto do Brasil e seu PIB *per capita* é 22,8% superior à média nacional (Quadro 1).

Quadro 1- Mato Grosso e Brasil, indicadores comparados.

Indicador	Mato Grosso (a)	Brasil (b)	a/b (%)	Ano
Área Territorial (km ²)	903.207	8.511.000	10,6	2019
População	3.484.466	210.147.125	1,7	2019
PIB (R\$ milhões)	123.834	6.267.205	2,0	2016
PIBpc (R\$ mil)	37,5	30,5	122,8	2016
Densidade demográfica (hab/km ²)	3,36	22,43	15,0	2010

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

A história do Mato Grosso sempre esteve ligada a preocupações estratégicas com a manutenção da integridade territorial do país. Os primeiros passos de sua ocupação, ainda no século XVII, se deram por meio de

bandeiras movidas pela procura de ouro e apresamento de índios, mas igualmente, pelo desejo de ocupação de terras para além do Tratado de Tordesilhas, expandindo o território de domínio português.

Com a descoberta de ouro no início do século XVIII, a coroa passou a dar especial atenção ao esforço de preservar o território, criando a capitania de Mato Grosso (1748), a partir do desmembramento da capitania de São Paulo. O estabelecimento de um significativo aparato burocrático-militar em Vila Bela, primeira capital da capitania, bem como a abertura de um caminho de Goiás até a nova capital, são evidências dessa preocupação estratégica (MORAES e CASTRAVECHI, 2013).

A partir do esgotamento da mineração o capital comercial urbano se voltou para o frágil comércio interno e passou a ocupar um importante papel na economia em transformação. A pecuária extensiva ampliou seu papel de liderança no campo, esparsamente povoado também por posseiros, extrativistas e pequenos agricultores, além dos indígenas crescentemente expropriados. Esse foi, basicamente, o cenário do século XIX e das primeiras décadas do século XX (MORAES e CASTRAVECHI, 2013).

Nos anos 1940, a “Marcha para o Oeste” começou a mudar o cenário do Mato Grosso. Apesar de nenhuma das duas principais colônias agrícolas implementadas nessa fase se localizarem no atual território do Mato Grosso, a expedição Rocandor Xingu deixou marcas importantes. Passando pelas regiões do Vale do Araguaia, do Teles Pires e do Serra do Roncador a expedição deixou um rastro de vilas e novas cidades. Segundo Souza (2006, p.44): a expedição resultou em “1.500 quilômetros de picadas abertas, 1.000 quilômetros de rios percorridos, 43 vilas e cidades nascidas no roteiro da marcha, 19 campos de pouso, tendo quatro se tornado bases militares e ponto de apoio de rotas aéreas”.

Seguindo o exemplo do governo federal, que havia criado sua Divisão de Terras e Colonização em 1938, o estado do Mato Grosso criou, em 1946, seu Departamento de Terra e Colonização (DTC). Até 1955 o DTC vendeu 694.561ha de terras devolutas entre o Rio Araguaia e os rios Xingu e Teles Pires. Em 1960 foram comercializados outros 1.918.334ha no norte do estado (SOUZA, 2006, p.105).

A pecuária extensiva continua liderando largamente a economia rural, mas agricultura comercial começa a ampliar sua participação com produtos como algodão, milho e, principalmente arroz. No início dos anos 1970 o PIN, realizado no âmbito do I PND, viabilizou a construção da BR-163, ligando Cuiabá (MT) a Santarém, no Pará. O PIN, além da construção da estrada, destinava recursos para a colonização e à exploração das áreas desapropriadas ao longo da rodovia. O PRODOESTE, lançado à mesma época, teve seu foco no sul do estado, destinando recursos para os trechos Cuiabá - Rondonópolis-Jataí, da BR 364 e o de Brasília - Cuiabá – Cáceres, BR 070/416. Além disso, apoiou o governo estadual na implementação de um sistema de estrada vicinal na região, e financiou a iniciativa privada para construção de armazéns e silos, usinas de beneficiamento e frigoríficos (BRASIL, 1971b).

No II PND, o apoio às atividades de colonização ao longo da BR 163, situadas no norte do Mato Grosso, foram contempladas no POLOAMAZÔNIA, enquanto a políticas de modernização do Cerrado tiveram como foco o Sudeste e o Sudoeste do estado. O POLOCENTRO estabeleceu como prioridades a região de Xavantina, entre o rio Cristalino e ribeirão Água Preta, e a da chapada de Parecis, ao longo da BR-364.

A colonização ao longo da BR-163 se iniciou juntamente com o processo de implantação da rodovia, tanto por iniciativa pública, do INCRA, como de colonizadoras privadas, com apoio dos recursos do PIN. A partir de meados dos anos 1970, com o advento do POLOAMAZÔNIA, passaram a contar mais amplamente com recursos de incentivos fiscais e financiamentos do Banco da Amazônia (BASA) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Segundo Souza (2006, p.113 e 91-92), nas décadas de 1970 e 1980 foram registradas 33 empresas colonizadoras privadas no INCRA do Mato Grosso, implantando 88 projetos de colonização, sendo a quase totalidade do norte do estado. Em geral essas empresas tiveram que recomprar de proprietários privados, as terras devolutas que o governo estadual havia vendido nos anos 1950 e 1960. Quarenta novos municípios foram criados no norte do Mato Grosso entre 1970 e 2000.

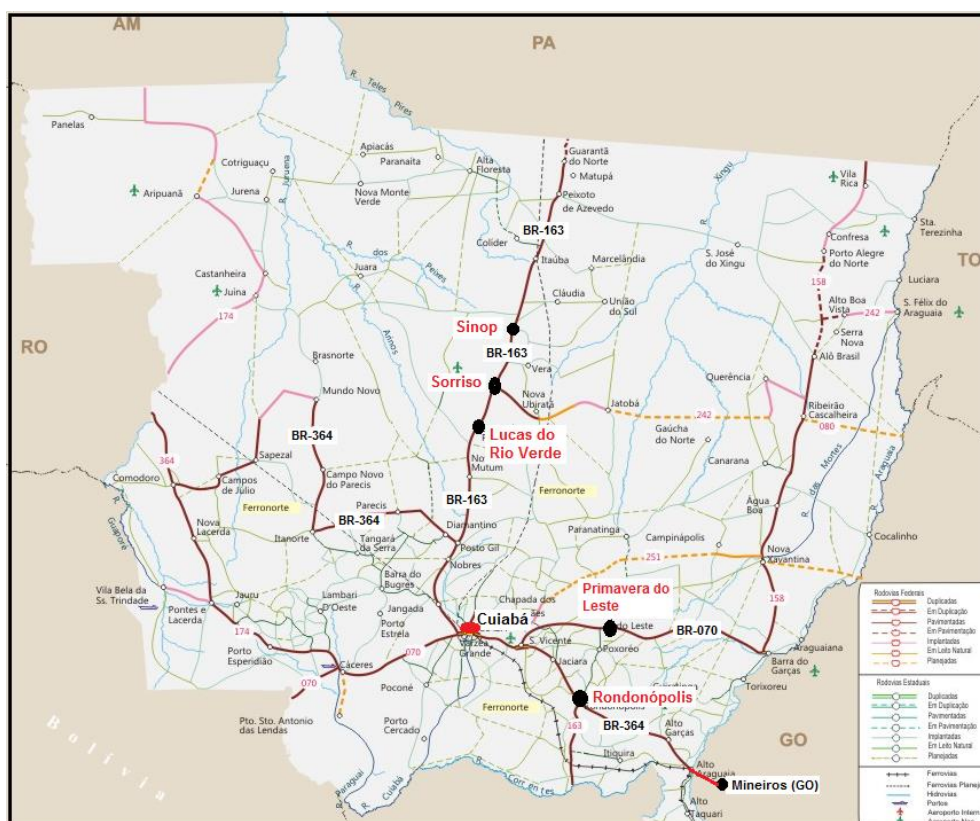
Tabela 3 - Participação das principais culturas na área colhida do estado do Mato Grosso 1970-2006 (%)

Produtos	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Café em coco	0,96	0,71	2,17	1,93	0,59	0,13
Algodão em caroço	7,14	1,00	0,14	0,77	1,24	7,29
Arroz em casca	45,65	60,20	76,82	28,83	12,41	2,33
Cana-de-açúcar	0,54	0,61	0,51	1,23	4,30	3,51
Feijão em grão	11,44	11,78	5,64	2,71	0,64	0,09
Mandioca	2,34	1,34	0,46	1,06	0,44	0,22
Milho em grão	29,31	24,27	9,20	10,16	17,11	18,29
Soja em grão	2,09	0,00	5,01	53,09	63,18	68,13

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário. Elaboração própria.

Entre os anos 1970 e 1980, ainda foi o arroz, que já era o principal produto agrícola do estado desde os anos 1940, que ampliou sua área plantada. A expansão da cultura da soja se expandiu lentamente na década de 1970, principalmente no sul do Mato Grosso. Seu crescimento rápido e sua expansão em direção ao norte do estado só se deu a partir de 1980 (Tabela 3).

Figura 3 - Mato Grosso: cidades do agronegócio e seus eixos rodoviários



Fonte: DNIT. Elaboração própria

A história do Mato Grosso, apresentada, é importante para situar a diferenciação entre as cidades do estado que serão analisadas no capítulo 3. Rondonópolis, situada mais ao sul do estado, surgiu muito mais cedo e já começou a viver um momento de crescimento populacional e expansão da agricultura comercial com a Marcha para o Oeste nos anos 1940. Contou, também, com um reforço em termos de infraestrutura muito importante durante o PRODOESTE, no início dos 1970.

Já as demais foram criadas pelo movimento de transformação dos anos 1970, pela ação colonizadora do Estado e de empresas privadas. Três delas, Sinop, Sorriso e Lucas do Rio Verde, em torno do principal eixo rodoviário de colonização do norte de Mato Grosso, a BR-163. A última, Primavera do Leste, também é produto do mesmo momento, apesar de sua localização no Sudeste do estado, as margens da BR-070.

2.3 Transformações no Estado de Goiás

Goiás possui uma área de 340,1 mil km², 4% da área de país, com uma população de 7,1 milhões de habitantes, representando 3,3% dos habitantes do Brasil. Seu PIB, de 181,7 bilhões é 2,9% e seu PIB *per capita*, 27,1 mil correspondem, respectivamente a 2,9% e a 89,0% do nacional (Quadro 2).

Quadro 2 – Goiás e Brasil, indicadores comparados.

Indicador	Goiás (a)	Brasil (b)	a/b (%)	Ano
Área Territorial (km ²)	340.125,70	8.511.000	4,0	2019
População (hab)	7.018.354	210.147.125	3,3	2019
PIB (R\$ milhões)	181.692,4	6.267.205	2,9	2016
PIBpc (R\$ mil)	27,1	30,5	89,0	2016
Densidade demográfica (hab/km ²)	17,65	22,43	78,7	2010

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Assim como o Mato Grosso, a história da ocupação de Goiás está relacionada inicialmente ao ciclo do ouro do século XVIII. A localização mais central, entretanto, resultou em transformações maiores no território. Durante a fase mineradora, estabeleceu-se em Goiás um conjunto de caminhos de passagem do gado vindo do Nordeste, de escoamento do ouro controlado pela coroa e de ligação com o Mato Grosso. Formou-se também uma incipiente

rede urbana centralizada por Vila Boa (hoje cidade de Goiás) (LIMA, 2010 e BARBO e RIBEIRO, 2015)

A decadência da mineração se deu de forma diferenciada entre o norte e o sul do estado. Enquanto no norte ocorreu um importante recuo das funções urbanas, o sul viveu uma expansão populacional e urbana já a partir do início do século XIX, com a formação de novas vilas, entre as quais as que dariam origem a Itumbiara e Rio Verde analisadas nesse trabalho. Houve inclusive uma lei da Coroa, em 1838, concedendo incentivos fiscais para criadores de bovinos e equinos no sul de Goiás (CUNHA, 1988). O comércio e a pecuária se tornaram as atividades principais, juntamente com uma pequena agricultura e uma produção artesanal rural (de produtos como rapadura, cachaça e farinha de milho), existindo marginalmente como “economia de excedente”.

A chegada ao estado da ferrovia Mogiana, no início do século XX¹⁴, ampliou o comércio da região e possibilitou o surgimento das primeiras indústrias em Goiás. Mas foi a Marcha para o Oeste nos anos quarenta que começou a produzir modificações significativas na agricultura. Ainda que do ponto de vista técnico não se verificaram grandes avanços, registrou-se uma forte expansão da produção agrícola comercial.

Em 1941 foi implantada, no âmbito da Marcha, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), na região do Mato Grosso Goiano, na localidade que viria a se tornar a cidade de Ceres. De acordo com Castilho (2012), em 1943 havia apenas 900 ocupantes, em situação muito difícil. Mas, a partir de 1946 passam a chegar cerca de 30 famílias por dia e, em 1953, já havia 3.543 lotes distribuídos, com áreas entre 26ha e 32ha. Naquele ano a área alcançou uma população de mais de 36 mil habitantes, dos quais apenas 3.450 na zona urbana.

Um núcleo urbano, o de Ceres, foi implantado pelo programa. Entretanto, o grande excedente de migrantes deu origem a mais três cidades no entorno daquela, as atuais Rialma (GO), Uruana (GO) e Carmo do Rio

¹⁴ A Mogiana chegou em Araguari (MG) em novembro de 1896, alcançando Anhangüera (GO) e Cumari (GO), em 1911 e Catalão (GO) em 1913. Em 1935 ela atingiu Anápolis (GO), no centro do estado (BORGES, 2011).

Verde (GO). A produção agrícola era, principalmente, de arroz, milho e, em menor escala, feijão (CASTILHO, 2012).

Para se ter uma ideia da importância da Marcha para agricultura goiana, de acordo com Estevam (2004) a região onde se situava a CANG, o Mato Grosso Goiano, foi responsável por cerca de 38% da produção agrícola de Goiás ao longo dos anos 1950. Borges (2000), por sua vez, relata que no final dos anos 1950, Goiás ocupava o quinto lugar na produção nacional de milho e era responsável pela produção de 10,8% de todo o arroz produzido no país, ocupando o quarto lugar no ranking desse produto.

Nas já comentadas políticas para o desenvolvimento da região Centro-Oeste e da agricultura dos Cerrados, Goiás foi muito especialmente beneficiado, sobretudo as suas regiões sul e sudoeste. Assim foi com a construção de Brasília, localizada no espaço goiano, a 200 km da capital, Goiânia, e a 150 km de Anápolis, a segunda maior cidade industrial do estado.

No PRODOESTE, durante o I PND, essas regiões receberam obras em quatro ligações rodoviárias estratégicas¹⁵, além de grande número de estradas vicinais, armazéns e silos. No Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, o POLOCENTRO, o estado teve cinco regiões contempladas, incluindo a de Jataí e Rio Verde (BRASIL, 1971a; BRASIL, 1975).

O II PND também produziu um efeito diferenciado sobre Goiás. Parte significativa de seus investimentos na região se destinaram à complementação da infraestrutura viária, de energia e telecomunicações de Brasília, beneficiando diretamente o estado. Investimentos industriais importantes, como a implantação da Goiasfértil em Catalão (GO), também ocorreram.

No Gráfico 4 (p.57) , pode-se observar que o processo de industrialização de Goiás revela um salto após 1975. Trata-se, nesse momento, principalmente do avanço da indústria no eixo Goiânia-Anápolis e de alguns polos minerais e minero químicos no interior do estado. Mas a moderna agroindustrialização também já tem ali o seu início no Sul e Sudoeste de Goiás

¹⁵ Foram os seguintes trechos: BR-060, Goiânia-Rio Verde-Jataí; BR-452, Itumbiara-Rio Verde; BR-050, Cristalina-Catalão; BR-364, Cuiabá-Rondonópolis-Jataí (BRASIL, 1971a).

e vai avançar nos anos seguintes sobre uma base industrial estadual muito mais diversificada e desenvolvida do que a do estado do Mato Grosso.

Figura 4 - Goiás: cidades do agronegócio e seus eixos rodoviários



Fonte: Segplan-IMB. Elaboração própria.

As cidades de Goiás que são objeto dessa pesquisa são antigas, com origem no século XIX. Todas se encontram em um mesmo eixo rodoviário – envolvendo as BR's 364, 060 e 452 – conectado a leste com São Paulo e o restante do Sudeste, e a oeste com o Mato Grosso e todo o prolongamento da BR-364.

Tal como Rondonópolis (MT), já começaram a desenvolver uma agricultura comercial importante desde a Marcha na década de 1940 e se beneficiaram fortemente com os investimentos do PRODOESTE no início dos anos 1970 em infraestrutura rodoviária e armazenagem. Mas avançaram mais cedo na transição para a soja e milho, bem como para sua agroindustrialização.

3 OS MUNICÍPIOS DO AGRONEGÓCIO NOS ESTADOS DE MATO GROSSO E GOIÁS

3.1 Procedimentos Metodológicos

O objetivo da pesquisa é verificar se os chamados municípios do agronegócio de Goiás e Mato Grosso apresentam efetivamente uma trajetória de desenvolvimento social e urbano particularmente excludente. Para tanto se optou, como forma de verificação dessa hipótese, a comparação entre um conjunto de indicadores de desenvolvimento de cada um desses municípios como os municípios brasileiros de porte semelhante, o que se denominou de “municípios próximos”.

Para tanto, inicialmente foram identificadas as principais cidades polo agroindustriais da região Centro-Oeste, os que serão denominados de “municípios do agronegócio”. A seleção foi realizada por meio do cruzamento das variáveis apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3 - Critérios utilizados para a seleção dos municípios

Variável	Valor
População	> 50.000 habitantes
Pessoas ocupadas na Indústria de Transformação	> 2.000 empregos
Valor da Produção Agropecuária (Soja, Milho e Cana)	> 400.00 (R\$ mil)

Fonte: Elaboração própria.

Aplicando-se os critérios se chegou ao conjunto de cidades indicadas no Quadro 4.

Quadro 4 - Cidades que atenderam os critérios definidos

Municípios	População Ocupada Indústria de Transformação	Produto Total Grãos	População 2016
Mato Grosso			
Lucas do Rio Verde	7.124	951.077	59.436
Primavera do Leste	2.135	1.070.623	58.370
Rondonópolis	8.391	423.417	218.899
Sinop	5.947	628.107	132.934
Sorriso	3.820	2.618.950	82.792
Goiás			
Catalão*	5.749	400.368	100.590
Itumbiara	7.756	431.696	101.544
Jataí	2.434	1.365.647	97.077
Mineiros	5.705	714.245	61.623
Rio Verde	14.374	2.151.695	212.237

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Decidiu-se, pela eliminação dos municípios situados nas regiões metropolitanas dos estados da região, assim como aqueles cuja economia apresenta importantes especializações em atividades industriais sem vínculo direto com a agropecuária. A razão foi dupla, de um lado assegurar que se trata de um município especializado no agronegócio e, de outro, evitar o viés que decorreria da proximidade com a capital dos respectivos estados. A única cidade descartada, considerando esses critérios, foi Catalão(GO), que apresenta um peso elevado de setores industriais não agrícolas (mineral e automotiva) em sua economia.

Em seguida foram construídos os grupos de comparação para cada uma das cidades selecionadas, grupos que foram denominados de “municípios próximos”. O critério utilizado foi o de considerar todos os municípios brasileiros com população até 10% acima ou abaixo da população de cada “município do agronegócio” selecionado, descartando-se as capitais. As faixas definidas podem ser apreciadas no Quadro 5.

Quadro 5 - Faixas de população dos “Municípios Próximos”

Município	População	Municípios Próximos Com População entre	
Mato Grosso			
Lucas do Rio Verde	59.436	53.492	65.380
Primavera do Leste	58.370	52.533	64.207
Rondonópolis	218.899	197.009	240.789
Sinop	132.934	119.641	240.789
Sorriso	82.792	74.513	91.071
Goiás			
Itumbiara	101.544	91.390	111.698
Jataí	97.077	87.369	106.785
Mineiros	61.623	55.533	64.207
Rio Verde	212.237	191.013	233.461

Fonte: IBGE, contagem população de 2006. Elaboração própria.

Para efeito de comparação foram considerados os seguintes indicadores: o Produto Interno Bruto *per capita* (PIB_{pc}), Índice de Diversificação de Serviços (IDS), Índice de Diversificação de Serviços Intensivos em Conhecimento (IDSIC), Rendimento Médio, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Percentual de Extremamente Pobres (% Extremamente Pobres) e o Coeficiente de Gini (GINI).

O Índice de Diversificação de Serviços (IDS) é calculado dividindo-se o número de atividades de serviços existentes no município pelo número total dessas atividades disponíveis na classificação nacional das atividades econômicas (CNAE). Os dados foram obtidos na RAIS, para o ano de 2016, abertos em nível de sub-classe da CNAE 2.0.

Formalmente:

$$IDS = \frac{\text{subclasses serviços } i}{\text{total subclasses serviços}}$$

Sendo:

IDS = Índice de diversificação de serviços

subclasses serviços i = número de subclasses de serviços presentes no município i.

total subclasses serviços = número total de subclasses de serviços existentes na CNAE 2.0.

O IDS pode variar de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, mais diversificado é o setor de serviços do município. Trata-se de um indicador estratégico para a análise pretendida porque, na sociedade urbana moderna, a variedade dos serviços disponíveis revela a presença mais ou menos ampla de categorias médias no estrato social. Isso se revela tanto quando se pensa pelo lado da demanda, supondo que a maior diferenciação social se expressa em uma demanda mais variada por serviços. Quanto pelo lado da oferta, na medida em que esse é o principal setor gerador de emprego urbano, e inclui desde atividades simples de baixos salários, até serviços complexos muito bem remunerados. Assim sua variedade é um indicador da diversidade de faixas de renda na cidade (CASTRO E SILVA, 2019).

O Índice de Diversificação de Serviços Intensivos em Conhecimento IDSIC, é um recorte do IDS, com cálculo semelhante, considerando apenas os serviços destinados ao setor produtivo com alta incorporação de conhecimentos Trata-se de serviços cuja presença indica a presença de uma parcela de camada média melhor remunerada e a existência de um tecido econômico mais complexo no município (Castro e Assis, 2020).

A partir daí, se utilizará um Índice de Diferença, construído para cada indicador, para mensurar a distância, positiva ou negativa, da variável no município analisado em relação à média do desempenho dos municípios próximos.

Formalmente:

$$ID = \frac{I_a}{\frac{\sum I_b}{n}}$$

Sendo:

ID = Índice de diferença

I_a = Valor do indicador no município do agronegócio *a*

I_b = Valor do indicador no município próximo

n = número de municípios próximos

Para efeito de análise, os municípios foram divididos em dois grupos, segundo sua relação com a “modernização agroindustrial” ocorrida no Centro Oeste a partir dos anos 1970. O primeiro grupo é o das cidades que foram implantadas, por meio de processo de colonização, durante o período. O segundo é o dos municípios que já existiam e foram transformados por aquele processo (Quadro 6).

Quadro 6 - Cidade por tipo, segundo sua relação com a “Modernização Agroindustrial” dos Estados de Mato Grosso e Goiás.

Município	Tipo
Primavera do Leste	Implantadas
Sinop	
Lucas de Rio Verde	
Sorriso	
Rondonópolis	Transformadas
Rio Verde	
Itumbiara	
Mineiros	
Jataí	

Fonte: Elaboração própria

3.2 Cidades implantadas no processo de expansão da fronteira agrícola para o Centro-Oeste.

i. Primavera do Leste

Primavera do Leste possui uma área de 5,4 mil km² e uma população de 62,1 mil habitantes, sendo o novo maior município do Mato Grosso. Situa-se na mesorregião Sudeste e na microrregião que leva o seu nome. Chega-se a Primavera, seja vindo de Cuiabá, seja de Barra do Garças, pela rodovia BR-070 ou de Paranatinga pela MT-130. Com um PIB de 3,8 bilhões de reais, apresenta um PIB *per capita* que é 64% maior que o do estado (Quadro 7).

Quadro 7 - Primavera do Leste e Mato Grosso: indicadores comparados

Indicador	Primavera do Leste (a)	Mato Grosso (b)	$\frac{a}{b}$ (%)	Ano
Área Territorial (km ²)	5.482	903.207	0,61	2019
População	62.019	3.484.466	1,78	2019
PIB (R\$ milhões)	3.578,1	123.880,3	2,89	2016
PIB _{pc} (R\$ mil)	61,3	37,5	163,56	2016
Densidade demográfica (hab/km ²)	9,52	3,36	283,33	2010

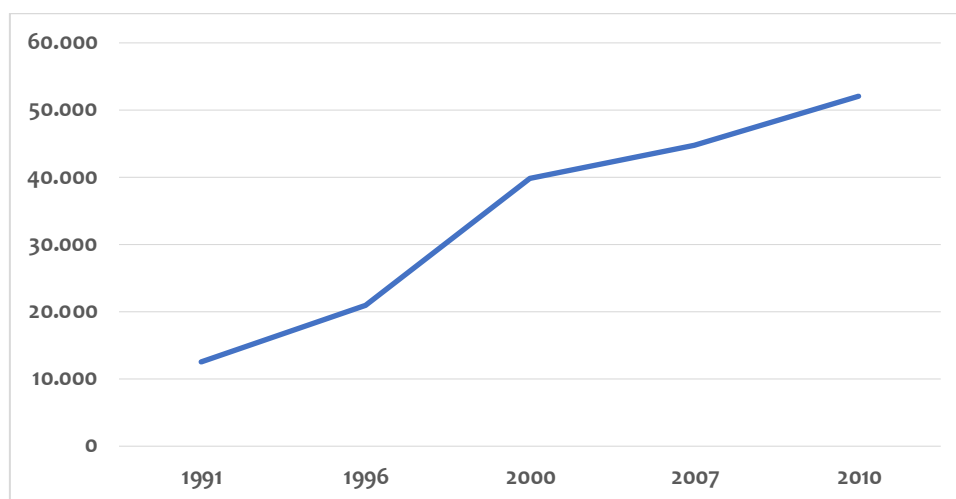
Fonte: IBGE. Elaboração própria

A origem da cidade está associada a um projeto de colonização na região, iniciada pela empresa chamada Primavera d'Oeste S.A, formada em 1971, com o nome de Agropecuária Primavera S.A. Como diversas outras no período resultou da associação entre um grupo de investidores paulistas buscando aproveitar as condições altamente favoráveis do preço da terra e dos recursos de crédito e incentivos fiscais do governo federal.

Um dos sócios da empresa vendeu sua parte e abriu a Construtora e Imobiliária Consentino, assumindo a parte urbana do projeto. Em 1972 adquiriu 1.100 hectares da fazenda Nova Esperança, onde implantou o projeto “Cidade Primavera”, em 205 hectares da área comprada. A data oficial de fundação da cidade decorrente do projeto é setembro de 1979. Já em 1981, em razão de seu rápido crescimento, foi elevada à categoria de distrito do município de Poxoréo e , em maio de 1986, elevada à categoria de cidade (FIORAVANTI, 2018).

A cidade apresentou uma expansão vertiginosa da população nos anos seguintes, saltando de 12,5 mil habitantes em 1991 para quase 40 mil em 2000. Seu crescimento continuou importante no novo século, mas com um ritmo menor (Gráfico 6).

Gráfico 6 - População Primavera do Leste 1991 a 2010 (habitantes)



Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.

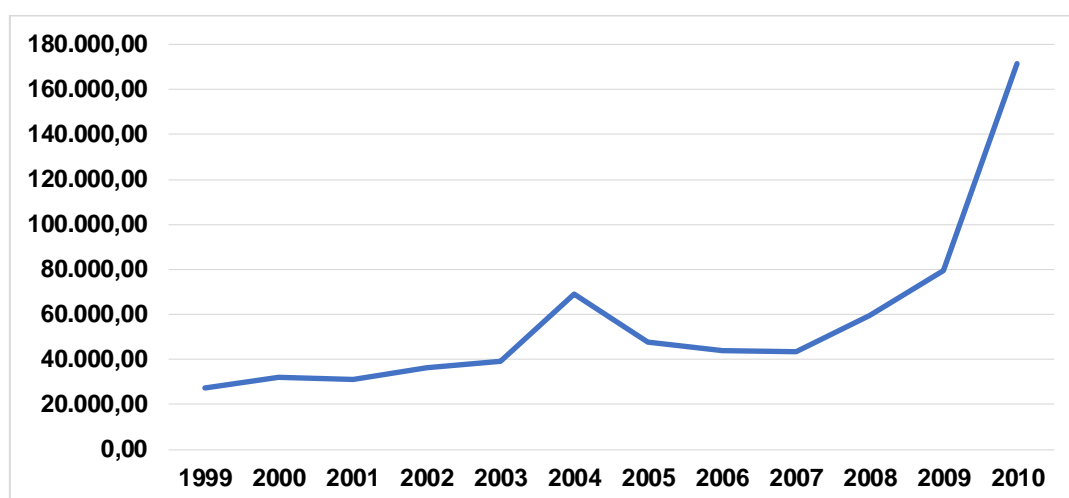
Quadro 8 - Área colhida das principais culturas – 1987 a 2018 (mil hectares)

Cultura Agrícola	1987	1990	1995	2000	2005	2010	2018
Algodão herbáceo (em caroço)	-	-	0,44	20,94	52,54	19,37	24,68
Arroz (em casca)	11,62	2,05	2,5	1,84	0,2	0,09	-
Cana-de-açúcar	-	-	-	-	-	-	-
Feijão (em grão)	0,01	0,02	0,29	0,86	1,58	11,58	2,29
Milho (em grão)	1,38	2,29	7,48	5,22	4,45	11,78	13,44
Soja (em grão)	84,87	94,42	88,85	69,27	40,52	56,23	59,31

Fonte: IBGE – Censo agropecuário. Elaboração própria.

Diferentemente de suas congêneres fundadas ao longo da BR-163 nos anos 1970, Primavera do Leste foi criada na fase em que a soja já havia se tornado a principal cultura da região. Assim, nos primeiros anos, até 1995, ela domina de forma quase absoluta a produção agrícola do município, secundada por uma pequena produção de milho. A partir de 2005, observa-se a entrada do algodão, diversificando um pouco o cenário do campo.

Gráfico 7 – Primavera do Leste: Valor adicionado da indústria, 1996-2010 (R\$ mil)



Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.

*A preços de 2000

Essa característica, a presença desde o início da dupla soja e milho se desdobra em um rápido desenvolvimento industrial do município. Esse crescimento dá saltos importantes na segunda metade dos anos dois mil, com a implantação de unidade fabris de grandes multinacionais como a Cargill e a Pioneer (Gráfico 7).

Quadro 8 – Indicadores comparados com municípios próximos em termos de porte*

Indicadores	Primavera do Leste (a)	Municípios Próximos (b) Média	Índice de Diferença (a/b)
PIB _{pc} (R\$ mil)	61,3	21,2	2,9
IDS	0,23	0,12	2,0
IDSIC	0,26	0,09	2,8
Rendimento Médio (R\$)	1.090	586	1,9
IDHM	0,752	0,665	1,13
% Extremamente Pobres	1,1	12,7	0,09
Gini	0,460	0,524	0,88

Fonte: IBGE e RAIS. Elaboração própria.

* Todos os municípios brasileiros com população até 10% maior ou menor que a população de Primavera do Leste

O Quadro 8 mostra que Primavera do Leste se sai expressivamente melhor em todos os indicadores considerados, em relação à média dos municípios brasileiros de porte semelhante. Destacam-se, por seu significado, os índices de diferença em termos de IDS e de IDSIC, respectivamente o dobro

e quase o triplo da média. Em termos de pobreza extrema, o indicador é mais de dez vezes menor que a média.

Convém ressaltar ainda o desempenho favorável do GINI, uma vez que a concentração de renda elevada é uma tendência nas regiões tradicionalmente produtoras de *commodities*. Esses pontos serão retomados na análise conjunta dos municípios.

ii. Sinop

Sinop é o quarto município mais populoso do seu estado e o quinto maior PIB, respectivamente com 143 mil habitantes e R\$ 5,1 bilhões. Localiza-se no eixo da BR-163, na mesorregião Norte e na microrregião que possui seu nome, a 500 km de Cuiabá. Trata-se de uma região de transição do cerrado para a floresta amazônica. Seu PIB *per capita* é pouco mais de 10% superior à média estadual (Quadro 9).

Quadro 9- Sinop e estado do Mato Grosso: indicadores comparados

Indicador	Sinop (a)	Mato Grosso (b)	$\frac{a}{b}$ (%)	Ano
Área Territorial (km ²)	3.942,0	903.207	0,4	2019
População (hab)	142.996	3.484.466	4,1	2019
PIB (R\$ milhões)	5.108,3	123.880,3	4,1	2016
PIB _{pc} (R\$ mil)	41,4	37,5	110,5	2016
Densidade demográfica (hab/km ²)	28,69	3,36	853,9	2010

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

A história de Sinop se associa à da construção da BR-173, com recursos do PIN, no início dos anos 1970. A empresa de colonização Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (SINOP), doravante só colonizadora, adquiriu em 1971 uma área de 369 mil hectares terra, com incentivos do programa, que foi ampliada por meio de compras no entorno, alcançando no total 645 mil hectares. Iniciou os trabalhos de abertura da gleba naquele mesmo ano, momento em que se iniciava também a construção da rodovia.

A colonizadora já possuía uma vivência de atividades de colonização no noroeste do Paraná, nos anos 1950 e 1960. Durante aquele período desenvolveu 18 empreendimentos de colonização com a fundação de mais de uma dezena de cidades hoje consolidadas naquele estado (Abreu, 2015).

Utilizava basicamente o processo que aprendeu com a experiência da Companhia de Terras Norte-Paraná (CTNP), já discutido no capítulo 1.

Como no caso da CTNP, o projeto envolvia todo um sistema territorial, com 4 núcleos urbanos principais, hoje os municípios de Sinop, Vera, Santa Carmem e Cláudia¹⁶, além da área rural integrada e estradas de ligação. Para a área urbana havia um planejamento, tanto para cada cidade, como para a rede urbana. Essa foi concebida de forma articulada e hierarquizada, prevendo cidade polo, alguns pequenos centros urbanos de suporte e, ainda, agrovilas e “centros de convergência” e apoio a vida comunitária na zona rural (SOUZA, 2006 e ABREU, 2015).

Tratava-se de um planejamento que, do ponto de vista interurbano estava de acordo com a ideia de rede hierárquica baseada nas noções de Christaller e, no intra-urbano era coerente com a visão das “cidades modernistas” da época, com cidades reticuladas, baseadas na racionalidade e eficiência.

Para a atividade agrícola foi planejado um cinturão verde em cada uma das cidades, com lotes de 12 a 25 ha, destinados à implantação de chácaras para o abastecimento do núcleo urbano com hortifrutigranjeiros. No restante da área rural, destinado ao cultivo, os lotes tinham entre 60 e 100 ha (SOUZA, 2006 e ABREU, 2015).

A empresa demonstrou eficiência no processo de implementação desde o marketing inicial, com intensa divulgação nos estados do sul do país, conseguindo vender a ideia de um eldorado, o mito de uma nova Maringá¹⁷, com terras baratas e supostamente propícias à produção do café. Essa eficiência se estendeu, no fundamental, por toda etapa de implantação e desenvolvimento do projeto.

¹⁶ Inclusive, a previsão inicial era para que Vera fosse a cidade polo, porque era por onde estava planejada a passagem da BR-163. Com a mudança no trajeto, o projeto foi adequado para fazer de Sinop o centro do sistema (Souza, 2006).

¹⁷ Cidade polo do grande projeto de colonização da CTNP no noroeste do Paraná nas décadas de 40 e 50, reconhecida no imaginário regional como caso de grande sucesso.

Os lotes começaram a ser comercializados em 1972, a cidade de Sinop foi oficialmente fundada em setembro de 1974, como distrito de Chapada dos Guimarães e, em dezembro de 1979 já foi elevada a condição de município independente (ABREU, 2015).

Obviamente nem tudo funcionou como planejado. O transplante da experiência do sul para as condições específicas do norte do Mato Grosso encontrou limites práticos e simbólicos. Um caso destacado por Souza (2006) foi o fracasso em fazer funcionar de forma perene os Centros de Convergência planejados, que deveriam ser pequenas bases para atividades sociais, educativas e religiosas comunitárias na área rural.

A estrutura fundiária planejada, baseada em médias propriedades, o que já representava uma tentativa de adaptação em relação a experiência de pequenas propriedades da colonização no Sul, também logo se transformou. Desde o início se verifica aglutinação de propriedades, principalmente a partir da compra de glebas de colonos em dificuldades. Entretanto, é a partir da expansão acelerada da soja no final da década de 1980, juntamente com a introdução da pecuária, que o processo de concentração toma proporção, mudando o perfil fundiário do município (SOUZA, 2006).

O projeto agrícola inicial baseado no café, para aproveitar a experiência de quem vinha do Sul, não vingou nas condições do solo do cerrado. Os anos de 1970 foram basicamente de experimentação, de tentativas e erros para se encontrar culturas adequadas. Além do café, tentou-se guaraná, cacau, pimenta do reino, cana de açúcar, seringueira, o arroz e outras culturas. Com o surgimento do Proálcool em 1976 a colonizadora fez uma posta na mandioca, constituindo a Sinop Agroquímica (SAQ) e aprovando um projeto para a produção de álcool com base nesse tubérculo, que nunca se viabilizou (SOUZA 2006 e ABREU, 2015).

A colonizadora precisou investir na implantação de estações de experimentação, viveiros de mudas e atividades de extensão nesse período, no que contou com o apoio da Embrapa. A COMICEL (Cooperativa Mista Celeste) teve também uma participação ativa. Criada por exigência da própria legislação

que regulava a política de colonização, a COMICEL teve grande sucesso na região em razão da cultura cooperativista dos colonos que proviam do Sul (ABREU, 2015).

As atividades urbanas, como o comércio e, principalmente, a extração e desdobramento da madeira, foram as que mais floresceram no período. No início da década de 1980, arroz começa a se afirmar como o principal produto. Somente em meados daquela década, com dito anteriormente, a soja começou a ganhar importância, tornando-se o principal produto do município a partir de 1988 (Quadro 10).

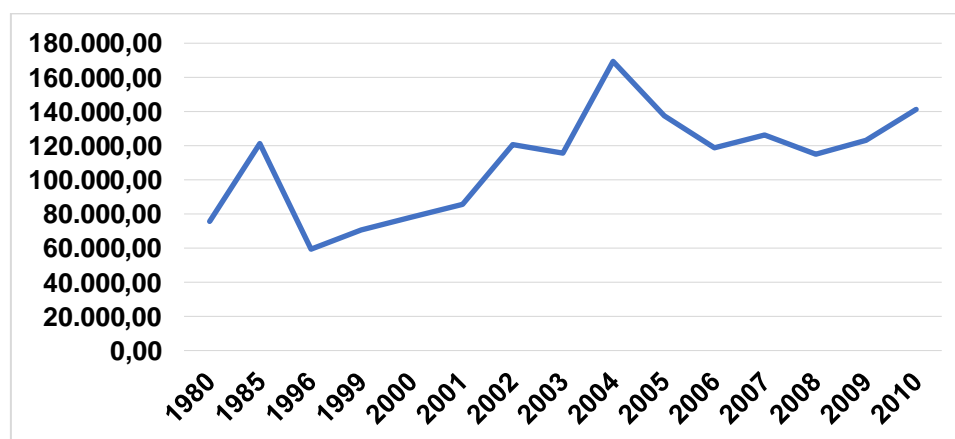
Quadro 10 - Área colhida das principais culturas - 1987 a 2018 (mil hectares)

Culturas Agrícolas	1981	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1995	2000	2010
Algodão herbáceo	-	-	-	-	-	-	-	14,9	8,9	-
Arroz (em casca)	56,9	50,8	55,8	44,8	15,6	13,7	34,7	45,2	5,7	56,9
Cana-de-açúcar	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	-
Feijão (em grão)	1,0	0,9	0,5	0,1	-	-	-	-	1,0	1,0
Milho (em grão)	2,5	5,3	2,5	6,6	7,8	3,5	17,8	7,8	10,2	2,5
Soja (em grão)	4,7	8,8	16,1	23,3	65,8	67,5	36,9	25,6	68,6	4,7

Fonte: IBGE – Censo agropecuário. Elaboração própria.

A indústria que já tinha uma presença importante no município em razão do grande número de madeireiras engata em uma trajetória de crescimento a partir da metade dos anos 1990 (Gráfico 10).

Gráfico 8 - Número de empregados na indústria de transformação em SINOP (MT) - 1980-2010 (R\$ mil)



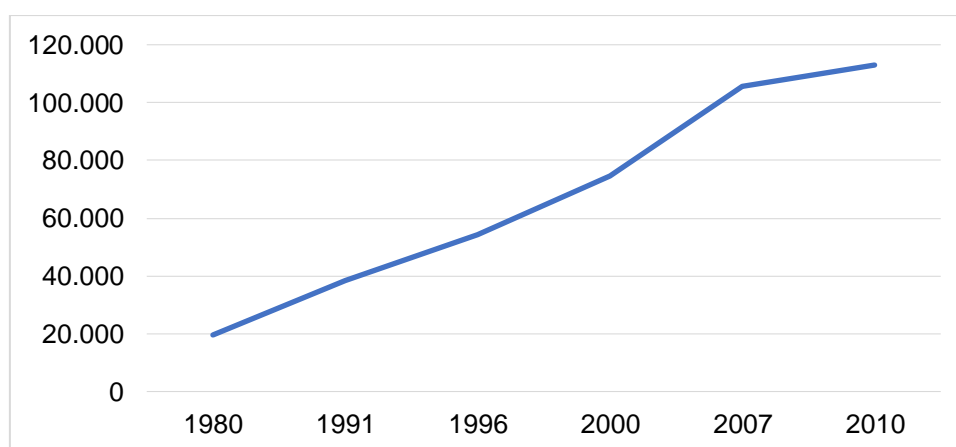
Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.

A cidade cresceu num ritmo vertiginoso desde o seu início. O que se verificou com a consolidação da soja e o movimento de concentração fundiária,

foi uma rápida mudança nas taxas de urbanização. Em 1984, apenas 44,0% da população vivia na cidade. Esse número saltou para 89,0% em 1991, chegando a 90,5% em 2000 (IBGE e Gráfico 9).

Esse processo de crescimento e urbanização muito acelerados cria uma série de problemas urbanos, que são típicos desses casos, como elevação dos preços da moradia e expansão de periferias mal assistidas. Problemas que só não são mais graves em razão do planejamento original cidade, que é um fator minimizador.

Gráfico 9 - População de Sinop, 1980 a 2010 (habitantes)



Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.

Apesar dos impactos do crescimento acelerado, os indicadores sociais de Sinop são melhores, em alguns casos expressivamente superiores, aos dos demais municípios brasileiros de porte semelhante.

Quadro 11 – Indicadores comparados com municípios próximos em termos de porte*

Indicadores	Sinop (a)	Municípios Próximos (b)	Índice Diferença (a/b)
PIB _{pc} (R\$ mil)	38,5	32,0	1,2
IDS	0,38	0,27	1,4
IDSIC	0,34	0,24	1,4
Rendimento Médio (R\$)	1.037	861	1,2
IDHM	0,754	0,730	1,03
% Extremamente Pobres	0,8	4,8	0,17
GINI	0,490	0,507	0,97

Fonte: IBGE e RAIS. Elaboração própria.

* Todos os municípios brasileiros com população até 10% maior ou menor que a população de Primavera do Leste

O IDS e o IDSIC, indicadores cuja importância já foi destacada na metodologia, são 40% superiores em Sinop do que na média dos municípios brasileiros aproximadamente do mesmo tamanho. Seu nível de pobreza absoluta é seis vezes menor. E, mesmo a concentração de renda, o GINI, que é tipicamente levado em municípios dominados pela grande propriedade agrícola, é ligeiramente menor em Sinop do que na média.

iii. Lucas do Rio Verde

Também localizado no eixo da BR-163, Lucas do Rio Verde fica a 283 km da Cuiabá, pertencendo à microrregião do Alto Teles Pires e à mesorregião do Norte mato-grossense. Possui uma extensão territorial de 3,4 milhões de km² e 65,5 mil habitantes, sendo a oitava cidade mais populosa do estado. Ocupa, ainda, a 6ª posição no estado em termos de PIB (IBGE e Quadro 12).

Quadro 12 – Lucas do Rio Verde e estado do Mato Grosso: indicadores comparados

Indicador	Lucas do Rio Verde (a)	Mato Grosso (b)	a/b (%)	Ano
Área Territorial (km ²)	3.375,2	903.207	0,4	2019
População (hab)	65.534	3.484.466	1,9	2019
PIB (R\$ milhões)	3.697,4	123.880,3	3,0	2016
PIBpc (R\$ mil)	60,5	37,5	161,4	2016
Densidade demográfica (hab/km ²)	12,43	3,36	369,9	2010

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Diferentemente de Sinop, Lucas do Rio Verde não foi criada a partir da ação de uma colonizadora privada. Surgiu do Projeto Especial de Assentamento (PEA) Lucas do Rio Verde, implantado em 1981 pelo governo federal, através do INCRA. Nesse momento, 10 anos depois do início do projeto que deu origem a Sinop, já se verificava um movimento de ocupação desordenada da região, com a presença de posseiros e especuladores em diferentes situações.

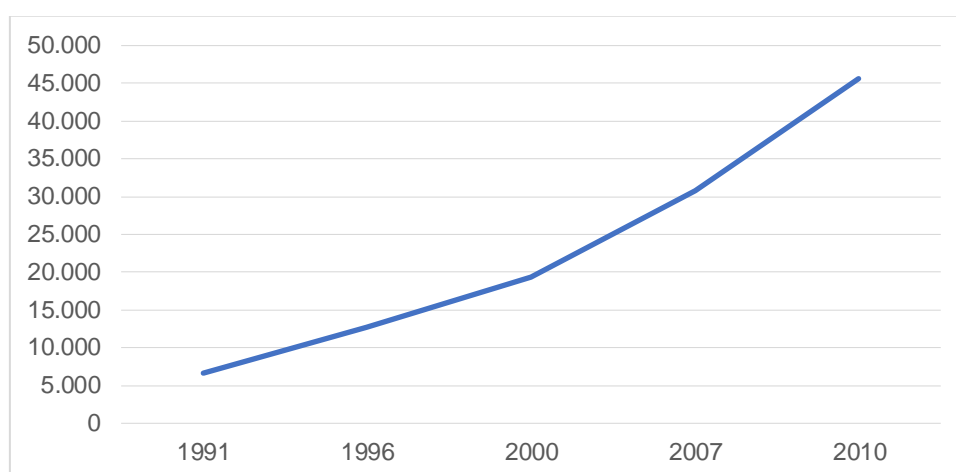
Em duas etapas, em 1981 e 1982, o INCRA assentou no projeto 203 famílias oriundas de acampamentos de agricultores sem terra do Sul do país,

em lotes de 200 ha. Promoveu, ainda, a regularização da situação de 85 famílias, reconhecidas como posseiras na gleba, além de incorporar 17 outras, de pessoas que trabalhavam em fazendas na região. Esse processo já produziu, de início, uma significativa diferenciação em termos do tamanho das propriedades. Isso porque, na negociação com os que já eram posseiros, negociou-se a regularização da área a partir de um múltiplo em relação à posse anterior. Assim, muitas dessas famílias ficaram com áreas de 600 ha ou mais (VOLOCHKO, 2013).

Destacava-se entre os posseiros regularizados, um grupo de 50 famílias vindas de Holambra, no estado de São Paulo, mais capitalizados e que possuíam uma forte experiência cooperativista. Eles foram responsáveis pela criação da Cooperativa Agropecuária Mista Lucas do Rio Verde (Cooperlucas), logo no início do projeto, em 1981.

Como ocorreu em geral com os projetos públicos de colonização, enfrentavam-se inúmeros problemas como a dificuldade em controlar a “indústria da posse”, a grande burocracia dos processos, ausência e/ou dificuldade de contratação e liberação de crédito, perfil de assentados mais descapitalizados e outros. Como apontam vários autores a ação da Cooperlucas foi fundamental no enfrentamento das dificuldades surgidas e na condução de todo o processo desenvolvimento do município (MORENO, 2007; VOLOCHKO, 2013).

Gráfico 9 - População de Lucas de Rio Verde, 1991 a 2010 (habitantes)



Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.

Em agosto de 1982 foi descerrada a placa de lançamento do núcleo urbano, ainda uma agrovila que integrava o município de Diamantino (MT). EM março de 1986 foi elevado à condição de distrito em julho de 1988 foi emancipado. Seu crescimento, como os dos demais municípios analisados, foi bastante rápido, sofrendo uma aceleração no início dos anos 2000 e, ganhando um ritmo ainda maior a partir de 2006, quando passa por um *boom* de desenvolvimento industrial.

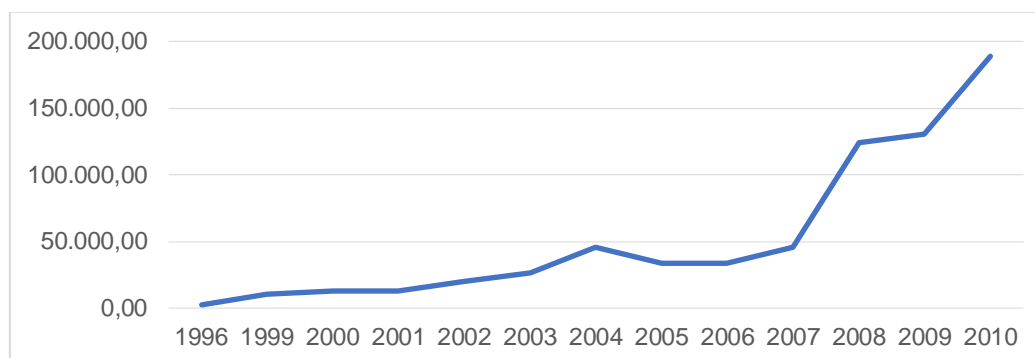
Quadro 13 - Área colhida das principais culturas em Lucas de Rio Verde (MT), 1989-2018 (mil hectares)

Culturas Agrícolas	1989	1995	2000	2005	2010	2018
Algodão herbáceo (em caroço)	-	-	11,46	17,87	10,69	20,28
Arroz (em casca)	4,87	9,67	1,73	0,22	0,42	0,42
Cana-de-açúcar	-	-	0,02	-	-	-
Feijão (em grão)	-	2,17	0,26	0,3	3,4	1,68
Milho (em grão)	2,73	12,12	21,06	20,62	22,75	25,67
Soja (em grão)	92,3	73,57	62,47	60,38	61,95	51,6

Fonte: IBGE – Censo agropecuário. Elaboração própria.

Tal como Primavera do Leste, Lucas do Rio Verde já nasce na fase da expansão da soja, que respondia por 92,3% da área colhida em 1989. O milho e o algodão passaram a dividir o espaço com a soja nos anos seguintes (Quadro 13). Esse avanço conjunto de milho e soja é bastante favorável ao desenvolvimento dos complexos agroindustriais de grãos e carnes e contribuiu para atrair a Sadia (hoje BR Foods) para o município. Sua importância pode ser percebida pelo salto no valor adicionado da indústria no município a partir de 2007. (Gráfico 11)

Gráfico 10 - Lucas de Rio Verde (MT): Valor adicionado da indústria, 1996-2010 (R\$ mil)



FONTE: IPEADATA, elaboração própria.

*A preços de 2000

Entre 2006 e 2008 são implantados em Lucas do Rio Verde: um grande complexo da Sadia/BR Foods; uma esmagadora de soja do Grupo Maggi; e uma das maiores plantas de biodiesel do país na época, da Fiagril. Esses investimentos produziram um enorme salto na indústria do município. O número de empregados na indústria de transformação passou de 813 em 2006, para 4.778 em 2010 (Gráfico 12).

Quadro 14 – Lucas de Rio Verde: indicadores comparados com municípios próximos em termos de porte*

Indicadores	Lucas do Rio Verde (a)	Municípios Próximos (b)	Índice de Diferença (a/b)
PIB _{pc} (R\$ mil)	62,2	20,9	3,0
IDS	0,20	0,12	1,6
IDSIC	0,19	0,10	1,9
Rendimento Médio (R\$)	1.069	599	1,8
IDHM	0,768	0,667	1,15
% Extremamente Pobres	1,5	12,2	0,12
GINI	0,460	0,523	0,88

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Mais uma vez, os indicadores sociais de Lucas do Rio Verde são muito melhores do que dos municípios próximos, com destaque para o IDSIC, o rendimento médio é o percentual de extrema pobreza (Quadro 14).

iv. Sorriso

Sorriso é o terceiro dos municípios analisados que se situa no eixo da BR-163, estando a 378 km distante da capital, Cuiabá. Com uma população de 90,3 mil habitantes e um PIB de R\$ 5,64 bilhões, ocupa, respectivamente o 7º e o 4º lugar no ranking desses indicadores no estado. Seu PIB *per capita* é quase 80% superior ao do estado do Mato Grosso (Quadro 15).

Quadro 15 - Sorriso e estado do Mato Grosso: indicadores comparados

Indicador	Sorriso (a)	Mato Grosso (b)	$\frac{a}{b}$ (%)	Ano
Área Territorial (km²)	9.347,6	903.207	1,0	2019
População (hab)	90.313	3.484.466	2,6	2019
PIB (R\$ milhões)	5.640,2	123.880,3	4,6	2016
PIB _{pc} (R\$ mil)	67,3	37,5	179,5	2016
Densidade demográfica (hab/km²)	7,13	3,36	212,2	2010

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Assim como Sinop, Sorriso foi planejada e implantada por uma empresa privada, levando inclusive o seu nome. O Colonizador Sorriso (hoje Colonizadora Feliz) se constituiu e iniciou a implantação de seu empreendimento de colonização em 1976. Trata-se de um projeto menos ambicioso que o da Colonizadora Sinop, se resumindo a um único centro urbano e seu entorno agrícola.

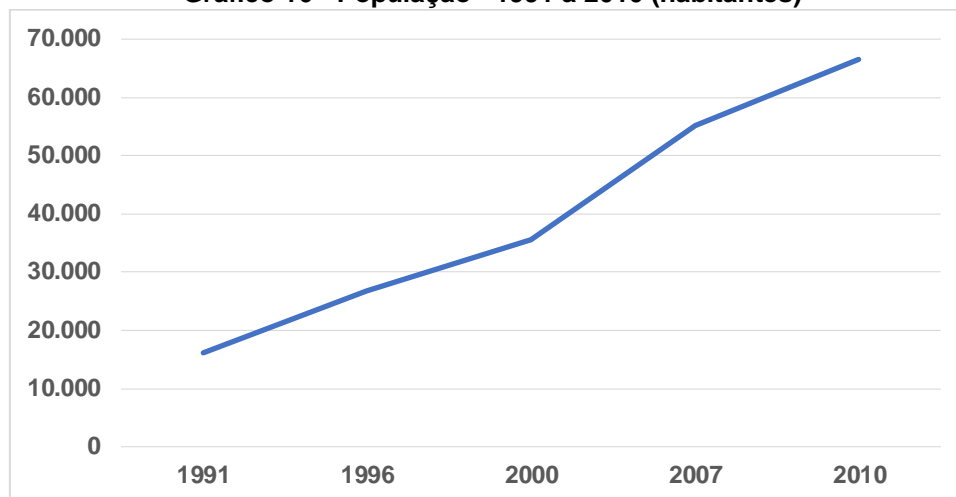
Diferencia-se também do projeto de Sinop, porque seu foco era, principalmente, a comercialização dos terrenos rurais. Sobretudo na sua fase inicial, os lotes urbanos eram doados àqueles que adquirissem áreas no campo.

A doação era realizada por meio de um contrato de compra do terreno, com um desconto que correspondia a quase totalidade do seu valor. O desconto, por sua vez, estava atrelado à construção da residência em um prazo e até 6 meses, e forma que quem não o fizesse deveria pagar pelo mesmo, ou negociar sua devolução.

O planejamento da cidade, contudo, seguia os mesmos princípios do urbanismo racional modernista, adotado por Sinop, ambos inspirados nos planos urbanísticos utilizados na colonização privada do Noroeste do Paraná. O desenho da cidade é reticular, com ruas largas, áreas verdes, grandes praças e com uma distribuição funcional de seus espaços.

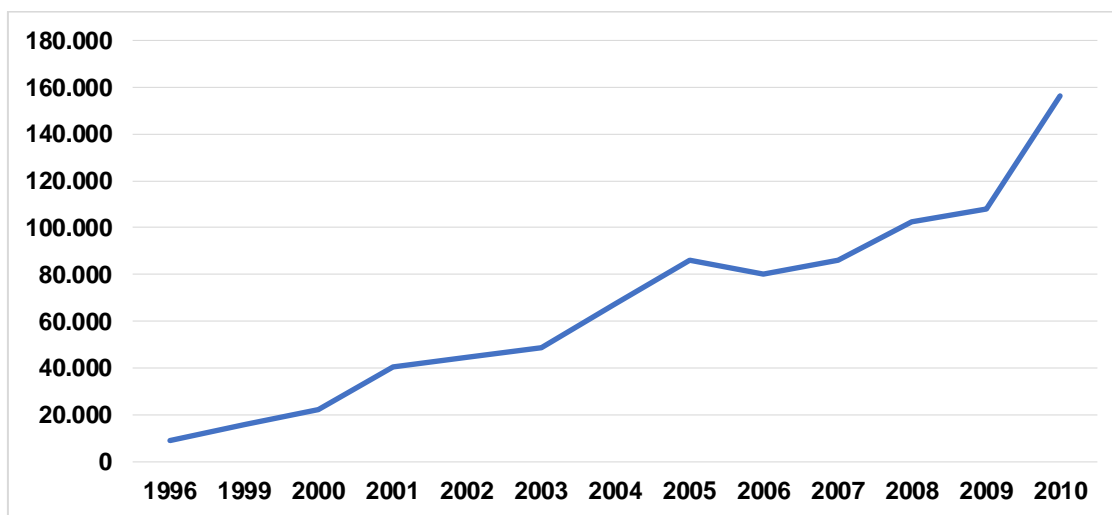
Os contratos de venda e/ou doação dos lotes urbanos residenciais determinavam o padrão de construção aceitável para cada tipo de lote, em função de sua localização e preço.

A medida tinha um triplo objetivo, assegurar a paisagem da cidade, evitar a desvalorização das áreas adjacentes e atrair colonos e moradores mais capitalizados. A ideia de selecionar os colonos mais “aptos” aos projetos fazia parte da cultura de colonização no Sul.

Gráfico 16 - População - 1991 a 2010 (habitantes)

Fonte: IPEADATA. Elaboração própria

Apenas quatro anos após o início da abertura da área, em novembro de 1980, Sorriso foi reconhecido como distrito do município de Nobre e, em maio de 1986 foi elevado à categoria de município. Seu crescimento populacional, assim como nos demais casos, foi bastante acelerado, como se pode observar no Quadro 16.

Gráfico 11 - Valor adicionado da indústria - 1996 a 2010 (em R\$ mil*)

Fonte: IPEADATA. Elaboração própria

O Gráfico 13 mostra um crescimento industrial importante em Sorriso, associado à expansão da soja. Contudo, quando o observamos o conjunto do polo que se estabeleceu no eixo da BR-163, pode-se perceber a dimensão do complexo de grãos e carnes que ali se configurou. À medida que a produção

da soja e milho foi se ampliando, quase todos os principais *players* do setor de processamento de grãos, que atuam no país, se estabeleceram ali. Para Sorriso, foi uma planta de esmagamento da Caramuru, uma das maiores empresas nacionais do setor. As multinacionais Bunge e Cargill, implantaram unidades fabris, respectivamente, em Nova Mutum e Primavera do Leste, ambas cidades limítrofes de Sorriso. E não muito distante, em Lucas do Rio Verde, instalou-se a gigante brasileira Amaggi.

Quadro 17 - Indicadores comparados com municípios próximos em termos de porte*

Indicadores	Sorriso (a)	Municípios Próximos (b)	Índice de Diferença (a/b)
PIB _{pc} (R\$ mil)	68,1	26,3	2,6
IDS	0,30	0,20	1,5
IDSIC	0,26	0,17	1,5
Rendimento Médio (R\$)	1.133	748	1,5
IDHM	0,744	0,711	1,05
% Extremamente Pobres	1,8	6,1	0,29
GINI	0,5400	0,5168	1,04

Fonte: IBGE. Elaboração própria

Quanto aos indicadores sociais comparados, a partir do Quadro 17, se percebe que o município de Sorriso também possui uma grande vantagem sobre a média dos municípios próximos. A única exceção é a do índice de GINI, que revela que a concentração de renda em Sorriso é ligeiramente superior à média.

3.3 Cidades que foram transformadas no processo de avanço da fronteira agrícola para o Centro-Oeste.

Neste ponto a análise de cada município será mais sucinta, uma vez que não se faz necessário discutir seu processo de implantação.

i. Rondonópolis (MT)

Localizada às margens da BR-364, Rondonópolis faz parte da microrregião de mesmo nome, que integra a mesorregião Sudeste do Mato Grosso. É o terceiro município mais populoso e exibe o segundo maior PIB do estado.

Quadro 18 – Rondonópolis e Mato Grosso: indicadores comparados

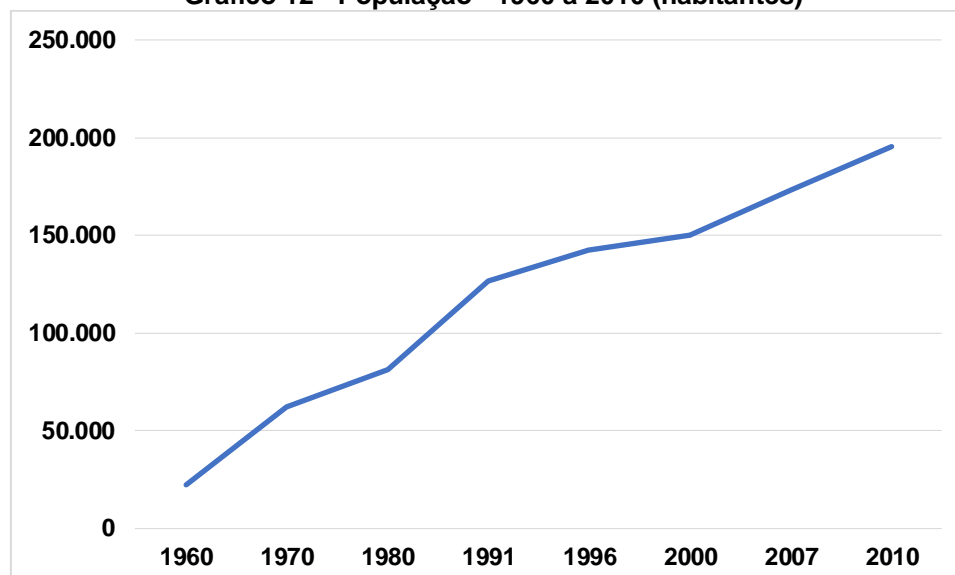
Indicador	Rondonópolis (a)	Mato Grosso (b)	a/b (%)	Ano
Área Territorial (km ²)	4.686,6	903.207	0,5	2019
População (hab)	232.491	3.484.466	6,7	2019
PIB (R\$ milhões)	9.488,9	123.880,3	7,7	2016
PIB _{pc} (R\$ mil)	43,2	37,5	115,2	2016
Densidade demográfica (hab/km ²)	47	3,36	1398,8	2010

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

O povoamento do Rio Vermelho que veio a dar origem a Rondonópolis surgiu em 1902, mas o primeiro decreto que o reconheceu como povoado, é de 1915. Em 1920 foi alçado à condição de distrito de Cuiabá, sendo transferido em 1938 para alçada do município de Poxoréo. Sua elevação à condição de município só veio a se dar em 1953 (IBGE).

O município foi impactado pela movimentação decorrente das ações da Marcha para o Oeste no estado, o que estimulou o crescimento da população e a da produção agrícola comercial. No Gráfico 1 se pode perceber claramente o crescimento populacional a partir de 1960. Sua população saltou de 22,3 mil naquele ano para 62,1 mil habitantes em 1970.

Gráfico 12 - População - 1960 a 2010 (habitantes)



Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.

Na produção agrícola, o avanço da agricultura comercial no Centro-Oeste neste período está ligada, principalmente, ao crescimento na produção

de arroz. Os dados de Rondonópolis da série histórica dos Censos Agropecuários do IBGE só estão disponíveis a partir de 1974. Pode-se verificar que nesse ano já era clara a importância do arroz na produção local, uma vez que ele respondia por 71,6% da área colhida.

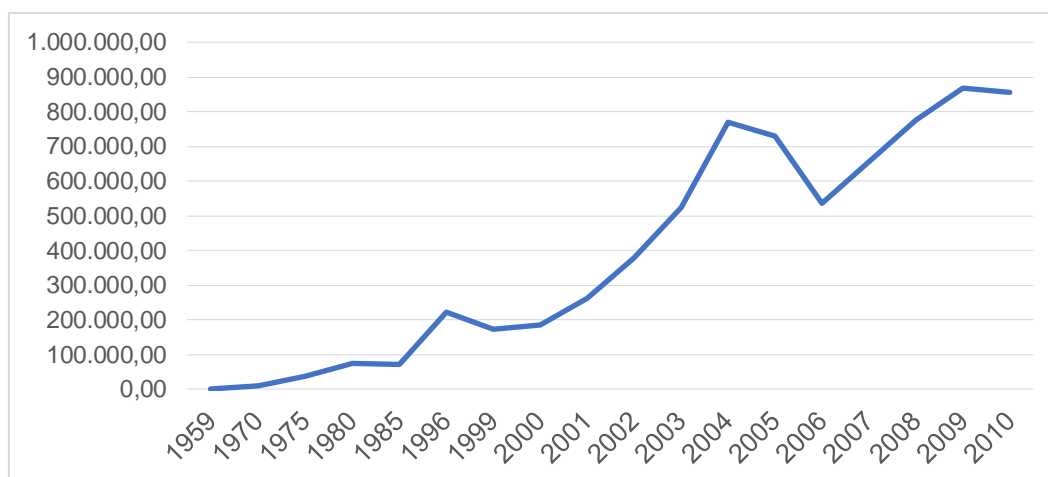
Tabela 4 - Área colhida das principais culturas - 1974 a 2018 (mil hectares)

Culturas Agrícolas	1974	1980	1985	1990	2000	2010	2018
Algodão herbáceo (em caroço)	12,95	4,79	12,32	3,01	40,95	11,49	5,5
Arroz (em casca)	71,6	54,5	6,98	0,77	1,14	0,05	-
Cana-de-açúcar	0,78	-	0,05	0,13	0,13	0,02	0,01
Feijão (em grão)	3,21	9,08	0,24	0,35	0,45	-	-
Milho (em grão)	4,14	4,55	4,25	14,56	3,46	5,51	16,84
Soja (em grão)	-	26,35	73,36	76,96	47,56	76,38	75,58

Fonte: IBGE Censo Agropecuário. Elaboração própria.

O avanço da soja, que é o produto e a expressão do processo de modernização agrícola no período no Centro-Oeste, inicia-se no sul do Mato Grosso já na segunda metade da década de 1970. Os dados do Tabela 4 mostram que Rondonópolis se insere ativamente nessa primeira fase, tendo o auge de sua expansão na primeira metade dos anos 1980.

Gráfico 13 - Rondonópolis (MT): Valor adicionado da indústria, 1959-2010 (R\$ mil)



Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.

O Gráfico 15, quando cotejado com a Quadro 4, revela com toda a clareza a relação entre o desenvolvimento da indústria em Rondonópolis e a expansão da soja. O valor adicionado começa a se elevar já em 2005, quando a soja se torna dominante e assume uma trajetória de crescimento constante e

acelerada no início da década de 2000, quando a agroindustrialização começa a amadurecer.

Quadro 19 - Indicadores comparados com municípios próximos em termos de porte*

Indicadores	Rondonópolis (a)	Municípios Próximos (b)	Índice de Diferença (a/b)
PIB _{pc} (R\$ mil)	43,0	35,6	1,2
IDS	0,43	0,39	1,1
IDSIC	0,35	0,36	1,0
Rendimento Médio (R\$)	963	900	1,1
IDHM	0,755	0,748	1,01
% Extremamente Pobres	1,4	2,4	0,56
GINI	0,5200	0,4944	1,05

Fonte: IBGE. Elaboração própria

O que se pode destacar com relação aos indicadores de Rondonópolis comparados aos municípios próximos, é que apesar de serem superiores em todos os quesitos, com exceção do GINI, seu índice de diferença é mais modesto em relação aos demais municípios do agronegócio, do estado do Mato Grosso, já analisados.

ii. Rio Verde

Rio Verde situa-se na mesorregião do Sudoeste goiano, a 231 km da capital, Goiânia. Ocupa a quarta posição em termos tanto de população quanto de PIB no estado. Seu PIB per capita é de R\$ 43,8 mil contra R\$ 27,1 mil da média estadual.

Quadro 20 – Rio Verde e estado de Goiás, indicadores comparados.

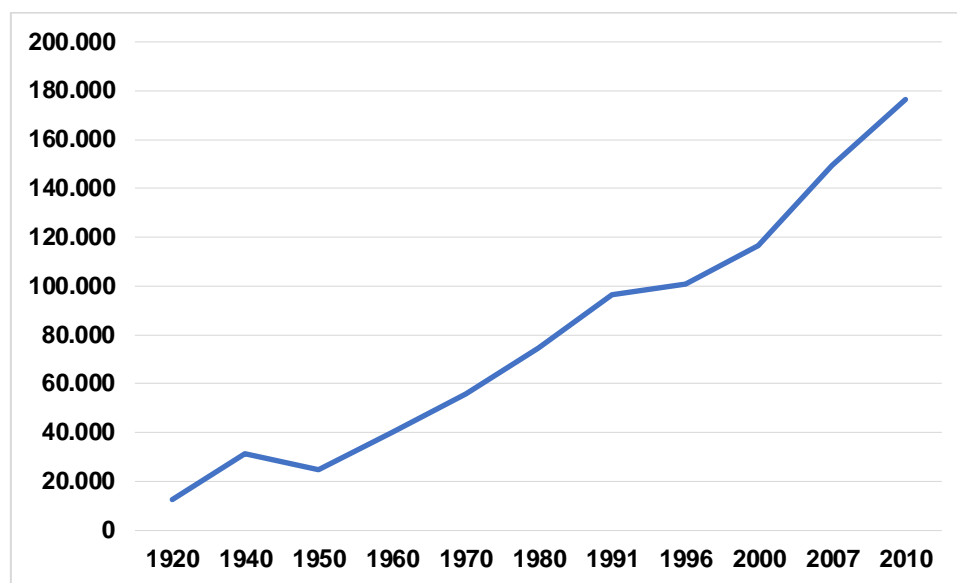
Indicador	Rio Verde	Goiás (a)	a/b(%)	Ano
Área Territorial (km ²)	8.386,8	340.125,70	2,5	2019
População (hab)	235.647	7.018.354	3,4	2019
PIB (R\$ milhões)	8.338,5	181.692,40	4,6	2016
PIB _{pc} (R\$ mil)	43,8	27,1	161,5	2016
Densidade demográfica (hab/km ²)	21,05	17,65	119,3	2010

Fonte: IBGE, Elaboração própria.

Rio Verde é um município antigo, tendo se constituído como Distrito em 1848, e adquirido a categoria de município em 1882 (IBGE-Cidades). Sua economia se baseava, fundamentalmente, na pecuária e no comércio, com uma pequena e rústica agricultura sem expressão comercial.

Nos anos 1950 Rio Verde se beneficia dos investimentos do Plano de Metas em infraestrutura rodoviária, associadas à implantação Brasília, que amplia seu acesso rodoviário. Desde então a região passa a ser prioridade nos diversos programas de desenvolvimento regional que se seguiram até metade dos anos 1970. O Gráfico 16 revela o forte dinamismo do crescimento populacional do município a partir desde a década de 1950.

Gráfico 14 - População - 1920 a 2010 (habitantes)



Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Pode-se observar, no quadro 21, que em 1974 Rio Verde já possuía uma agricultura comercial diversificada, com presença importante de arroz, milho e algodão. Além disso, mostra o pioneirismo do município na produção de soja. Revela, ainda o crescimento articulado entre a soja e o milho e com, apesar da especialização nesses dois produtos, o município manteve uma diversidade de sua produção muito maior do que a dos municípios do Mato Grosso.

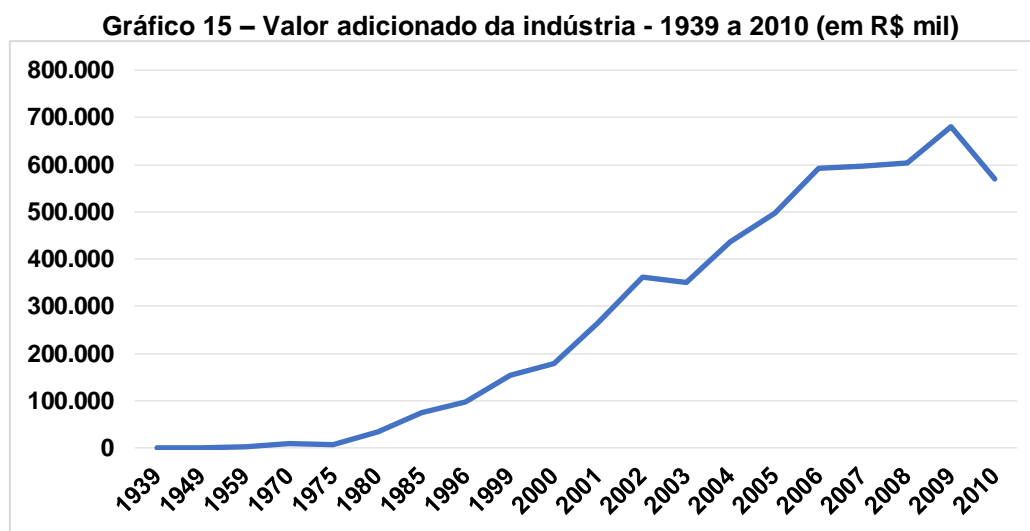
Quadro 21 - Área colhida das principais culturas agrícolas - 1974 a 2018 (mil hectares)

Culturas Agrícolas	1974	1980	1985	1990	1995	2000	2010	2018
Algodão herbáceo	18,94	12,61	5,6	1,8	5,99	2,19	3,05	0,29
Arroz (em casca)	31,08	49,21	6,86	3,97	3,63	0,75	0,3	0,01
Cana-de-açúcar	0,49	0,72	0,38	1,45	1,31	2,12	4,74	12,59
Feijão (em grão)	1,41	0,11	0,09	4,48	0,61	1,66	3,23	0,53
Milho (em grão)	39,74	13,61	21,85	43,92	53,09	19,6	18,16	27,65
Soja (em grão)	2,55	19,68	55,36	36,32	33,13	64,19	66,87	55,96

Fonte: IBGE Censo Agropecuário. Elaboração própria.

Também foi precoce em Rio Verde a integração entre a produção agrícola e a atividade industrial. Isso se deveu, sobretudo, ao papel da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste (COMIGO), fundada pelos produtores locais em 1974.

Em 1978 a COMIGO já possuía mais de 700 sócios e já tinha construído sua primeira unidade de armazenamento e, em 1983, inaugurou sua própria indústria de processamento. Desde então veio se expandindo até se converter em um grande complexo industrial.



Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.

Em 2003 a Perdigão (atual BR Foods) se instalou no município viabilizando a integração do complexo de grãos e carnes, o que atraiu grande número de novas empresas, entre elas as multinacionais Cargill e Louis Dreyfus.

Quadro 22 – Rio Verde: indicadores comparados com municípios próximos em termos de porte*

Indicadores	Rio Verde (a)	Municípios Próximos (b)	Índice de Diferença (a/b)
PIB _{pc} (R\$ mil)	39,3	34,1	1,2
IDS	0,45	0,37	1,2
IDSIC	0,42	0,33	1,3
Rendimento Médio (R\$)	1.043	866	1,2
IDHM	0,754	0,740	1,02
% Extremamente Pobres	1,2	2,7	0,42
GINI	0,5400	0,4983	1,08

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Quanto aos indicadores comparados o município apresenta igualmente desempenho superior seus próximos, excetuando-se o GINI. Nesse quesito, assim como Sorriso e Rondonópolis, apresenta um índice de concentração de renda ligeiramente mais elevado.

iii Jataí

Jataí também está localizada na mesorregião do Sudoeste de Goiás, no entroncamento da BR-060 com a BR-364, a 321 km de Goiânia e a 91 km de Rio Verde. Ocupa o décimo quarto lugar no ranking entre os municípios mais populosos e a sétima posição em termos de PIB (Quadro 23).

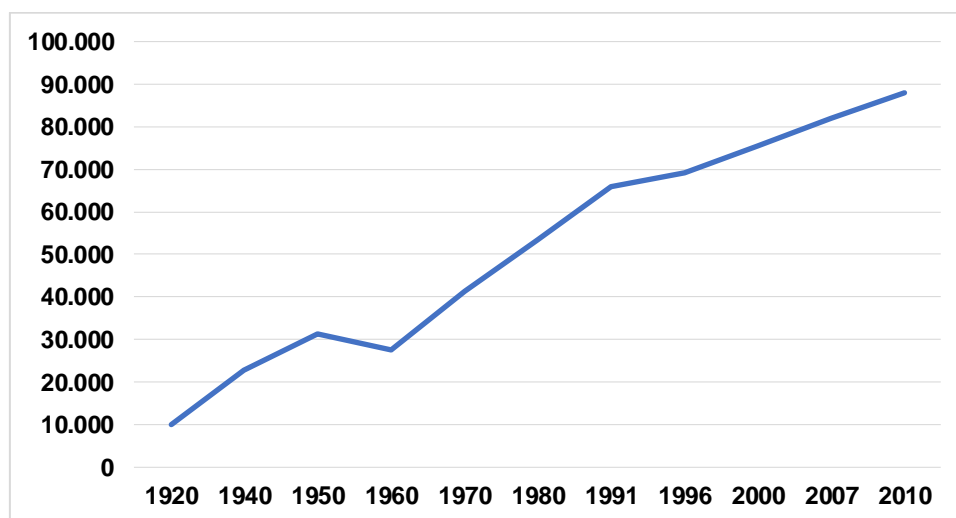
Quadro 23 - Jataí e estado de Goiás, indicadores comparados.

Indicador	Jataí	Goiás (a)	$\frac{a}{b}$ (%)	Ano
Área Territorial (km ²)	7.174,2	340.125,70	2,1	2019
População (hab)	110.882	7.018.354	1,6	2019
PIB (R\$ milhões)	4.040,4	181.692,40	2,2	2016
PIB _{pc} (R\$ mil)	46,0	27,1	169,6	2016
Densidade demográfica (hab/km ²)	12,27	17,65	69,5	2010

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Jataí surgiu como desdobramento do então Distrito de Rio Verde, quando em 1864 foi criada a Freguesia do Divino Espírito Santo de Jataí. Ela foi elevada à condição Distrito no mesmo ano e, em 1890, adquiriu o status de município, desvinculando-se do município de Rio Verde (IBGE-Cidades).

Gráfico 16 - População - 1920 a 2010 (habitantes)



Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Dada a proximidade e a integração rodoviária, a história econômica de Jataí não difere muito da de Rio Verde, até o início dos anos 1970. A comparação entre os gráficos de crescimento da população dos dois municípios é uma evidência disso (Gráficos 17 e 18).

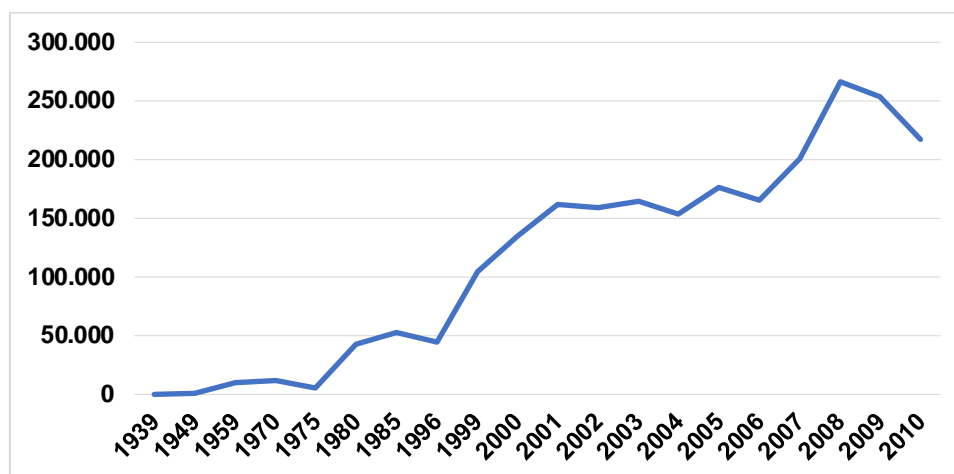
Quadro 24 - Área colhida das principais culturas agrícolas - 1974 a 2018 (mil hectares)

Culturas Agrícolas	1974	1980	1985	1990	1995	2000	2010	2018
Algodão herbáceo	0,16	-	-	-	-	-	-	0,32
Arroz (em casca)	57,43	76,22	12,5	4,69	4,33	1,03	0,03	-
Cana-de-açúcar	2,97	0,35	0,46	2,03	1,54	0,01	8,28	10,53
Feijão (em grão)	2,73	1,33	0,04	1,91	1,11	0,58	2,83	0,96
Milho (em grão)	2,71	6,23	3,73	30,54	28,76	33,91	26,78	31,85
Soja (em grão)	0,5	2,98	73,47	51,07	56,54	61,62	60,05	55,94

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário. Elaboração própria.

A comparação entre a evolução da atividade agrícola nos dois municípios mostra, igualmente, forte semelhança. Algumas diferenças são o abandono um pouco mais tarde do arroz, por parte de Jataí e a ausência do algodão (Quadros 21 e 24).

Gráfico 17 - Valor adicionado da indústria - 1939 a 2010 (em R\$ mil)



Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.

Jataí também avança em sua industrialização a partir de 1975, porém com uma expansão menor e menos estável. O município goza das vantagens

e, ao mesmo tempo, das limitações decorrentes da proximidade com Rio Verde, o principal polo econômico da região.

De um lado, indústrias são atraídas para Jataí pelo dinamismo difundido pelo polo. Surgem também empreendimentos complementares importantes, como a unidade da BR Foods em Jataí. Por outro lado, contudo, os empreendimentos maiores e mais estratégicos são atraídos pela capacidade de polarização de Rio Verde, reservando a Jataí um papel complementar.

Quadro 25 - Indicadores comparados com municípios próximos em termos de porte*

Indicadores	Jataí (a)	Municípios Próximos (b)	Índice de Diferença (a/b)
PIB _{pc} (R\$ mil)	41,6	31,4	1,3
IDS	0,27	0,22	1,2
IDSIC	0,22	0,20	1,1
Rendimento Médio (R\$)	1.119	779	1,4
IDHM	0,757	0,716	1,06
% Extremamente Pobres	0,9	4,3	0,21
GINI	0,550	0,497	1,11

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

No que se refere aos indicadores comparados com os municípios próximos, o quadro de Jataí é também muito semelhante ao de Rio Verde.

iv Mineiros

Também situado na mesorregião Sudoeste do estado, Mineiros está no eixo da BR-364, a 428 km de Goiânia, 198 km de Rio Verde e 112 km de Jataí. O município fica próximo à fronteira com o Mato Grosso, a 513 km de Cuiabá. Com uma população de 66,8 mil habitantes, É o vigésimo município goiano em número de habitantes e o décimo primeiro em termos de PIB.

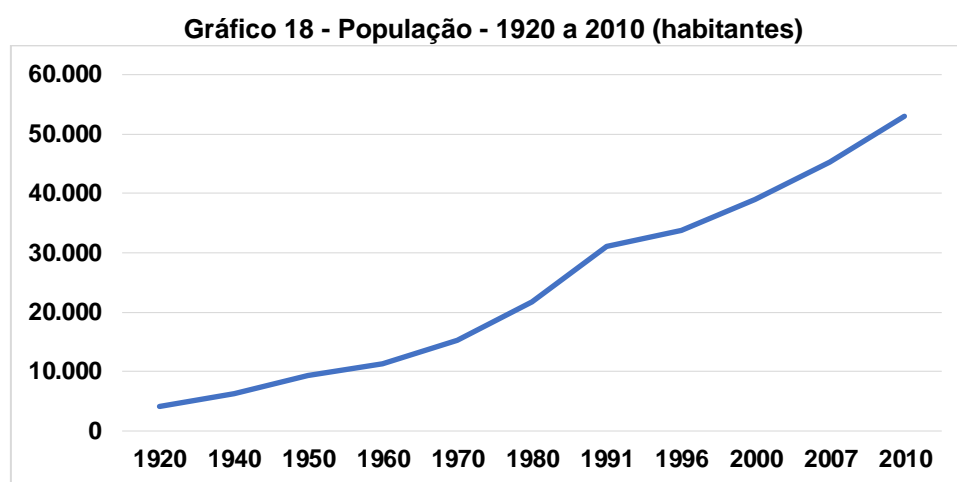
Quadro 26 - Mineiros e estado de Goiás, indicadores comparados.

Indicador	Mineiros	Goiás (a)	$\frac{a}{b}$ (%)	Ano
Área Territorial (km ²)	9.038,8	340.125,70	2,7	2019
População (hab)	66.801	7.018.354	1,0	2019
PIB (R\$ milhões)	2.261,8	181.692,40	1,2	2016
PIB _{pc} (R\$ mil)	38,5	27,1	141,9	2016
Densidade demográfica (hab/km ²)	5,84	17,65	33,1	2010

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Mineiros surgiu a partir da descoberta de diamantes no rio Verde, em 1873. Foi elevado à condição de município em 1905, sendo desmembrado do município de Jataí (IBGE-Cidades). Assim apresenta igualmente uma trajetória econômica, em termos gerais, próxima das de Rio Verde e Jataí.

Por estar um pouco mais distante, não apenas daqueles dois municípios, mas do conjunto do estado e das saídas para o sudeste, ainda é uma cidade relativamente pequena. Contudo, seu gráfico de crescimento populacional apresenta a mesma tendência e temporalidade dos de Jataí e Rio Verde. Apenas sua inclinação é menor (Gráficos 17,18 e 20).



Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Da mesma forma, as trajetórias de suas atividades agrícolas seguem o mesmo padrão, como pequenas diferenças (Quadros 21, 24 e 27).

Quadro 27- Área colhida das principais culturas agrícolas – 1987 a 2018 (mil hectares)

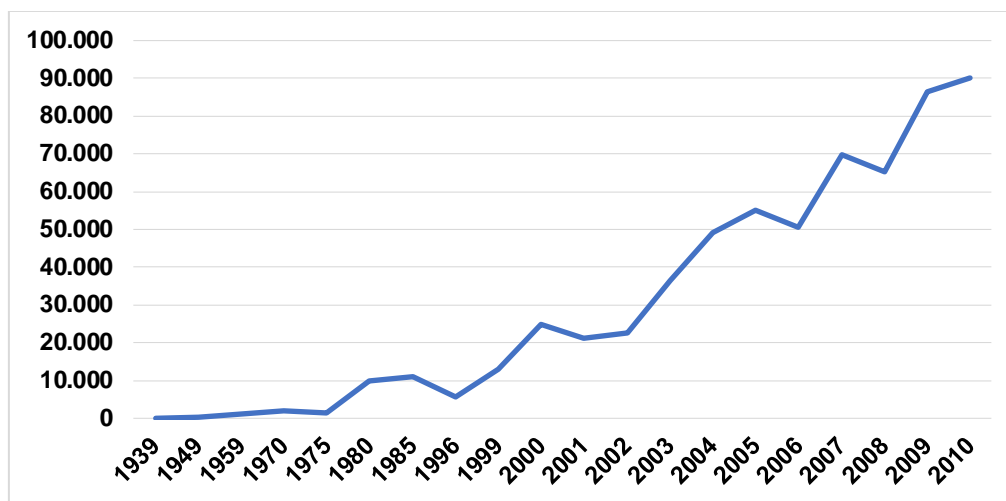
Culturas Agrícolas	1974	1980	1985	1990	1995	2000	2010	2018
Algodão herbáceo	-	-	-	-	-	3,98	10,59	2,72
Arroz (em casca)	64,0	65,82	8,66	3,02	3,08	1,04	0,53	-
Cana-de-açúcar	0,18	1,02	0,52	0,31	0,1	0,01	17,79	25,93
Feijão (em grão)	6,76	2,38	0,18	1,64	0,29	0,03	0,3	0,66
Milho (em grão)	12,8	3,24	3,46	13,79	35,48	21,11	20,18	26,22
Soja (em grão)	0,77	24,43	85,53	78,56	54,68	71,56	49,64	44,33

Fonte: IBGE, Censo agropecuário. Elaboração própria.

No que se refere à sua trajetória de expansão industrial, ela começa bem mais tarde, em meados dos anos 1990. Diferentemente dos casos de Rio

Verde e Jataí, sua industrialização foi vinculada, inicialmente, muito mais à pecuária, com a operação de frigoríficos de bovinos, do que aos grãos.

Gráfico 19- Valor adicionado da indústria em Mineiros (GO), 1939-2010 (R\$ mil)



Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.

Um salto mais expressivo nesse processo só vai ocorrer em 2006, com a implantação de uma unidade de abate de aves pesadas da Perdigão/BRFoods.

A partir desse momento cria-se um vínculo que insere Mineiros no complexo de grãos e carnes liderado por Rio Verde. Esse link vai se fortalecer ainda mais com a diversificação do frigorífico da Mafrig, que já operava com bovinos, em direção ao abate e processamento de suínos.

Quadro 28 - Indicadores comparados com municípios próximos em termos de porte*

Indicadores	Mineiros (a)	Municípios Próximos (b)	Índice de Diferença (a/b)
PIB _{pc} (R\$ mil)	36,7	20,2	1,8
IDS	0,20	0,13	1,6
IDSIC	0,14	0,10	1,3
Rendimento Médio (R\$)	1.000	612	1,6
IDHM	0,718	0,671	1,07
% Extremamente Pobres	2,4	11,0	0,22
GINI	0,5500	0,5221	1,05

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Quanto a comparação com os indicadores sociais dos municípios de porte semelhante no país, os resultados se assemelham aos de Rio Verde e

Jataí, no sentido de que o único indicador desfavorável, ainda que muito que com uma diferença muito pequena, é o da concentração. Entretanto, chama a atenção o fato de que os seus índices de diferença favoráveis são em geral mais amplos.

iii. Comparação Geral

Após ter analisado os índices de diferença (IDs) para cada um dos municípios do agronegócio (MA) pesquisados, em relação à média dos municípios próximos, neste item se procederá uma análise conjunta entre os IDs dos diversos municípios com dois objetivos.

Em primeiro lugar identificar em que indicadores as diferenças foram mais importantes e sua razão. Em segundo lugar verificar se existe algum padrão diferenciado de comportamento dos indicadores por grupos de municípios, buscando saber: a) se existe diferença de resultados entre os municípios que foram criados no período, por projetos de colonização, e aqueles que já existiam com sua dinâmica própria e sofreram transformações durante o processo; e b) se o porte dos municípios influencia os resultados.

Quadro 29 – Média dos IDs* dos municípios por indicador

Município	PIBpc	IDS	IDSIC	IDHM	RM	Pobreza	Gini
Primavera do Leste	2,9	2,0	2,8	1,13	1,9	0,09	0,97
Sinop	1,2	1,4	1,4	1,03	1,2	0,17	0,97
Lucas do Rio Verde	3,0	1,6	1,9	1,15	1,8	0,12	0,88
Sorriso	2,6	1,5	1,5	1,05	1,5	0,29	1,04
Rondonópolis	1,2	1,1	1,0	1,01	1,1	0,56	1,05
Rio Verde	1,2	1,2	1,3	1,02	1,2	0,42	1,08
Jataí	1,3	1,2	1,1	1,06	1,4	0,21	1,11
Mineiros	1,8	1,6	1,3	1,07	1,6	0,22	1,05
Itumbiara	1,3	1,5	1,5	1,06	1,2	0,17	0,98
Média IDs	1,8	1,5	1,5	1,1	1,4	0,2	1,0

*Índices de Diferença

Quanto à primeira questão, observando-se conjuntamente os IDs de todos os municípios, por indicador, organizados no quadro 29, verifica-se que os MA apresentam superioridade no resultado para todos os indicadores considerados, exceto para o índice de Gini, onde o ID igual a 1 (um) indica neutralidade. Isto é, constata-se que, em média, não existe diferença nos índices de concentração de renda entre os MA e os demais municípios de porte semelhante no país.

Assim, esses resultados deixam claro que não é verdade que os MA são caracterizados por um desenvolvimento urbano fortemente excludente como argumenta a maior parte da literatura sobre o tema. E que, pelo contrário, apesar de ter problemas, não é pior que a média dos municípios brasileiros.

Constata-se, ainda, que os indicadores em que os MA apresentam maior vantagem de desempenho, além do PIBpc - que é mais de caráter econômico do que propriamente social - são os de percentual de pessoas em situação de pobreza, o IDS e o IDSIC.

O primeiro, mostra que o percentual de pobreza na população dos MA corresponde a apenas um quinto daquele verificado na média dos municípios próximos. No caso do IDS e do IDSIC, indica que os serviços nos MA são 50% mais diversificados do que nos municípios próximos. Esses resultados têm um significado importante. Ele está associado à fase em que a modernização agrícola se desdobra em agroindustrialização, promovendo uma integração entre agricultura, indústria e serviços.

Como mostram Castro e Silva (2019), quando ocorre a modernização conservadora da agricultura, baseada na grande propriedade rural, tende a se agravar a desigualdade e a aumentar a pobreza no campo e nas cidades pequenas e médias do interior dos estados agrícolas.

Isso porque elas excluem a maior parte da pequena e média produção rural da dinâmica do processo, em um espaço em que o emprego urbano já é tradicionalmente muito limitado.

Sendo composto basicamente por empregos públicos, do pequeno comércio e alguns poucos serviços tradicionais de baixos salários.

Contudo, essa modernização agrícola é baseada em uma forte especialização em algumas poucas *commodities*, especialmente a soja e o milho, que são fundamentalmente matérias-primas, que para agregar valor necessitam da transformação industrial.

Além disso, como destacam Castro e Arriel (2016), para essa transformação dependem de uma indústria que necessita, por razões de custo, se localizar próxima de suas fontes de matérias primas.

Por isso, a modernização agrícola se desdobra, em um segundo momento, em um processo de agroindustrialização que se concentra em algumas cidades polo das regiões agrícolas mais dinâmicas.

Assim, de um lado, promove um crescimento muito acelerado dessas cidades, o que tende a produzir problemas urbanos típicos dessa forte aceleração, como especulação imobiliária com aumento exagerado dos custos de moradia, expansão desordenada da cidade e outros.

Mas, por outro lado, a agroindústria é um tipo de indústria altamente “territorializada”. Isto é, que necessita adquirir sua matéria-prima localmente, assim como de atrair, e/ou promover o desenvolvimento no território, de uma ampla gama de atividades industriais e de serviços complementares, produzindo um forte efeito multiplicador e de retenção de renda local (Castro e Silva, 2019).

Esse processo tem um intenso efeito sobre o setor de serviços, seja pelo lado dos serviços produtivos, seja o dos serviços pessoais e sociais. Do lado dos serviços produtivos porque é uma indústria cada vez mais terceirizada e inovadora, que exige também um fornecedor agrícola cada vez mais terceirizado e dependente de serviços técnicos especializados.

Do lado dos serviços pessoais e sociais urbanos, porque multiplica e faz circular localmente a renda, e induz a criação de empregos de qualidade nos serviços produtivos e tecnológicos, criando uma nova camada de consumidores com mais renda e hábitos de consumo mais sofisticados.

O que, por sua vez, induz a diversificação e sofisticação dos serviços oferecidos localmente. São os efeitos desse movimento que o IDS e o IDSIC captam (Castro e Silva, 2019).

Quanto a diferenciado de comportamento dos indicadores por grupos de municípios, o quadro 30 permite comparar a média dos IDs dos indicadores dos municípios implantados no processo de colonização, com os daqueles que sofreram transformações durante o processo.

Quadro 30 - Média dos IDs* por grupos de municípios segundo tipo, por indicador.

Tipo	Município	PIBpc	IDS	IDSIC	IDHM	RM	Pobreza	Gini
Implantadas	Primavera do Leste	2,9	2,0	2,8	1,13	1,9	0,09	0,97
	Sinop	1,2	1,4	1,4	1,03	1,2	0,17	0,97
	Lucas de Rio Verde	3,0	1,6	1,9	1,15	1,8	0,12	0,88
	Sorriso	2,6	1,5	1,5	1,05	1,5	0,29	1,04
	Média	2,4	1,6	1,9	1,1	1,6	0,2	1,0
Transformadas	Rondonópolis	1,2	1,1	1,0	1,01	1,1	0,56	1,05
	Rio Verde	1,2	1,2	1,3	1,02	1,2	0,42	1,08
	Itumbiara	1,3	1,2	1,1	1,06	1,4	0,21	1,11
	Mineiros	1,8	1,6	1,3	1,07	1,6	0,22	1,05
	Jataí	1,3	1,5	1,5	1,06	1,2	0,17	0,98
	Média	1,4	1,2	1,3	1,1	1,2	0,2	1,1

*Índices de Diferença

Constata-se que os IDs são mais favoráveis, em praticamente todos os indicadores, nos municípios implantados do que nos transformados. Em somente dois casos, o do IDHM e o de pobreza, eles não são superiores, mas apenas semelhantes.

Especulando-se sobre as possíveis razões para essa diferença em favor dos implantados, pode-se argumentar que foram projetos de urbanização planejados, que atraíram um tipo de colono mais capitalizado e preparado, e que isso se reflita nos indicadores sociais.

Quadro 31 - Média dos IDs* por grupos de municípios segundo porte, por indicador.

Porte	Município	PIBpc	IDS	IDSIC	IDHM	RM	Pobreza	Gini
Menores	Sorriso	2,6	1,5	1,5	1,05	1,5	0,29	1,04
	Mineiros	1,8	1,6	1,3	1,07	1,6	0,22	1,05
	Lucas do Rio Verde	3,0	1,6	1,9	1,15	1,8	0,12	0,88
	Primavera do Leste	2,9	2,0	2,8	1,13	1,9	0,09	0,97
	Média	2,6	1,7	1,9	1,1	1,7	0,2	1,0
Maiores	Rondonópolis	1,2	1,1	1,0	1,01	1,1	0,56	1,05
	Rio Verde	1,2	1,2	1,3	1,02	1,2	0,42	1,08
	Sinop	1,2	1,4	1,4	1,03	1,2	0,17	0,97
	Itumbiara	1,3	1,5	1,5	1,06	1,2	0,17	0,98
	Jataí	1,3	1,2	1,1	1,06	1,4	0,21	1,11
	Média	1,2	1,2	1,3	1,0	1,2	0,2	1,1

Contudo, esses argumentos não parecem se sustentar, porque as trajetórias específicas de todos os municípios são muito diferentes. Além disso, se poderia arrolar argumentos em contrário, como o de que o grau de concentração fundiária nesses municípios é muito maior do que os da maioria dos AM do outro grupo.

Existe, entretanto, uma característica comum à maioria dos AM implantados que é o seu porte. São, em geral, cidades menores que as demais. O quadro 31 apresenta os dados para os AM separados quanto a esse critério. As diferenças nesse caso são ainda mais favoráveis para o grupo de AM pequenas em relação às maiores, do que o das AM implantadas em relação às transformadas.

A diferença de portes parece ser uma razão mais consistente. As cidades menores possuem estruturas produtivas e sociais menos diversificadas e, por isso, tendem a registrar de maneira mais evidente as mudanças produzidas pelo movimento de modernização/agroindustrialização. Essas, contudo, ainda são apenas especulações que indicam a necessidade de maiores investigações sobre o tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Questionando os argumentos da literatura que afirma que os “municípios do agronegócio” teriam como uma de suas principais características serem fortemente excludentes do ponto de vista urbano e social, esse trabalho se propôs a verificar se esse argumento encontrava sustentação empírica.

Inicialmente o trabalho questionou, do ponto de vista teórica, os principais argumentos que embasam essa visão. O primeiro é o de a subordinação da formação e/ou expansão desses municípios às necessidades de reprodução do grande capital agroindustrial resultaria automaticamente em cidades fortemente excludentes e desiguais.

Utilizou-se as teorias sobre a construção social do espaço, para mostrar que existem muitas mediações entre a lógica geral que move a acumulação do capital, e as trajetórias concretas de construção e transformação de cada território.

Por isso é necessário considerar a realidade de cada espaço, onde, os atores e interesses envolvidos são múltiplos e contraditórios, inclusive os das diversas formas de capital envolvidos.

Em seguida, discutiu-se o processo de transformação do Centro-Oeste, a partir dos anos 1970, procurando mostrar as diferentes etapas do processo e suas consequências, bem como as especificidades dos casos de Goiás e do Mato Grosso.

Por fim, apresentou-se a comparação entre os indicadores de desenvolvimento sociais dos municípios do agronegócio, com os dos municípios de porte semelhante no Brasil.

Os resultados da análise revelaram que o referido argumento apresentado por aquela literatura não se sustenta à luz das evidências reunidas.

Tanto na comparação de cada município analisado com seu grupo de municípios próximos, como na média geral, todos os indicadores considerados

se mostraram mais favoráveis aos municípios do agronegócio, com exceção do índice de Gini.

Esse, entretanto, foi, em média, semelhante entre os dois grupos, indicando que os municípios do agronegócio analisados não apresentam concentração de renda acima da média.

Os dados permitiram demonstrar que a superioridade dos indicadores sociais desses municípios são especialmente elevada em algumas variáveis. A primeira delas é o PIB per capita, cuja média é quase o dobro do exibido pelos municípios próximos.

Não se trata, propriamente, de um indicador social, entretanto, um alto PIB *per capita* se traduz numa maior capacidade desses municípios em fazer frente aos seus desafios.

O segundo indicador onde a diferença se destaca, é o que se refere à pobreza, indicando que o percentual de pessoas no nível de pobreza extrema nesses municípios é, em média, cinco vezes menor do que dos municípios com tamanho semelhante no Brasil.

É uma diferença muito grande que desautoriza o argumento de que a exclusão social é um dos traços que distinguem essas cidades.

Destacam-se, ainda, os indicadores que correspondem ao grau de diversificação e ao conteúdo de conhecimento dos serviços. Esse dado é muito importante para evidenciar um dos argumentos-chaves da linha de trabalho em que se insere essa pesquisa.

Trata-se da percepção de que a modernização agrícola, liderada pela produção de *commodities*, possui um efeito excludente e concentrador importante em sua primeira fase.

Contudo, quando se desdobra em agroindustrialização, produz, em geral, um efeito contrário na economia e na sociedade das cidades polo desse processo, atuando no sentido da desconcentração e da maior diversidade urbana.

É preciso ressaltar que os dados apresentados pela pesquisa não autorizam qualquer conclusão no sentido de que essas cidades não apresentem problemas urbanos e sociais sérios.

A trajetória do capitalismo periférico brasileiro resultou em uma sociedade profundamente desigual e excludente, assim como, produziu

idades que refletem essas características. Cidades fortemente segmentadas, Com periferias carentes de infraestrutura, com amplos circuitos de economia informal, entre outro.

É necessário lembrar que os dados aqui apresentados comparam cidades brasileiras do interior, com outras cidades brasileiras do interior de mesmo porte. Além disso, comparam com a média das cidades de todo o país.

Sabe-se que médias devem ser tratadas sempre com muito cuidado, especialmente em um país continental e altamente diverso como o Brasil.

A conclusão a que esses dados permitem chegar é de que essas cidades analisadas não são particularmente excludentes. Isto é, elas não estão acima da média nesse quesito.

O que também significa dizer, que muitas dos problemas urbanos e sociais identificados nesses municípios, não podem ter suas causas atribuídas diretamente, ou principalmente, ao fato de que sua dinâmica é liderada pelo agronegócio.

O grande desafio está em se avançar na identificação dos elementos que são específicos desse processo de urbanização, sem cair na generalização fácil.

A própria literatura criticada nesse trabalho levanta pontos importantes que necessitam ser aprofundados.

Como, por exemplo, o elevado controle por parte de famílias dos primeiros colonos e, sobretudo, de empresas colonizadoras sobre os caminhos da expansão das cidades.

Na verdade, a construção de cidades, e de verdadeiros sistemas territoriais, como um negócio privado, suscita inúmeras questões para pesquisa. Já existe uma ampla literatura sobre o tema, com ricas contribuições.

No entanto, certa polarização nessa literatura, entre apologia de um lado e crítica fácil e genérica de outro, tem limitado a exploração de um rico filão de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. A. A boa sociedade: história e interpretação sobre o processo de colonização no norte de Mato Grosso durante a Ditadura Militar. 2015. Tese - Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

ANDERSEN, S. A Fronteira na concepção da geopolítica brasileira: Entendendo a origem dos conflitos. In: Anais do 7º Colóquio de Transformações Territoriais da AUGM. Curitiba: UFPR, 2008.

ANDRADE, C. R. M.; CORDOVIL, F. C. S. A cidade de Maringá, PR. O plano inicial e as “requalificações urbanas”. *Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/55.htm>>

ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza, BRAY, Silvio Carlos. Geografia e Geopolítica na Formação Nacional Brasileira: Everardo Backheuser. *R.C. da Unesp*, pp.109,119, 2002

AVILA, Arthur Lima de. *E da fronteira veio um Pioneiro: a frontier thesis de Frederick Jackson Turner (1861-1932)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. Cadeia carne/grãos: novas fronteiras do capital no cerrado da BR-163 mato-grossense - Brasil. La planificación territorial y el urbanismo desde el diálogo y la participación. *Actas del XI Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad de Buenos Aires, 2-7 de mayo de 2010

BOECHAT, C. A O conceito de “pioneiro” na Geografia, na contraposição de estudos sobre expansão cafeeira e a citrícola. *CONFINS*, n. 21, 2014. Disponível em <<https://journals.openedition.org/confins/9667?lang=pt#text>>. Acesso em 12/02/2020

BORGES, Barsafuno G. A economia agrária goiana no contexto nacional (1930-1960). *História Econômica & História de Empresas* III. 2, 2000. p. 65-83

BORGES, Valdeci Rezende; DIAS, Cleber Jacinto. *Imagens de duas cidades*

BOUDEVILLE, Jacques-R. *Os espaços econômicos*. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1973.

BRASIL, I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 1972/74. Suplemento do Diário Oficial, 17 dez., 1971a. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72_74>. Acesso em 10/02/2020

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto nº 75.320, de 29 de Janeiro de 1975 (Dispõe sobre a criação do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO). Brasília, 1975. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-75320-29-janeiro-1975-423871-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto-lei nº 1.192, de 8 de novembro de 1971. Brasília, 1971b.

CASTILHO, D. A colônia agrícola nacional de Goiás (CANG) e a formação de Ceres-Go – Brasil. *Élisée - Revista de Geografia da UEG*, 1(01), 2012. p.117 - 139

_____. O estado e rede de transportes em GOIÁS-BRASIL (1889-1950). *Scripta Nova*, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona. Vol. XVI, núm. 418 (67), 1 de noviembre de 2012

CASTILHO, R. et al. Regiões do agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana. *Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia* (Anpege). p.265-288, V.12, n.18, especial GT Anpege 2016.

CASTRO, S. D. e ARRIEL, M. F. A Indústria no Brasil Central: Transformações, desafios e oportunidades. *Conjuntura Econômica Goiana*, Goiânia, n. 36, jul. 2016.

CASTRO, Sérgio D. e SILVA, Iran O. Dinâmica de polarização: os casos dos polos industriais de Anápolis e Rio Verde em Goiás. *DRd – Desenvolvimento Regional em debate*, v. 9, Ed. esp. p. 94-109, maio 2019.

CATAIA, M. A. Geração de cidades e efeito modernizante da atividade agrícola no Centro-Oeste brasileiro. In: *X Encontro de Geógrafos da América Latina*, 2005, São Paulo, SP. Por uma geografia latinoamericana. Do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade, 2005, p.3297–3314.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave na Geografia. In: CASTRO, I. E; GOMES. P.C.C.; CORREA, L.P. (org) *Geografia: conceitos e temas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 15-48.

COSCIONI, F. J. Reflexões sobre as posições epistemológicas de Richard Hartshorne em *The Nature of Geography*. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 011-024, 2015.

COSTA, Wanderley Messias. *Geografia Política e Geopolítica – Discursos sobre Território e Poder*, São Paulo: EDUSP: Hucitec, 1992.

COVEZZI, Marinete. Política de colonização oficial no Mato Grosso: estudo de caso sobre Lucas do Rio Verde. Trabalho de Especialização em Estudos Avançados sobre desenvolvimento urbano e rural - o Estado de Mato Grosso, UFMT-Depto de Geografia, 1987.

CUNHA, Oscar Neto. Rio Verde: *Apontamentos para a sua história - documentário ilustrado*. 2ªed. Goiânia: Gráfica e Ed. O Popular. 1988

de História e Ciências Sociais CAC/UFMG. v.7, n.1, jan. jun. 2010. p. 63-84.

DESCONSI, Cristiano. *A marcha dos pequenos proprietários rurais: trajetórias de migrantes do Sul do Brasil para o Mato Grosso*. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

DOULA, Sheila Maria; KIKUCHI, Mario Yasuo. A estratégia da ocupação territorial da Amazônia: a cidade planejada de Sinop. In. V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2005, Campinas. *Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Campinas: PUC, 2005.

ELIAS, D. e PEQUENO, R. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. *R. B. Estudos Urbanos e Regionais* v. 9 , n. 1 / maio, 2007.

_____. *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais*. Fortaleza: BNB, 2006. 484p.

ELIAS, Denise. Regiões produtivas do agronegócio: notas teóricas e metodológicas. In: BERNARDES, J.; SILVA, C. A.; ARRUIZZO, R. C. *Espaço e energia: mudanças no paradigma sucroenergético*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013, p. 201-220

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. (Re)estruturação urbana e desigualdades socioespaciais em Região e Cidade do Agronegócio. *GEOgrafia* (UFF), v. 17, p. 10-39, 2015

FIORAVANTI, Livia M. Cidade cativa: estratégias de uma urbanização oligopolista em uma cidade mato-grossense. Trabalho apresentado o XVII ENANPUR, São Paulo, 2017.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. [Curso dado no College de France (1977-1978). Ed. Michel Senellart]

FREDERICO, S. Modernização da agricultura e uso do território: a dialética entre o novo e o velho, o interno e o externo, o mercado e o estado em áreas de cerrado, *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 34, 2013. Número Especial, p. 46-61.

FURTADO, Paulo José. Pra trás a gente não volta: Nova Mutum: colonização sulista e cultura "gaucha" no médio norte de Mato Grosso. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Cuiabá, 2009.

HAESBAERT, R. e RAMOS, T. T. O mito da desterritorialização econômica. *GEOgrafia* - Ano. 6 - n 12, 2004

HAESBAERT, Rogério da Costa. *"Gaúchos" no nordeste: modernidade, desterritorialização e identidade*. 1995. Tese de doutorado – Departamento de Geografia – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

HIRSCHMAN, Albert O. Desenvolvimento por efeitos em cadeia, uma abordagem generalizada. In SORJ, B., CARDOSO, FH., and FONT, M., (orgs). *Economia e movimentos sociais na América Latina* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geográfica e Estatística. *Regiões de influência das cidades: 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. *Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

_____. *Regiões de Influência das Cidades (REGIC)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. p.201.

IMEA INSTITUTO MATO-GROSSENSE DE ECONOMIA AGROPECUÁRIA. *Mapa das macrorregiões do IMEA*. Cuiabá: IMEA, nov 2017.

KUBITSCHEK, Juscelino. *Por que construí Brasília*. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. Disponível em <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1039>>. Acesso em 20/01/2020.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Disponível em https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefebvre-a-producao-do-espaço.pdf. Acesso: 26/09/2019

LIMA, A. N. *Caminhos da integração, fronteiras da política: a formação das províncias de Goiás e Mato Grosso*. Dissertação (Mestrado em História Social). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010

MACHADO, Vilma de Fátima. *Sudoeste de Goiás: desenvolvimento desigual*. Dissertação (Mestrado em História das sociedades agrárias), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1996.

MACIEL, Dulce P. Estado e território no Centro-Oeste brasileiro (1943-1967). Fundação Brasil Central (FBC): a instituição e inserção regional no contexto sócio-cultural e econômico nacional. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

MASSEY, Doreen. O sentido global do local. In: ARANTES, A. A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas, SP : Papiurus, 2000. p.177-185

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (MI). *Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005

MONBEIG, Pierre. A zona pioneira do Norte-Paraná. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, IBGE, 1945.

MONBEIG, Pierre. As estruturas agrárias da faixa pioneira paulista. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, IBGE, 1953.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. 2a. ed. Trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva. Ed. Hucitec; São Paulo, Ed. Polis, 1998.

MORAES A.K. ; CASTRAVECHI L. A. Aspectos econômicos da fronteira Oeste do Brasil: uma revisão bibliográfica (séculos XVIII e XIX). *Revista Cantareira*, edição 18, jan-jun, 2013. p.53-66

MORENO, Gislaene. Terra e Poder em Mato Grosso. Política e Mecanismos de Burla 1892-1992. Cuiabá: EdUFMT/Entrelinhas/FAPEMAT, 2007

MULLER, G. Agricultura e industrialização do campo no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 2/2, n.6, p. 47-77, abril-junho, 1982.

NOVAES , A. R. Fronteiras mapeadas: Geografia imaginativa das fronteiras sul-americanas na cartografia da imprensa brasileira. 2010. Tese - Doutorado em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010

NOVAES, A. R. Fronteiras mapeadas: Geografia Imaginativa das Fronteiras Sul-Americanas na Cartografia da Imprensa Brasileira. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2010. Disponível em <http://objdig.ufrj.br/16/teses/772033.pdf>. Acesso em 20/02/2020.

NUNES, L. A. Os investimentos na colonização do norte do Paraná direcionados pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, e a comercialização das terras. Trabalho apresentado ao III Seminário nacional de território e gestão de políticas sociais. Londrina PR, de 04 a 07 de Julho de 2017.

PRIORI A. Legislação e política fundiária no estado do Paraná (1889-1945). *Saeculum - Revista de História* [26]; João Pessoa, jan./jun. 2012. p.133-147

QUEVEDO, Jucilene Lourdes Tomazin. *Configurações do espaço geográfico regional do agronegócio da soja em Lucas do Rio Verde e Sorriso – MT*. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2008.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. *Géographie Politique*. Paris: Economica, 1988

RIBEIRO, Darci. *Os índios e a civilização (a integração das populações indígenas no Brasil moderno)*. 2ª edição. Petrópolis, Editora Vozes, 1972

RIBEIRO, M. B. P. A mudança da capital em debate nos artigos da Revista Brasileira de Geografia e do Boletim Geográfico (1938 -1964). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia/MG 2015.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste*, 2 vols., 2ª edição, Livraria José Olympio Editora, 1942.

ROCHA M.D., MACIEL D. P. , LIMA D.A.L.L . II PND, o POLOCENRO e o desenvolvimento do estado de Goiás *Revista da Universidade Vale do Rio Verde*, Três Corações, v. 12, n. 1, p. 682-692, jan./jul. 2014

ROMANCINI, Sônia Regina (org.). *Novas Territorialidades nas Cidades MatoGrossenses*. Cuiabá: EdUFMT, 2009

ROSANELI, A. F. *Cidades novas da fronteira do café. História da morfologia urbana das cidades fundadas por companhias imobiliárias no norte do Paraná*. 2009. 160 f São Paulo: USP, 2009. Tese - Faculdade e Arquitetura e Urbanismo USP, São Paulo, 2009.

SANTANA, A.B. A BR-163: “ocupar para não entregar”, a política da ditadura militar para a ocupação do “vazio” Amazônico. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. Disponível em <<http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.1230.pdf>>. Acesso em 20/02/2020.

SILVA, C. G. Trajetórias residenciais em Lucas do Rio Verde (MT): entre a produção vertical do campo e a ocupação horizontal da cidade. Tese Doutorado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas.SP, 2017.

SILVA, S. C. Urbanização e criação de novos municípios no front agrícola: faces do uso corporativo do território brasileiro. *Geosp – espaço e tempo*, São Paulo, n. 34, 2013. Número especial, p. 3-17.

SOUZA, E. A. *SINOP: história, imagens e relatos* - Um estudo sobre a sua colonização. Cuiabá(MT): Ed. UFMT, 2006.

VELHO, Otávio G. *Capitalismo autoritário e campesinato*. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Disponível em <<http://www.centroedelstein.org.br/BibliotecaVirtual.asp>>. Acesso em 20/02/2020.

VELHO, Otávio G. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Rio e Janeiro, Zahar Editores, 1972.

VOLOCHKO, Danilo. Da extensão do campo à centralização do urbano: elementos para o debate da produção do espaço em Mato Grosso. *Revista Mato-Grossense de Geografia - Cuiabá* - n. 16 - p. 18 - 38 - jan/jun 2015.

WAGNER, E. EMBRAPA. *O Programa de Desenvolvimento dos Cerrados e sua contribuição à produção de grãos e proteína animal*. Embrapa, Planaltina (DF), julho, 1982. Disponível em <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/101011/1/doc-05.pdf>>. Acesso em 22/01/2020.

ZYLBERSZTAJN, Decio; SCARE, Roberto Fava. *Gestão da qualidade no agrusiness: estudos e casos*. São Paulo: Atlas, 2003.